

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e Documentação (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Fanny Keller Alves de Aquino

**A EVIDENCIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO USO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS PELA
UNIÃO**

Brasília
2008

Professor Doutor José Geraldo de Sousa Júnior
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e
Documentação

Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Lustosa
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Mestre Cláudio Moreira Santana
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – noturno

Fanny Keller Alves de Aquino

A EVIDENCIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO USO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS PELA UNIÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica e obtenção do Título de Especialista em Contabilidade Pública.

Orientador: Prof. Mestre João Henrique Pederiva

Brasília
2008

AQUINO, Fanny Keller Alves de

A Evidenciação e Divulgação do Uso dos Depósitos Judiciais pela União / Fanny Keller Alves de Aquino -- Brasília, 2008.
93 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Pós-Graduação) –
Universidade de Brasília, 2º semestre de 2008.
Bibliografia.

1.Evidenciação Contábil. 2. Princípios da Teoria Contábil. 3.Princípios da Gestão Fiscal Responsável. 4.Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. 5. Depósitos Judiciais I. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da UnB. II. Título.

CDD –

Fanny Keller Alves de Aquino

A EVIDENCIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO USO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS PELA UNIÃO

Monografia defendida no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão do curso de Especialização em Contabilidade Pública e aprovada pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Mestre João Henrique Pederiva
Universidade de Brasília

Prof. Mestre Diana Vaz de Lima
Universidade de Brasília

Brasília, 12 de dezembro de 2008

À minha família que me ofereceu os alicerces para uma vida digna pautada por Princípios que me impulsionam a buscar no trabalho e esforço contínuo a superação dos obstáculos e a conquista da vitória.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu refúgio e fortaleza; minha paz nas adversidades e a certeza de vitória.

Aos professores pelos conhecimentos que me capacitaram à realização deste trabalho, em especial ao Mestre João Henrique Pederiva, pela dedicação e sabedoria em sua orientação, à Mestre Diana Lima, por sua forma tão carinhosa e desprendida ao me ensinar os conceitos contábeis, ao Mestre Cláudio Moreira Santana, pela disposição e presteza em dirimir minhas dúvidas, e ao Prof. James Giacomoni, cujas observações foram determinantes ao desenvolvimento deste trabalho. A esses professores minha eterna gratidão por suas preciosas contribuições ao meu aprimoramento e crescimento pessoal e profissional.

À Administração do Superior Tribunal de Justiça, cuja visão empreendedora tornou possível a realização do curso de Especialização em Contabilidade Pública.

À coordenação do curso pela paciência e prontidão em atender as minhas solicitações; sem o apoio de vocês a conclusão desse curso não seria possível.

Agradeço a todos que me auxiliaram, na coleta dos dados e na busca por informações, em especial ao Raimundo Eloi de Carvalho, à Donade, ao Daniel e ao Gilvan. Sem a ajuda de vocês esse trabalho não se realizaria.

Aos meus colegas de curso, agradeço o convívio, as experiências partilhadas, o apoio oferecido, a alegria e a amizade, em especial ao Alcides, ao Denis, ao Marcelo, à Helma e à Kátia; o apoio de vocês foi determinante para mim.

Aos meus colegas de trabalho, pela compreensão e ajuda a mim dispensados, sem as quais não concluiria esse trabalho.

“A teoria da sabedoria é o conhecimento, e a prática acertada do conhecimento é sabedoria. Isto quer dizer que o ser humano que deseja viver sabiamente precisa “entender” que fazer o bem é parte do seu próprio bem-estar? Não! Precisa mais. Entender não é estender a mão. Entender é teoria. Estender é a prática. A sabedoria junta ambas de uma maneira admirável”.

Alejandro Bullón

RESUMO

A pesquisa tem por objeto os procedimentos de evidenciação e divulgação contábil a serem observados quanto ao recolhimento dos Depósitos Judiciais da União à luz dos Princípios da Teoria Contábil, da Gestão Fiscal Responsável, das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, do Código Tributário Nacional, da Constituição Federal de 1988, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei 4.320/64. Para tanto, optou-se pela abordagem descritiva de revisão bibliográfica e normativa, com o confronto entre a atual contabilização do uso dos Depósitos Judiciais pela União e os aludidos Princípios. Verificou-se que a evidenciação e divulgação do uso dos Depósitos Judiciais pela União não atende aos Princípios citados. As informações contábeis produzidas não são transparentes, relevantes, confiáveis e não refletem fidedignamente a realidade do patrimônio público. O trabalho finaliza, propondo os registros adequados, capazes de refletir a realidade patrimonial da União, de acordo com os Princípios citados, com a prevalência da essência do fato contábil sobre a sua forma legal.

Palavras-chaves: Evidenciação Contábil. Princípios da Teoria Contábil. Princípios da Gestão Fiscal Responsável. Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Depósitos Judiciais.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Conversão dos Depósitos Judiciais em renda da União,	55
Tabela 2: Depósitos Judiciais/Administrativos arrecadados sob a vigência da Lei 9.703/98..	56
Tabela 3: Valores mensais dos Depósitos Judiciais/Administrativos arrecadados sob a vigência da Lei 9.703/98.	56

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Utilização dos Depósitos Judiciais de acordo com a Lei 9.703/98.....	16
Figura 2: Depósitos Judiciais de acordo com o CTN.	20
Figura 3: Ingresso Público e Receitas Públicas.....	24
Figura 4: Etapas da Receita Pública Orçamentária.	28
Figura 5: Fluxo econômico da receita pública.....	30
Figura 6: Uma hierarquia de qualidades em contabilidade	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Análise gráfica 1- Conversão dos Depósitos Judiciais em renda da União (resíduo antes da Vigência da Lei 9.703/98 (1999 a 2007).	57
Gráfico 2: Análise gráfica ano a ano dos valores dos Depósitos Judiciais convertidos em renda da União (resíduo antes da vigência da Lei 9.703/98) - 1999 a 2007.	57
Gráfico 3: Valores dos Depósitos Judiciais/Administrativos – vigência da Lei 9.703/98, (1998 a 2007).	58
Gráfico 4: Comparação ano a ano dos Valores dos Depósitos Judiciais/Administrativos – Vigência da Lei 9.703/98, (1998 a 2007).	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASB	<i>Accounting Standards Board</i>
CEF	Caixa Econômica Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CN	Congresso Nacional
CRCRS	Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul
CTN	Código Tributário Nacional
DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
FASB	O <i>Financial Accounting Standards Board</i>
GRU	Guia de Recolhimento da União
Ibracon	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFAC	<i>Internacional Federation of Accountants</i>
IPSAS	<i>Internacional Public Sector Accounting Standarts</i>
Ipsasb	<i>Internacional Public Sector Accounting Standarts Board</i>
Nbcasp	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBCT 16	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NIC	Normas Internacionais de Contabilidade
NICSP	Normas Internacionais Aplicáveis ao Setor Público
NICSP	Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público
SIAFI	Sistema de Administração Financeira
SOF/MPOG	Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
STF	Supremo Tribunal Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

RESUMO	7
LISTA DE TABELAS	8
LISTAS DE FIGURAS	9
LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Apresentação	13
1.1.1 Da estrutura do trabalho	14
1.2 Justificação	14
1.2.1 Dos depósitos judiciais	15
1.2.1.1 Da lei 9.703/98	15
1.2.1.2 Da escrituração contábil dos depósitos judiciais no âmbito da União	17
1.2.1.3 Da natureza jurídica dos depósitos judiciais	19
1.2.2 Do tributo	23
1.2.3 Da receita pública	26
2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	32
2.1 Da Teoria Contábil	32
2.2 Dos Princípios da Teoria Contábil Aplicados à Contabilidade Pública	32
2.2.1 Do princípio da oportunidade	33
2.2.2 Do princípio da competência	35
2.2.3 Do princípio da prudência	38
2.3 Da Evidenciação e Divulgação das Informações Contábeis	43
2.4 Das Normas Internacionais	47
3 METODOLOGIA	53
4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES	55
4.1 Dos Valores dos Depósitos Judiciais	55
4.2 Da Interpretação das Normas	59
4.3 Da Jurisprudência	60
4.4 Da Observância aos Princípios da Teoria Contábil, da Gestão Fiscal Responsável e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público	62
5 CONCLUSÕES	68
REFERÊNCIAS	70
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	75
APÊNDICES	76
ANEXOS	81

1 INTRODUÇÃO

*Desdobramento desse trabalho foi apresentado em forma de artigo – “A Evidenciação e Divulgação do Uso dos Depósitos Judiciais pela União”, no XXXIII EnANPAD/2009 e indicado à premiação na categoria Contabilidade Governamental e Terceiro Setor.

**Desdobramento desse trabalho foi apresentado no XIV Prêmio Tesouro Nacional/2009 – “Regulação Contábil dos Depósitos Judiciais: Normas Gerais da União e Riscos Fiscais Federativos”.

O tema de pesquisa está fundamentado nas alterações efetuadas pela Lei 9.703/98, que estabeleceu os procedimentos a serem observados, quanto ao uso dos Depósitos Judiciais de tributos e contribuições federais pela União, em especial, no aspecto da evidenciação contábil. Apesar da relevância do assunto, dada à materialidade desses depósitos, cerca de R\$ 48 bilhões, a preços correntes, de 1998 até 2007, e do seu inegável mérito frente à atual discussão sobre a convergência de procedimentos, normas e princípios contábeis aplicáveis ao setor público, pelos órgãos de contabilidade e setores governamentais responsáveis pela contabilidade e fiscalização públicas, o tema ainda não foi discutido com a acuidade exigida.

1.1 Apresentação

A questão de pesquisa a ser respondida é se a evidenciação e a divulgação do uso dos Depósitos Judiciais, efetuada pela União, atende aos Princípios da Teoria Contábil, da Gestão Fiscal Responsável e das Normas Internacionais Aplicáveis ao Setor Público. Para tanto, analisaremos os procedimentos de evidenciação, à luz das doutrinas em torno dos enunciados do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)¹, da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

¹ STN: Órgão Central de Contabilidade da União, de acordo com o art. 17, I, da Lei 10.180/2001, responsável pela edição de normas gerais para consolidação das contas públicas, conforme art. 50, § 2º, da LRF.

(SOF/MPOG)², da Lei Geral de Finanças Públicas (Lei nº. 4.320, de 1964), da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº. 101, de 2000), do Código Tributário Nacional (CTN - Lei nº. 5.172 de 1966), da Constituição Federal de 1998 (CF/88) e das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (NICSP).

O objetivo do trabalho é verificar se a evidenciação e a divulgação do uso dos Depósitos Judiciais pela União obedece aos Princípios da Teoria Contábil, da Gestão Fiscal Responsável e das Normas Internacionais, com a produção de informações transparentes, confiáveis e relevantes. Para tanto, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar se as informações divulgadas representam de forma fidedigna a situação patrimonial;
- Verificar se as informações apresentadas são oportunas e relevantes.

Como hipótese a ser comprovada ou rejeitada, ao final do trabalho, considera-se que a atual forma de evidenciação e de divulgação do uso dos Depósitos Judiciais está em conformidade com os Princípios da Teoria Contábil, da Gestão Fiscal Responsável e das NICSP. Além disso, supomos que as informações produzidas são transparentes, relevantes, confiáveis e refletem fidedignamente a realidade do patrimônio público.

1.1.1 Da estrutura do trabalho

O presente trabalho está organizado em quatro partes: a introdução, que corresponde à apresentação e justificação, onde são abordados os conceitos relevantes acerca dos Depósitos Judiciais, bem como do tributo e da receita pública.

Na segunda parte, “Da Contextualização Teórica”, são abordados os aspectos da Teoria Contábil, dos Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, da Gestão Fiscal Responsável, da Divulgação Contábil e das NICSP. Na terceira parte é descrita a metodologia de pesquisa e na quarta parte, a apresentação dos resultados e análises, bem como as conclusões da pesquisa.

1.2 Justificação

Embora a Lei 9.703/98 disponha sobre os Depósitos tanto Judiciais quanto Extrajudiciais de tributos e contribuições federais o presente trabalho aborda especificamente, a evidenciação e a divulgação do uso, pela União, dos Depósitos Judiciais. O presente estudo

² SOF/MPOG: de acordo com o art. 16, VII, do Anexo I do Decreto nº. 6.081, de 12 de abril de 2007, a SOF/MPOG tem a competência para estabelecer a classificação da receita e da despesa.

se aterá à análise da atual forma de evidenciação e de divulgação frente aos Princípios da Teoria Contábil, da gestão Fiscal Responsável e das Normas Internacionais Aplicáveis ao Setor Público, limitando-se ao estudo da fundamentação necessária à compreensão do tema.

O assunto é relevante, pois se espera que as informações produzidas pelas demonstrações contábeis reflitam a realidade patrimonial da entidade. Além disso, no atual contexto econômico, a convergência das práticas contábeis no setor público com as Normas Internacionais é indispensável. Acrescente-se a isso a transparência das informações produzidas e a estreita relação com a gestão fiscal responsável.

1.2.1 Dos depósitos judiciais

A seguir serão descritos os aspectos conceituais legais dos Depósitos Judiciais, bem como a escrituração contábil e a sua natureza jurídica.

1.2.1.1 Da lei 9.703/98

A regulamentação do uso dos recursos provenientes dos Depósitos Judiciais, na União, ocorreu com a publicação da Lei 9.703/98, de 17 de novembro de 1998.

O instrumento normativo citado determina que os Depósitos Judiciais, em dinheiro, referentes aos tributos e contribuições federais, inclusive seus acessórios, administrados pela atual Receita Federal do Brasil, sejam efetuados à Caixa Econômica Federal, (CEF). Dispõe ainda, que seja utilizado Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), atual Guia de Recolhimento da União (GRU), específico para essa finalidade. Os referidos depósitos são repassados à Conta Única do Tesouro Nacional, independentemente de qualquer formalidade, em prazo igual ao fixado para o recolhimento dos tributos e contribuições federais.

Após o encerramento da lide, mediante ordem expedida pela autoridade judicial, o valor do depósito será devolvido ao depositante, pela CEF, no prazo máximo de vinte e quatro horas, caso a sentença lhe seja favorável, acrescido de juros, na forma determinada pelo artigo 39, § 4º, da Lei 9.250/95. Se a decisão judicial for favorável à Fazenda Nacional, o valor depositado é transformado em pagamento definitivo, proporcionalmente à exigência do correspondente tributo ou contribuição, inclusive seus acessórios. Cabe à CEF o controle dos valores depositados ou devolvidos.

Para discriminação do montante dos Depósitos Judiciais, faz-se necessário considerar dois momentos distintos, a saber, antes e depois do advento da Lei 9.703/98. Até 1998, o depositante efetuava os Depósitos Judiciais referentes aos litígios com a União à CEF, que mantinha a guarda desses até o encerramento da lide. Ao final do litígio, os valores corrigidos

eram restituídos ao depositante, caso a decisão lhe fosse favorável, ou o Depósito Judicial era convertido em renda à fazenda pública, conforme estabelecido no CTN, art. 156, VI. Após o advento da Lei 9.703/98, os Depósitos Judiciais passaram a ser efetuados por meio GRU direto à Conta Única do Tesouro Nacional.

Os procedimentos adotados com base na Lei 9.703/98 são demonstrados a seguir:

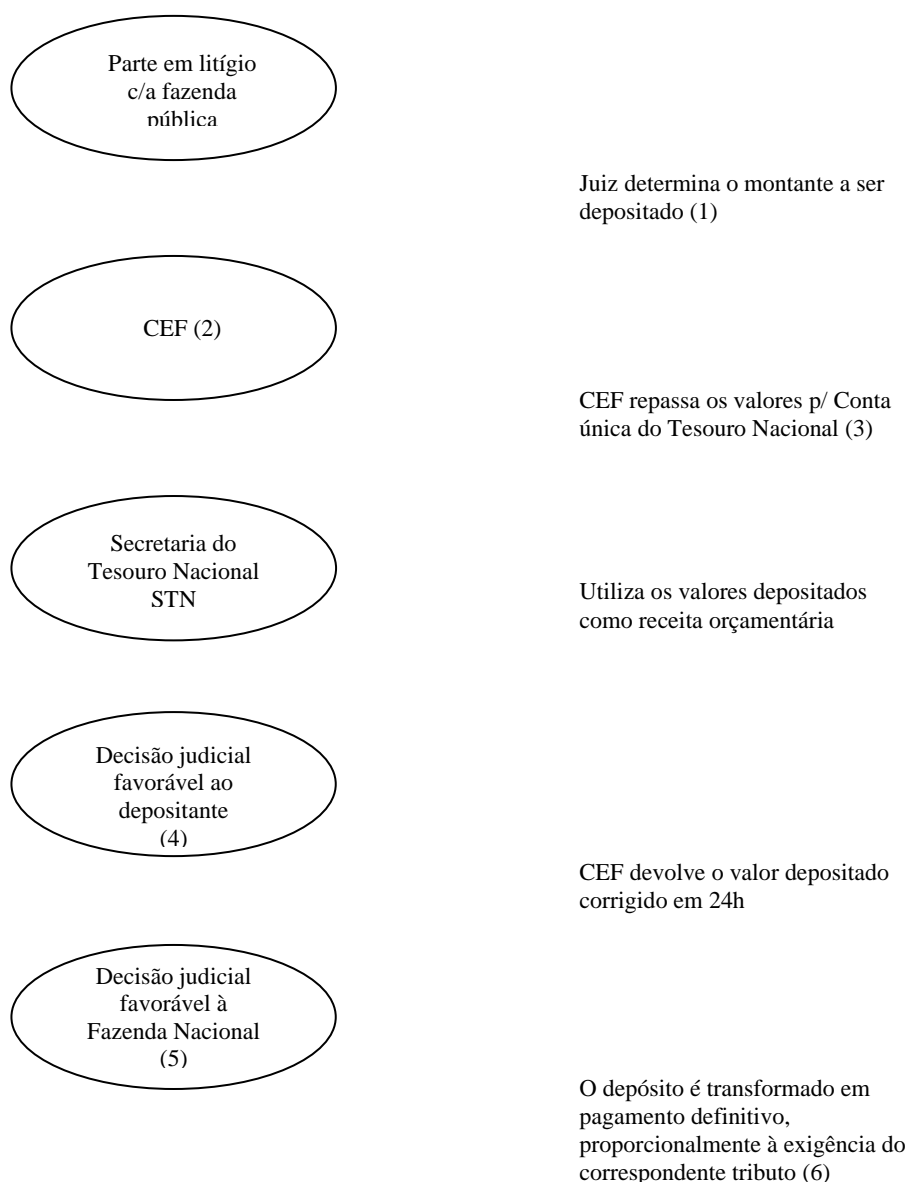


Figura 1: Utilização dos Depósitos Judiciais de acordo com a Lei 9.703/98.

Conforme a numeração dos eventos discriminados no fluxo acima, os Depósitos Judiciais, após a determinação do juiz (1), são depositados na CEF (2), de onde são repassados à Conta Única do Tesouro Nacional (3). Caso a decisão final seja favorável ao depositante (4), os valores depositados lhe serão devolvidos corrigidos, na forma da lei. Se a

decisão for favorável à Fazenda Pública (5), os depósitos serão transformados em pagamento definitivo proporcionalmente à exigência do correspondente tributo (6).

1.2.1.2 Da escrituração contábil dos depósitos judiciais no âmbito da União

De acordo com a STN (2005), “em um primeiro momento, até que seja identificada a natureza da receita, o depósito judicial é um ingresso extra-orçamentário e constitui-se numa obrigação registrada no passivo financeiro, já que pertence a terceiros e está *sub judice*”. Dessa forma será feito o seguinte lançamento:

D – Disponibilidade (ativo financeiro)

C – Depósitos Judiciais (passivo financeiro)

A STN (2005) entende que “[...] **a legislação faculta que este depósito seja registrado como receita orçamentária**, o que, por si só, afetaria o resultado”. Como a incorporação do depósito judicial como receita efetiva depende de evento futuro (decisão final do processo), de acordo com a STN (2005), ao realizar a classificação da receita orçamentária deverá ser feito o registro da obrigação patrimonial correspondente, “em contrapartida com uma variação passiva, o que manterá a adequação do resultado contábil”. (grifo nosso).

Conforme a STN (2005), os Depósitos Judiciais representam um passivo, pois há entrada efetiva de recursos no ente público, devendo este, devolvê-lo ao particular ou proceder à baixa no passivo, conforme a decisão da lide. Por isso, deverão ser demonstrados os valores que ingressaram no ativo da entidade, pois, apesar de já registrados como receita orçamentária, ainda não representam uma receita efetiva. Além disso, conforme dispõe a STN (2005), em obediência ao Princípio da Prudência, deverá ser registrado um passivo que representa uma obrigação de terceiros, pois a receita efetiva depende de um evento futuro.

Ainda, a STN (2005) esclarece que, quanto ao registro da obrigação, nos limites da dívida pública, conforme estabelecido na Resolução nº 40 do Senado Federal e nos demonstrativos exigidos pela LRF, por tratar-se de um passivo dependente de decisão judicial, será considerado de longo prazo. Assim, os valores referentes aos Depósitos Judiciais deverão constar no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida que integra o Relatório de Gestão Fiscal, na linha de “outras dívidas”. Por fim, a STN (2005) considera a conta Depósitos Judiciais conta patrimonial do passivo permanente, porque depende da execução orçamentária para a devolução do depósito. Os conceitos de passivo e de contingência são relevantes e serão abordados oportunamente.

O entendimento descrito acima é confirmado pela STN/SOF³ (2008:149), ao dispor sobre a escrituração dos Depósitos Judiciais e, esclarece ainda, que, em função da Lei 9.703/98 a parte dos Depósitos Judiciais transferidos ao Tesouro Nacional serão registrados como receita orçamentária, posto que podem ser utilizados para atender à despesas orçamentárias. Entretanto, prossegue a STN/SOF (2008:149), determinando que ao ser efetuada a classificação da receita orçamentária deverá ser feito um registro da obrigação patrimonial correspondente, em contrapartida à respectiva variação passiva, o que manterá a adequação do resultado contábil. Assim, ao ser convertido em receita orçamentária, o Depósito Judicial deixa de se caracterizar como ingresso extra-orçamentário.

É recomendado pela STN/SOF (2008:149) que, em “[...] observância ao conceito orçamentário de receita, deverá ser registrada como receita orçamentária a parcela repassada ao Tesouro Nacional/Estadual/Municipal”. Entretanto, conforme o Princípio da Oportunidade e conservadorismo será, também, lançado o valor da obrigação potencial no passivo, até decisão final da ação. Dessa forma, no momento do recebimento do recurso, os Depósitos Judiciais da União serão escriturados da seguinte forma de acordo com a STN/SOF (2008:149):

Lançamento (1): Ingresso do Depósito Judicial:

Título da Conta	Sistema de contas
D - Disponibilidades	Financeiro
C - Receita Orçamentária	
D - Variação Passiva orçamentária	Patrimonial
C - Depósitos de Terceiros (passivo)	

³ **Manual da Receita Nacional:** Aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a partir da elaboração e execução da lei orçamentária de 2009. 1ª Edição. Aprovado pela Portaria Conjunta nº. 3, de 14 de outubro de 2008 com o objetivo de proporcionar maior transparência às receitas públicas como parte do esforço de padronizar os procedimentos contábeis nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas exigidas na LRF, além de aprimorar os critérios de reconhecimento de despesas e receitas; uniformizar a classificação das despesas e receitas orçamentárias em âmbito nacional e instituir instrumento eficiente de orientação comum aos gestores nos três níveis de governo, mediante consolidação, em um só documento, de conceitos, regras e procedimentos de reconhecimento e apropriação contábil das receitas e despesas.

Elaborado em conjunto com a SOF/MPOG, o Manual busca consolidar a legislação, os conceitos e procedimentos contábeis referentes à receita pública. Antes da publicação, o Manual foi submetido à apreciação prévia do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis, criado pela Portaria nº. 136, de 06 de março de 2007, com o objetivo de manter um diálogo permanente com órgãos e entidades técnicas representativas da sociedade, reduzir divergências, aumentar a transparência da gestão fiscal e permitir o controle social. Visando ao cumprimento do objetivo de padronização dos procedimentos contábeis, o Manual observa as disposições do CFC no que se refere aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e as demais normatizações orientadoras do exercício do profissional de contabilidade. O Manual também subsidia a realização de análises acerca da carga tributária suportada pelos diversos segmentos da sociedade. Informações extraídas do Manual da Receita Nacional, apresentação, introdução, p.14 e da Portaria Conjunta nº. 03/2008.

Quando da devolução do Depósito Judicial, caso a decisão seja favorável ao depositante e sendo considerado que o tributo objeto do litígio ainda não foi extinto será feito o lançamento a seguir, (STN/SOF, 2008:149).

Lançamento (2): Decisão Judicial favorável ao Depositante

Título da Conta	Sistema de contas
D – Restituição de Receitas	Financeiro
C – Disponibilidades	
D – Depósitos de Terceiros	Patrimonial
C – Variação Ativa Orçamentária	

Lançamento (3): O tributo a ser restituído seja uma renda extinta, (STN/SOF, 2008:150) será registrado:

Título da Conta	Sistema de contas
D – Despesa Orçamentária	Financeiro
C – Disponibilidades	
D – Depósitos de Terceiros	Patrimonial
C – Variação Ativa Orçamentária	

Se a decisão final não for favorável ao depositante, os Depósitos Judiciais, classificados anteriormente como receita, serão convertidos.

Lançamento (4): Decisão final favorável à Fazenda Pública, (STN/SOF, 2008:150):

Título da Conta	Sistema de contas
D – Depósitos de Terceiros	Patrimonial
C – Variação Ativa Orçamentária	

Os lançamentos acima descritos serão analisados quando da apresentação dos resultados.

1.2.1.3 Da natureza jurídica dos depósitos judiciais

O CTN, recepcionado pela CF/88, como lei complementar, dispõe que a natureza jurídica dos Depósitos Judiciais é a de modalidade de suspensão do crédito tributário, conforme o art.151, II. Após o trânsito em julgado da decisão judicial e, sendo esta favorável

ao ente público, o Depósito Judicial é convertido em renda, extinguindo-se, então, o crédito tributário conforme o art. 156, VI, CTN. Caso a decisão final seja favorável ao depositante, o depósito lhe será devolvido, corrigido na forma da lei.

O procedimento definido no CTN é demonstrado pelo esquema abaixo:

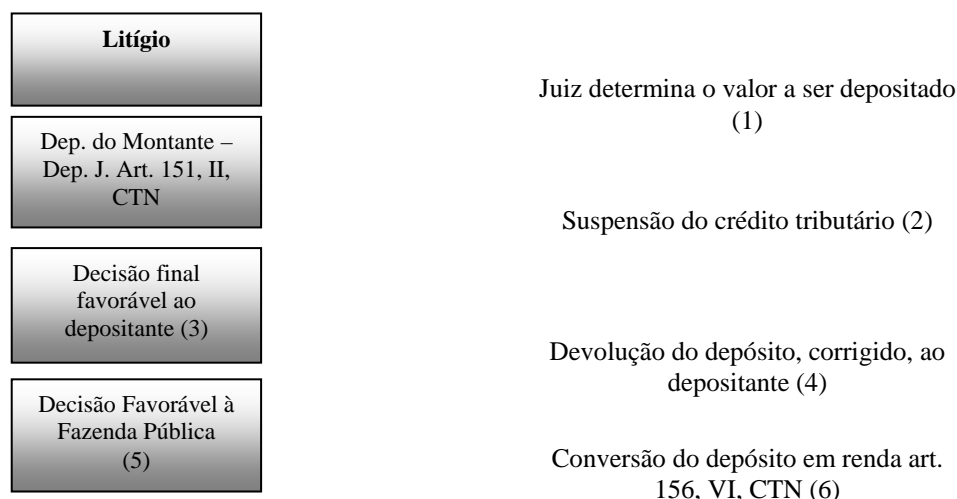


Figura 2: Depósitos Judiciais de acordo com o CTN.

Conforme o fluxo descrito acima, o juiz determina o valor a ser depositado (1). Após o depósito há a suspensão do crédito tributário (2). Caso a decisão judicial seja favorável ao depositante (3), o valor corrigido lhe será devolvido (4). Se a decisão for favorável à Fazenda Pública (5), o depósito será convertido em renda (6).

Acerca dos Depósitos Judiciais, Harada (2008:486) leciona que “Trata-se de depósito voluntário para aparelhar a ação anulatória de lançamento tributário, com o fim de impedir o ajuizamento da execução fiscal. O depósito é sempre de natureza facultativa”. Assim, cabe ao depositante a discricionariedade quanto a efetuar ou não o depósito, pois este procedimento lhe é facultativo.

Sobre o assunto, Borba (2005:341) ressalta a faculdade que o contribuinte tem de efetuar ou não o depósito para depois discutir administrativamente a validade do crédito tributário. Tal procedimento tem o objetivo de evitar a fluência de juros de mora. Decomain (2000:562) enfatiza que a ação pode ser promovida independentemente do depósito, pois exigí-lo configuraria inconstitucionalidade, “[...] por força do Princípio de garantia do acesso à instância estatal judicante, para ver garantido todo e qualquer direito, garantia essa prevista na Constituição Federal (art. 5º, XXXV)”.

Os Depósitos Judiciais constituem, pois, uma faculdade de o depositante, ao litigar com a fazenda pública, evitar a cobrança de encargos ou obrigações que resultam da cobrança

do crédito tributário e impedir, também, a propositura da execução fiscal, a fluência dos juros e a proposição de multa. Além disso, o depósito pode ser usado para evitar ou suspender a inscrição nos cadastros restritivos.

No âmbito do Direito Financeiro, a natureza jurídica dos Depósitos Judiciais é de mero movimento de caixa. Esse é o entendimento da Lei 4.320/64, recepcionada pela CF/88 com status de lei complementar, ao definir no artigo 92, III, que esses valores constituem dívida flutuante. É relevante ao presente estudo a análise das implicações do status de lei complementar conferido pela CF/88 ao CTN e à Lei 4.320/64.

A CF/88 definiu no art.146 as matérias tributárias que seriam regulamentadas por meio de lei complementar, das quais destacamos a seguinte:

Art. 146. Cabe à lei complementar:

[...]

III. Estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

Dada a relevância das implicações constitucionais acerca das matérias reservadas à lei complementar para o presente estudo, algumas considerações serão tecidas. Primeiramente, de acordo com a interpretação da CF/88, duas são as diferenças essenciais entre as leis complementares e ordinárias:

- 1) Material: refere-se às matérias constitucionalmente reservadas às leis complementares. Dessa forma, às leis ordinárias são reservadas as matérias que a CF/88 não determinou que fossem restritas à lei complementar e que requerem regulamentação de lei *estritu sensu*; e
- 2) Formal: enquanto que para aprovação das leis ordinárias é exigido *quorum* de maioria simples (art. 47, CF/88), para as leis complementares é exigida a maioria absoluta dos integrantes da Casa Legislativa (art. 69, CF/88).

Apesar das divergências doutrinárias acerca da hierarquia das leis complementares sobre as ordinárias, que não é objeto do presente trabalho, Ferreira Filho (1995:236/237) argumenta que:

É de sustentar, portanto, que a lei complementar é um *tertium genus* interposto, na hierarquia dos atos normativos, entre a lei ordinária [...] Não é só, porém, o argumento de autoridade que apóia essa tese; a própria lógica o faz. A lei complementar só pode ser aprovada por maioria qualificada, a maioria absoluta, para que não seja, nunca fruto da vontade de uma minoria ocasionalmente em condições de fazer prevalecer sua voz. Essa maioria é

assim um sinal certo da maior ponderação que o constituinte quis ver associada ao seu estabelecimento. Paralelamente, deve-se convir, não quis o constituinte deixar ao sabor de uma decisão ocasional a desconstituição daquilo para cujo estabelecimento exigiu ponderação especial. Aliás, é Princípio geral de Direito que, ordinariamente, um ato só possa ser desfeito por outro que tenha obedecido á mesma forma.

Acerca do assunto, Paulo (2006:313/314) enfatiza a intenção do legislador constituinte de resguardar certas matérias, devido a sua importância, com maior estabilidade em comparação às reservadas a lei ordinária. Esse autor afirma que, o legislador constituinte estabeleceu para as matérias por ele determinadas à lei complementar uma especial dignidade, uma rigidez intermediária, situada entre a lei ordinária e o texto da Constituição. Dessa forma, para o referido autor, a CF/88 garante maior estabilidade em relação às leis ordinárias, sem, contudo, sujeitá-la ao difícil processo definido para aprovação das emendas constitucionais. Afirma, ainda, o autor, que o específico campo de atuação das leis complementares, constitucionalmente definido, não pode ser afastado por lei ordinária, delegada ou qualquer outra espécie infraconstitucional vigente, sob pena de usurpação de competência destas sobre aquelas, incidindo, assim, em vício de inconstitucionalidade formal e material. Por fim, este autor cita que lei ordinária anterior a CF/88 que regule matéria reservada pela nova ordem constitucional à lei complementar, se em vigor a época da promulgação da CF/88, foi recepcionada por esta com força de lei complementar.

Paulo (2006:384) cita que a tese que predominante na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) foi a da não-existência de hierarquia entre lei complementar e ordinária. A distinção entre elas deve ser aferida em função do campo de atuação de cada uma. Esse autor assim descreve o entendimento do STF:

- a) entre as leis complementar e ordinária há campos específicos de atuação e não uma hierarquia;
- b) só é lei complementar material a lei aprovada por maioria absoluta pelas Casas do Congresso Nacional (CN) e que trate de matéria reservada pela CF/88 para essa espécie normativa;
- c) leis ordinárias, delegadas e medidas provisórias não podem regulamentar matéria reservada pela CF/88 à lei complementar sob pena de incorrer em inconstitucionalidade formal; e
- d) lei complementar pode tratar de matéria ordinária, sem incorrer em vício de inconstitucionalidade formal. Nesse caso a aludida lei será apenas formalmente

complementar, ou seja, seu conteúdo permanecerá com *status* ordinário, portanto poderá ser alterado por lei ordinária.

Silva (2007:462) confirma esse entendimento, ao afirmar que a relação entre as leis complementares e ordinárias não é hierárquica e sim de competência. Esse autor entende que nos casos em que a lei ordinária dispuser sobre matéria constitucionalmente reservada à complementar estará vulnerando a própria CF/88, visto que disciplinará matéria diversa da constitucionalmente a ela definida.

Por ser a regulamentação do CTN recepcionada pela CF/88 com status de lei complementar, suas disposições se aplicam à União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Assim, por força constitucional, os entes federativos estão obrigados ao fiel cumprimento das normas estabelecidas no CTN, no que lhes forem cabíveis.

1.2.2 Do tributo

O CTN, art. 3º estatui que tributo: “[...] é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Da definição citada cabem algumas considerações.

Primeiramente, ao definir tributo como toda a prestação pecuniária compulsória, o CTN instituiu a especial obrigação de dar, por meio da prestação em dinheiro, portanto o tributo constitui uma obrigação do administrado. Em segundo, a instituição do tributo não pode constituir sanção de ato ilícito, pois a cobrança do tributo não pode representar imposição de penalidade. Em terceiro, o tributo deve ser instituído em lei. A cerca disso, Harada (2008:298) afirma que o tributo é obrigação *ex lege* em contraponto à obrigação *ex voluntate*, portanto só pode nascer de lei. Por último, o tributo deve ser cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada, não cabendo por isso, a discricionariedade do agente administrativo, que deverá agir em estrita conformidade com as disposições legais para proceder ao lançamento, que é o ato constitutivo do crédito tributário.

Sobre o assunto, Baleeiro (1999:63) afirma que:

Distinguem-se os tributos, assim, dos ingressos não coativos, que avolumam os cofres públicos por meio de atos de vontade (expressos ou tácitos, bilaterais ou unilaterais, contratuais ou negociais), como os empréstimos públicos voluntários, contraídos pelo Estado ou amortizações daqueles por ele concedidos; cauções; fianças; depósitos; doações; bens vacantes; herança jacente; legados; prescrição aquisitiva; preços públicos ou políticos cobrados pelo ente público em decorrência da

exploração de seus bens e empresas, em regime ou não de monopólio, etc. (grifo nosso).

As receitas correntes tributárias são provenientes do poder do Estado em instituir tributos. Borba (2005:4/6) diferencia ingresso público de receitas públicas derivadas ao afirmar que o **Ingresso Público** é o valor que entra aos cofres dos entes federados: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Por outro lado, as **Receitas Públicas Derivadas** são aquelas que, para auferi-las, o Estado usa a sua condição de soberania, exigindo-as compulsoriamente. O citado autor ainda afirma que as receitas públicas derivadas são “coercitivamente impostas aos cidadãos, constituindo receitas obrigatórias de direito público”. Dessa forma, conclui esse autor que, “[...] os tributos são ingressos públicos próprios derivados (receitas derivadas)”.

A diferenciação entre ingresso público e receita pública é demonstrada pelo esquema abaixo:

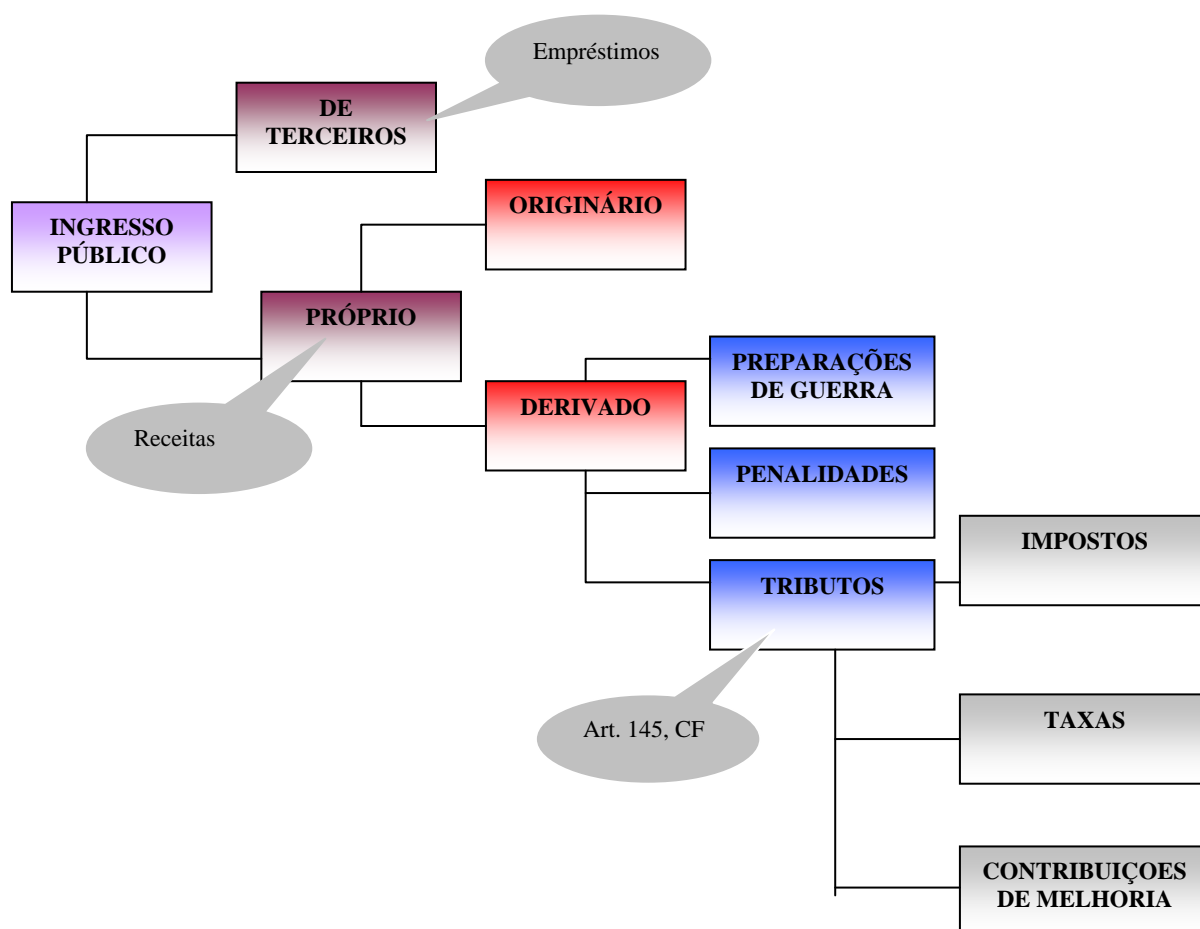


Figura 3: Ingresso Público e Receitas Públicas.
Fonte: Adaptada de Borba (2005:3).

Conforme demonstrado na Figura 3 os ingressos públicos são os próprios e os de terceiros. Os ingressos próprios se dividem em originários e derivados que por sua vez são os

de preparação de guerra, penalidades e tributos. Este último se divide em impostos, taxas e contribuições de melhoria.

O art. 4º do CTN afirma que a natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador que o originou. Acerca desse assunto, Decomain (2000:15) discorre que:

De um lado existe a descrição, genérica e abstrata, feita pela lei, daquelas situações que podem gerar o dever de pagar determinado tributo. De outro, existe a ocorrência concreta dessa situação, correspondente ao modelo contido na lei. [...] A lei que cria tributo descreve, de modo genérico e abstrato, quais as situações cuja realização dará margem ao surgimento do dever de pagar o tributo. Essa descrição genérica recebe o nome de hipótese de incidência. Já o acontecimento concreto, cujas características correspondem àquela moldura genericamente traçada pela lei, recebe o nome de fato gerador. Não obstante essa distinção, cabe observar que esta última expressão – fato gerador – por vezes também é empregada para significar não a ocorrência concreta, que dá efetivo nascimento ao dever de pagar o tributo, mas sim a própria descrição legal genérica dessa ocorrência.

Tôrres et al. (2005:299) afirmam que o fato jurídico do tipo tributário, quando de sua ocorrência, constitui-se em perfeita ligação e adequação a uma hipótese de incidência contida na norma e deve decorrer de lei vinculada à área tributária. Por isso, há o fato jurídico tributário e a conseqüente relação jurídica tributária. Os autores ressaltam que a ligação lógica entre o fato e o antecedente normativo é condição que decorre do caráter de unicidade e incindibilidade inerente à exigência legal, ou seja, pode a lei exigir tributo somente quando todos os aspectos que configuram a hipótese genérica e abstrata estejam satisfeitos pela situação fática concreta. Na ausência de qualquer um dos aludidos fatores, de acordo com esses autores, o fato econômico deixa de ser objeto de incidência da norma e continuará a integrar o conjunto dos demais fatores não relacionados com a exigência tributária.

O CTN traz no art. 150 as hipóteses em que o tributo será pago antecipadamente ao lançamento ou com a homologação, ou pelo lançamento suplementar, no caso de haver diferença. Ressalte-se, porém, que no caso do art. 150 há a relação jurídica entre o contribuinte e a Fazenda Pública, pois aquele, ao pagar o tributo, reconhece a sua obrigação tributária. Nesse caso não há o conflito intersubjetivo de interesse, caracterizado pela pretensão resistida. Esse tema não é objeto do presente trabalho, motivo este, pelo qual será apenas citado a título de informação complementar.

À luz do CTN e dos autores citados, o fato gerador dos Depósitos Judiciais deve ser considerado para se estabelecer a sua classificação legal, fato esse, que será devidamente analisado posteriormente. A pergunta que fica é se esse fato gerador foi conservado no uso dos Depósitos Judiciais.

1.2.3 Da receita pública

Para Baleeiro (1960:130), receita pública “[...] é a entrada que, integrando-se no patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto, como elemento novo e positivo”. Assim, conforme entende esse autor, a denominação de entradas quaisquer aos cofres públicos ou ingressos não pode ser confundida com a denominação de receita pública, pois a esta o ingresso deve se dar de modo permanente ao patrimônio estatal e não se sujeitar, sob qualquer forma, à condição devolutiva ou correspondente baixa patrimonial. Desta forma, o ingresso ou entrada é o gênero do qual a receita pública é a espécie.

Nesse sentido, a Lei 4.320/64, art. 3º, parágrafo único, determina que não serão consideradas receitas as entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros. Ao dispor desta forma, a lei revela a preocupação em não considerar meras entradas compensatórias como receita, pois de outra forma não seria obedecido o Princípio da Prudência ao ser prevista a receita orçamentária. Tão importante é a previsão da receita, que a LRF, art. 11, determina que tal previsão constitui requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal. No art. 12, a LRF determina que ao prever a receita, serão observadas as normas técnicas e legais, considerando as alterações legais, a variação do índice de preços, o crescimento econômico ou outros fatores relevantes, sendo também acompanhada, a previsão de receita, de demonstrativos da sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois exercícios seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Para a STN/SOF (2008:59) o reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, de acordo com a determinação do art. 35 da Lei 4.320/64, e tem o objetivo de evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva. Relevante consideração é feita pela STN/SOF (2008:47) ao afirmar que a metodologia de destinação da receita é o instrumento que interliga todo o processo orçamentário financeiro, desde a previsão da receita à execução da despesa. A STN/SOF (2008:47) ressalta que tal mecanismo **“possibilita a transparência no gasto público e o controle das fontes de financiamento das despesas**, por motivos estratégicos e pela existência de dispositivos legais que estabelecem vinculações para as receitas”. (grifo nosso).

A STN/SOF (2008:41/46) cita que a gestão da receita orçamentária divide-se em três etapas, a saber:

- 1) planejamento: compreende a previsão de arrecadação da receita orçamentária contida na Lei Orçamentária Anual (LOA), resultante de metodologias⁴ de projeção adotadas, observadas às disposições da LRF;
- 2) execução⁵: de acordo com a Lei 4.320/64 os estágios da execução da receita orçamentária são:
 - a. lançamento: o art. 142 do CTN define lançamento como o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, bem como a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do sujeito passivo e, se for o caso, a proposição da penalidade cabível.
 - b. recolhimento⁶: refere-se à transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração/controle da arrecadação/programação financeira, observando-se o Princípio da unidade de caixa, representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente federado.

⁴ No âmbito federal, a metodologia de projeção de receitas orçamentárias adotada, baseia-se na sua série histórica de arrecadação ao longo dos anos ou meses anteriores (base de cálculo), corrigida por parâmetros de preço (efeito preço), de quantidade (efeito quantidade) e de alguma mudança de aplicação de alíquota em sua base de cálculo (efeito legislação). Tal metodologia tem o objetivo de traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação de uma determinada receita ao longo dos meses e anos anteriores e refleti-la para os meses ou anos seguintes, por meio de modelos matemáticos. Tal busca dependerá em grande parte da série histórica de arrecadação e de informações dos órgãos ou unidades arrecadoras, diretamente envolvidas com a receita que se pretende projetar. A metodologia utilizada é variável de acordo com a espécie de receita orçamentária que se pretende projetar. A projeção das receitas é fundamental na determinação das despesas, pois é a base para fixação destas na LOA, na execução do orçamento e para a determinação das necessidades de financiamento do governo. Ademais, é primordial sua análise na concessão de créditos suplementares e especiais por excesso de arrecadação. A escolha dos modelos de projeção dependerá consideravelmente do comportamento da arrecadação.

⁵ Na execução orçamentária, a codificação da destinação da receita indica a vinculação, evidenciando, a partir do ingresso, as destinações dos valores. Quando da realização da despesa, deve estar demonstrada qual a fonte de financiamento (fonte de recursos) desta, estabelecendo-se a interligação entre a receita e a despesa. Dessa forma, o controle das disponibilidades financeiras por destinação/fonte de recursos deve ser feito desde a elaboração do orçamento até a sua execução. No momento do registro contábil do orçamento, devem ser utilizadas contas do sistema orçamentário para o controle da receita prevista e da despesa fixada por destinação/fonte de recursos. Fonte: STN/SOF (2008: 41/48).

⁶ Na arrecadação, além do registro da receita e do respectivo ingresso dos recursos financeiros, deverá ser lançado, em contas de controle, o valor classificado na destinação correspondente (disponibilidade a utilizar), bem como o registro da realização da receita por destinação. Também, na execução orçamentária da despesa, no momento do empenho, deve haver a baixa do crédito disponível de acordo com a destinação. Na liquidação da despesa deverá ser registrada a transferência da disponibilidade a utilizar para a comprometida, e na saída desse recurso deve ser adotado procedimento semelhante, com o registro de baixa do saldo da conta de destinação comprometida e lançamento na destinação utilizada.

3) controle⁷ e avaliação: fase compreendida pela fiscalização realizada pela administração, pelos órgãos de controle e pela sociedade. O controle do desempenho da arrecadação deve ser realizado conforme a previsão da receita.

As etapas da receita pública orçamentária são demonstradas pelo esquema abaixo:

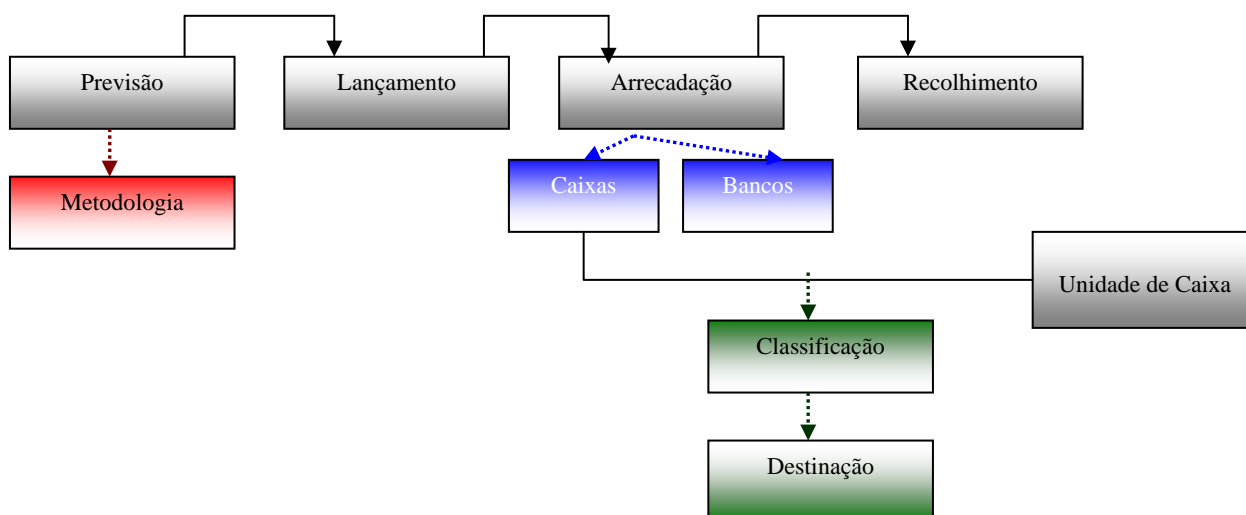


Figura 4: Etapas da Receita Pública Orçamentária.

Fonte: adaptado de STN/SOF (2008:46).

A elaboração, execução e controle orçamentário são orientados por Princípios Orçamentários válidos para todos os poderes nas três esferas governamentais, conforme cita a STN/SOF (2008:22/26), dos quais destacamos os seguintes:

- 1) Princípio Orçamentário da Universalidade: de acordo com os arts. 3º e 4º da Lei 4.320/64, a LOA conterá todas as receitas e despesas o que possibilitará o controle parlamentar efetivo sobre as finanças. Excetuam-se, conforme disposto no § único do art. 3º, as entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros;
- 2) Princípio da Anualidade: o art. 34 da Lei 4.320/64 determina que o orçamento deve ser elaborado e autorizado por um dado período temporal, que no Brasil coincide com o ano civil. Por conseguinte, a previsão da receita e a fixação da despesa contida na LOA referem-se a esse período;
- 3) Princípio Orçamentário do Equilíbrio: o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o

⁷ No ativo compensado constam as contas de controle da realização da receita e as da fixação da despesa. No passivo compensado, estão as contas de controle da previsão da receita e da execução de despesa. Dessa forma, é possível saber a qualquer momento o quanto do total orçado já foi realizado por destinação de recursos. Para tanto, as contas do ativo e passivo compensado constante dos roteiros acima devem ser detalhadas por destinação de recursos. A conta de receita realizada interliga o controle orçamentário da previsão com a execução a execução, devendo ser detalhada por destinação de recursos, (STN/SOF, 2008:48/52).

mesmo período, incluindo as operações, conforme disposto no art. 3º da Lei 4.320/64; e o

4) Princípio Orçamentário da Especificação: o art. 5º da Lei 4.320/64 determina que as receitas e despesas orçamentárias serão autorizadas na LOA em parcelas discriminadas e não pelo seu valor global, com vistas a facilitar o acompanhamento do gasto público. Dessa forma, o aludido princípio confere maior transparência ao processo orçamentário, facilitando o processo de padronização e elaboração dos orçamentos, bem como o processo de consolidação de contas.

Para a STN/SOF (2008:14/15), na Administração Pública a receita federal assume fundamental importância por estar envolvida em situações singulares, como a distribuição e a destinação às esferas governamentais e pelo seu relacionamento com os limites legais impostos pela LRF. Além disso, prossegue o normativo, citando que é notável a relevância da receita pública no processo orçamentário, cuja previsão dimensiona a capacidade governamental em fixar a despesa pública, tornando-se instrumento condicionante da execução orçamentária da despesa no momento da sua arrecadação. Os aspectos relacionados à receita pública são importantes, em especial face à LRF, visto que contribui para a transparência das contas públicas e para o fornecimento de informações de melhor qualidade aos diversos usuários, permitindo estudos comportamentais no tempo e no espaço. Tais aspectos contribuem para o exercício da cidadania pelos brasileiros, no processo de fiscalização da arrecadação das receitas, assim como o efetivo controle social sobre as contas dos Governos Federal, Estadual, Distrital e Municipal, (STN/SOF, 2008:14/15).

De acordo com a STN/SOF (2008:21) a “[...] receita, pelo enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias e operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias”. Quanto ao impacto na situação líquida patrimonial as receitas são classificadas em:

- a) receita orçamentária efetiva: aquela que, no momento do seu reconhecimento, aumenta a situação líquida patrimonial da entidade, constituindo-se em fato contábil modificativo aumentativo.
- b) receita orçamentária não-efetiva: a que não altera a situação líquida patrimonial no momento do seu reconhecimento, constituindo-se em fato contábil permutativo. Além do registro da receita orçamentária, neste caso, registrar-se-á concomitantemente conta de variação passiva para anular o efeito dessa receita sobre o patrimônio líquido da entidade, (STN/SOF, 2008:21).

Pelo enfoque patrimonial, de acordo com a STN (2007:14), “Receita é um termo utilizado mundialmente pela contabilidade para evidenciar a variação positiva da situação líquida resultante do aumento de ativos ou da redução de passivos de uma entidade”. Dessa forma, o reconhecimento da receita, segundo STN (2007:17) consiste na “aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade para reconhecimento da variação ocorrida no patrimônio, por meio do registro do direito a receber no momento da ocorrência do fato gerador, antes da efetivação do correspondente ingresso de disponibilidades”.

A STN (2007:19) afirma que na administração pública, o fluxo econômico é compreendido por dois conceitos diferentes, porém interligados. O primeiro (conceito financeiro), está fundamentado “[...] na tradição cameralista (gestão financeira) do ingresso de disponibilidade, na qual se baseou o orçamento e se estabeleceu o regime de caixa para a Receita Orçamentária”. O segundo (conceito patrimonial), fundamentado na tradição patrimonialista, há muito tempo não é observado pela administração pública nem pela contabilidade pública aplicada ao setor público. Com o advento da LRF, esforços têm sido demandados para que o conceito patrimonial seja cumprido, exigindo-se uma mudança cultural.

Os conceitos abordados são representados pelo esquema abaixo:

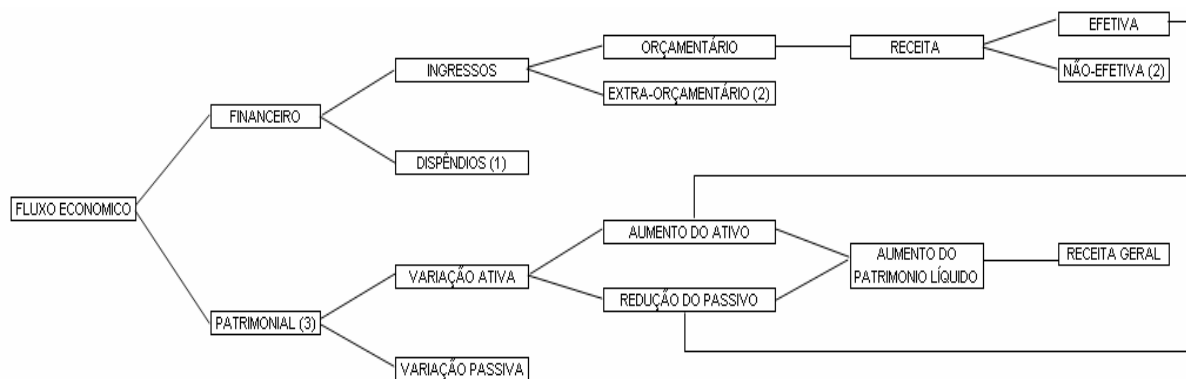


Figura 5: Fluxo econômico da receita pública.

Fonte: STN (2007:20).

Observações:

- 1 – Esses são conceitos de despesa, que comporão o fluxo das despesas públicas do Manual das Despesas a ser elaborado;
- 2 – Trata-se apenas de fluxo financeiro sem impacto no patrimônio Líquido;
- 3 – Os conceitos de variações patrimoniais serão tratados no Manual específico a ser elaborado.

Sob o enfoque econômico, de acordo com o art. 11 da Lei 4.320/64, a receita orçamentária é classificada em:

- 1) corrente: são as receitas tributárias, de contribuição, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras receitas correntes. As receitas correntes podem ser classificadas em:

a) originárias – provenientes da venda de produtos ou serviços colocados à disposição dos usuários ou da cessão remunerada de bens e valores;

b) derivadas – obtidas pelo Estado por força de seu poder de tributar. E em de 2) capital: as receitas provenientes da realização de recursos financeiros originados da constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas, de direito público ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas classificadas em despesas de capital e o superávit do orçamento corrente.

Em decorrência da interpretação de que a Lei 9.703/98 teria facultado aos Depósitos Judiciais o tratamento de receita orçamentária, STN (2005) e STN/SOF (2008:149), a esse instituto é conferida natureza de receita corrente tributária. A estimativa dos ingressos provenientes dos Depósitos Judiciais, quando da elaboração do orçamento anual, é realizada de acordo com os procedimentos técnicos definidos para estimativa de arrecadação dos tributos federais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Nesse tópico serão abordados os conceitos que fundamentam a contabilidade, os Princípios Contábeis Aplicados ao Setor Público e as determinações da LRF quanto à transparência das contas públicas, bem como as NICSP.

2.1 Da Teoria Contábil

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999:28/32) “[...] a teoria da contabilidade pode ser definida como um conjunto coerente de Princípios hipotéticos, conceituais e pragmáticos que formam um quadro geral de referência para investigação da natureza da contabilidade”. Os autores prosseguem afirmando que a definição é propositalmente ampla com vistas a abranger tanto os pontos de vistas mais tradicionais de teoria como quadro geral de referência para avaliação e o desenvolvimento de práticas contábeis sólidas, quanto as mais modernas de teoria como quadro geral de referência dentro do qual a prática contábil possa ser explicada e prevista. Para os autores a finalidade precípua da teoria é criar um referencial para se desenvolver novas idéias, bem como novos procedimentos alternativos.

Acerca disso, Pederiva (1998:37) leciona que a contabilidade como ciência ou doutrina e a contabilidade como atividade têm a importante missão de evidenciar a estática e a dinâmica do patrimônio, quantitativa e qualitativamente. Esta missão tem o objetivo de possibilitar aos usuários a tomada de decisão com o fulcro no conhecimento da situação passada, presente e das perspectivas futuras do ente. Para Pederiva (1998:37), a ciência contábil contempla, portanto, um sistema de informações, que no setor público têm, no plano ideal da CF/88, “[...] o marco primeiro para que os contadores cumpram seu relevante papel no pacto social, particularmente quando se trata da esfera pública”. Esse autor ainda enfatiza que não se pode esquecer que nesse processo o povo é o titular do poder e é a ele que os governantes devem prestar contas. O papel da contabilidade governamental, portanto, é de suma importância, pois o povo é um dos usuários das informações contábeis.

2.2 Dos Princípios da Teoria Contábil Aplicados à Contabilidade Pública

Conforme o CFC (2007), os Princípios Fundamentais da Contabilidade Pública refletem a tendência atual, que exige das informações produzidas pelas demonstrações

contábeis públicas a elaboração, tal que facilite, por parte dos usuários e da sociedade, a interpretação adequada “dos fenômenos patrimoniais do setor público, o acompanhamento do processo orçamentário, a análise dos resultados econômicos e o fluxo financeiro”.

A STN/SOF (2008:92) cita que a Ciência Contábil tem por objeto o patrimônio, e é responsável por evidenciar suas variações, bem como controlar e interpretar os fenômenos que nele ocorrerem. Dessa forma, o registro contábil real e tempestivo de todos os fenômenos econômicos, potenciais ou efetivos relacionados ao patrimônio da entidade é de suma importância. Por patrimônio público, de acordo com a STN/SOF (2008:92), entende-se o conjunto de bens e direitos, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados ou mantidos com recursos públicos, que integram o patrimônio da entidade pública ou de uso comum e que porte ou represente um fluxo de benefícios inerentes à prestação de serviços públicos.

Ressalta, a STN/SOF (2008:17), que a Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público é ramo da Ciência Contábil. Portanto, deve observar os Princípios Fundamentais de Contabilidade, pois representam à essência das doutrinas e teorias relativas dessa ciência, conforme o entendimento predominante nos universos científico e profissional do país.

De acordo com o CFC (2007), o conhecimento humano deve ter sempre como ponto de partida os princípios que o sustentam, pois eles “[...] espelham a ideologia de determinado sistema, seus postulados básicos e seus fins [...] são eleitos como fundamentos e qualificações essenciais da ordem que institui”. Prossegue o CFC (2007), afirmando que os princípios possuem a prerrogativa de declarar e consolidar os altos valores da vida humana e, por isso, são considerados pedras angulares da estrutura contábil. Em consequência disso, o CFC (2007) estabeleceu a interpretação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, sob a Perspectiva do Setor Público. Descreveremos a seguir os princípios essenciais à abordagem do presente trabalho.

2.2.1 Do princípio da oportunidade

O CFC (2008:19) enuncia que: “Art. 6º O Princípio da OPORTUNIDADE, refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram”.

Como resultado do Princípio da Oportunidade, de acordo com o CFC (2008:19), “[...] desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência”. Além disso, o registro

compreende, também, os elementos quantitativos e qualitativos, incluindo os aspectos físicos e monetários. Por fim, o registro deve contemplar o reconhecimento universal das variações efetuadas no patrimônio da entidade, em um dado período de tempo, base, esta, necessária à geração de informações úteis ao processo decisório da gestão, (CFC, 2008:19).

Quanto às perspectivas para o setor público, de acordo com o CFC (2008:19), o “PRINCÍPIO DA Oportunidade é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público”. Ademais, a integridade e a fidedignidade concernem à necessidade do reconhecimento total das variações, independentemente do cumprimento das formalidades legais para a sua ocorrência, com vistas ao completo atendimento da essência sobre a forma.

Niyama e Silva (2008:90) afirmam que “[...] as variações patrimoniais devem ser identificadas, capturadas, classificadas e divulgadas de modo a traduzir com fidelidade a posição patrimonial, econômica e financeira da entidade numa determinada data”. Os autores citam que por vezes o Princípio da Oportunidade é confundido com o da Competência, pois ambos conduzem ao raciocínio comum do reconhecimento das variações patrimoniais; entretanto, a competência ressalta o reconhecimento das transações que afetam apenas o patrimônio líquido (receitas e despesas), enquanto que a oportunidade engloba todas as variações e as mutações patrimoniais.

O Princípio da Oportunidade, de acordo com Niyama e Silva (2008:90), está relacionado com a tempestividade no reconhecimento das transações, que, por sua vez implica na necessidade de a contabilidade adotar estimativas que produzam informações mais próximas da realidade econômica, pois, do contrário, certamente as demonstrações contábeis não refletirão a visão justa e verdadeira da entidade em um dado momento. A importância disso reside na confiabilidade das demonstrações contábeis, pois demonstrações incompletas não serão úteis aos usuários no processo decisório. Acerca disso, a STN/SOF (2008:18) cita que, para atender ao Princípio da Oportunidade, a contabilidade não pode se restringir ao registro dos fatos decorrentes da execução orçamentária devendo registrar de forma tempestiva todos os fatos que promovem alteração no patrimônio da entidade.

Mota (2008) leciona que a Lei 4.320/64 faz referência indiretamente ao Princípio da Oportunidade quando determina que “A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial [...]” (art. 89) e quando afirma que as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, em sua totalidade, não compreendidas na execução orçamentária, submeter-se-ão também ao registro,

individualização e controle contábil, (art. 93). Apesar de não constar na Lei 4.320/64 orientação expressa quanto à observância a tempestividade e a integridade dos registros, Mota (2008) afirma que não há impedimento em aplicar o Princípio da Oportunidade ao setor público.

Acerca desse assunto, Moura (2003) considera que “[...] as entidades governamentais não podem prescindir da observância desse Princípio, considerando que é dever da administração pública fornecer aos cidadãos de forma tempestiva e íntegra as informações que possam subsidiar a tomada de decisão”.

À correta aplicação do Princípio da Oportunidade é relevante observar a prevalência da essência sobre a forma. Assim, mesmo que a denominação ou interpretação legal indique determinados procedimentos contábeis, a essência do objeto a ser registrado deve prevalecer. No que se refere aos registros contábeis dos Depósitos Judiciais, será atendido ao Princípio da Oportunidade se eles estiverem refletindo a realidade patrimonial de forma íntegra e tempestiva.

2.2.2 Do princípio da competência

De acordo com o CFC (2008:21) pelo Princípio da Competência “As receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento”. Dessa forma, o reconhecimento simultâneo das receitas e das despesas, se correlatas, é consequência natural do respeito ao período da ocorrência de sua geração.

Consideram-se realizadas as receitas, conforme CFC (2008:21):

- 1) nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, quer pela fruição de serviços por esta prestado;
- 2) quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
- 3) pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros; e
- 4) no recebimento efetivo de doações e subvenções.

São consideradas despesas incorridas, de acordo com o CFC (2008:22):

- 1) quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;

- 2) pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo; e
- 3) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

Quanto às perspectivas para o setor público, o CFC (2008:22) discorre que o Princípio da Competência reconhece as transações, no momento do respectivo fato gerador, “[...] independentemente do seu pagamento ou recebimento, aplicando-se integralmente ao setor público”. Ademais, devem ser contabilizados por competência os atos e fatos que afetam o patrimônio público e, os seus efeitos devem ser evidenciados nas Demonstrações Contábeis do exercício financeiro a que se referirem complementarmente ao registro orçamentário das receitas e das despesas públicas.

Acerca do assunto, Lima e Castro (2007:6) citam que, de acordo com a Federação Internacional de Contadores (IFAC), o regime de competência integral é aquele que reconhece as transações e os eventos quando ocorrem, independentemente do seu pagamento ou recebimento. Assim, segundo os autores, “[...] as receitas refletem o montante devido à organização durante o exercício, tendo sido efetivamente arrecada ou não” enquanto “[...] as despesas refletem o montante de bens e serviços consumidos durante o exercício, independentemente se seu pagamento tenha ocorrido ou não”.

A STN/SOF (2008:20) dispõe que a contabilidade aplicada ao setor público, além dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, deve seguir o disposto nas normas de Direito Financeiro contidas na Lei 4.320/64, que institui o regime misto de contabilidade para as receitas e despesas orçamentárias. Paralelamente, a lei determina no art. 89 que a contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e industrial. Observa-se, portanto, que a lei exige a evidenciação dos fatos relacionados à execução orçamentária. Por isso os fatos modificativos devem ser levados à conta de resultado, para que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros do exercício, (arts. 100 e 104 da lei 4.320/64).

A dificuldade que se apresenta ao reconhecimento da receita pelo enfoque patrimonial é a determinação do momento da ocorrência do fato gerador. No caso específico das receitas tributárias, de acordo com a STN/SOF (2008:62), pode-se utilizar o **momento do lançamento** como referência para o reconhecimento, pois **é nesse estágio da execução da receita orçamentária que se verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente**, calcula-se o montante do tributo devido e identifica-se o sujeito passivo. Com a ocorrência do fato gerador, pode-se, então, proceder ao registro contábil do direito, em contrapartida a uma

variação ativa, em contas do sistema patrimonial, representando, assim, o registro da receita por competência.

Dessa forma, visando à evidenciação do impacto no patrimônio da entidade, é imprescindível que haja o registro da receita em função do seu fato gerador, consoante ao Princípio da Competência e da Oportunidade. Além disso, de acordo com a STN/SOF (2008:20), no momento da arrecadação da receita, deve haver o registro em contas específicas, de forma a demonstrar a visão orçamentária requerida pela Lei 4.320/64. Assim, conforme a STN/SOF (2008:20), é possível compatibilizar e evidenciar, harmonicamente, as alterações patrimoniais e as alterações ocorridas na entidade em cumprimento simultâneo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às disposições da Lei 4.320/64.

No Brasil, é adotada uma espécie de regime contábil misto para o reconhecimento da receita – regime de caixa, conforme entendimento do art. 35 da Lei 4.320, pois pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas, portanto o fato gerador seria a arrecadação da receita e regime de empenho, para as despesas. Quanto às despesas, Niyama e Silva (2008:288) discorrem que no Brasil a “Contabilidade pública apropria a despesa com base no *empenho*” e o define como “[...] o ato de um servidor que cria para a administração pública a obrigação de pagamento”. Os autores enfatizam que vários autores de Contabilidade Pública concordam que a Lei 4.320/64 considera que o empenho é o fato gerador para o reconhecimento e liquidação da despesa pública, pois é através dele que ocorre a obrigação do pagamento futuro para o governo.

A LRF, art. 50, II, adota o Princípio da Competência ao determinar que “[...] a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa”.

Mota (2008) esclarece que, com relação ao disposto na Lei nº. 4.320/64 e o disposto na Resolução nº 1.111/07, a receita orçamentária segue o regime de caixa e não o de competência. O autor enfatiza que “[...] não se pode confundir o registro de uma receita (no sentido lato, que é o da resolução do CFC) com o registro da receita orçamentária”. Prossegue com a afirmação de que *lato sensu*, receita refere-se às variações ativas, devendo-se reconhecer o efeito positivo no patrimônio líquido no momento em que ocorrerem. O autor exemplifica, supondo que se um determinado órgão prestasse um serviço em janeiro e recebesse por ele em fevereiro, teríamos os seguintes registros contábeis:

- em janeiro (aplicação do regime de competência: há uma receita no sentido lato)
- D – créditos a receber
- C – variação ativa extra-orçamentária

- em fevereiro (aplicação do regime de caixa: há uma receita orçamentária)
- D – bancos
- C – receita de serviços
- D - variação passiva orçamentária (mutação)
- C – créditos a receber

Mota (2008) esclarece, ainda, que o procedimento acima deve ser realizado no intuito de harmonizar os procedimentos determinados na Lei 4.320/64, as resoluções do CFC e o referencial teórico da Ciência Contábil. Portanto, segundo Mota (2008), deve-se entender que na área pública o regime de competência, para receita, aplica-se no sentido lato, pois, quando se tratar de receita e despesa orçamentárias será observado os dispositivos específicos da Lei 4.320/64. Para Mota (2008) se a referência for para receita e despesa no sentido lato, variação ativas e passivas respectivamente, o regime de competência deverá ser seguido para que haja compatibilidade entre o saldo apurado nas demonstrações das variações patrimoniais e o saldo patrimonial encontrado no balanço patrimonial.

O trabalho publicado pelo Fundo Monetário Nacional (*Working Paper* 02/240 – *Performance Budget – is accrual accounting required?*), citado por Lima e Castro (2007:6), afirma que independente de sua natureza, os sistemas contábeis públicos devem:

- (a) **revelar a posição financeira e patrimonial e o estágio em que se encontra cada receita e despesa;** (b) gerar os relatórios legalmente requeridos; (c) prover informações gerenciais para os tomadores de decisão; (d) proporcionar accountability; (e) possibilitar a apuração dos custos; (f) **identificar com precisão Ativos e passivos;** (g) **atender aos requerimentos de transparência fiscal,** de acordo com exigências nacionais e internacionais. (grifo nosso).

A contabilização dos Depósitos Judiciais da União obedecerá ao Princípio da Competência se estiver refletindo com integridade o momento da ocorrência de seu fato gerador; se os registros identificarem com precisão os ativos e passivos; se os seus efeitos na situação patrimonial estiverem corretamente evidenciados nas demonstrações contábeis do exercício financeiro a que se referirem, complementarmente ao registro das receitas e das despesas públicas.

2.2.3 Do princípio da prudência

Conforme o CFC (2008:22), o Princípio da Prudência determina “[...] a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido”.

O aludido Princípio, de acordo com o CFC (2008:22), determina a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, se existir opções igualmente aceitáveis frente aos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade. Ademais, o Princípio da Prudência apenas é aplicado às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência. Além disso, “A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável”.

Quanto às perspectivas para o setor público, o CFC (2008:23), esclarece que “As estimativas de valores que afetam o patrimônio devem refletir a aplicação de procedimentos de mensuração que prefiram montantes, menores para ativos, entre alternativas igualmente válidas, e valores maiores para passivos”. Deve-se observar a prudência nos casos em que, existindo um ativo ou um passivo já escriturado por determinados valores, conforme os Princípios do Valor Original e da Atualização Monetária, surgirem possibilidades de novas mensurações.

Importante recomendação é feita pelo CFC (2008:23) ao afirmar que “A aplicação do Princípio da Prudência não deve levar a excessos ou a situações classificáveis como manipulação do resultado, ocultação de passivos, super ou subavaliação de ativos”. Ao contrário: conforme os Princípios Constitucionais da Administração Pública, a prudência constitui-se em garantia de inexistência de valores fictícios, ou de vieses de interesse de grupos ou pessoas, em especial de gestores, ordenadores e controladores.

De acordo com o CRCRS (2008:95), “Os preparadores das demonstrações contábeis se deparam com incertezas que inevitavelmente envolvem certos eventos e circunstâncias” e que “Tais incertezas são reconhecidas pela divulgação da sua natureza e extensão e pelo exercício da prudência na preparação das demonstrações contábeis”. Afirma ainda que a prudência consiste no emprego de certa precaução, no exercício dos julgamentos necessários às estimativas, em determinadas condições de incerteza, para que ativos ou receitas não sejam superestimados ou que passivos e despesas subestimados.

Por fim, o CRCRS (2008:97) cita que as “[...] demonstrações contábeis são freqüentemente descritas como apresentando uma visão verdadeira e apropriada (*true and fair view*) da posição patrimonial e financeira, do desempenho e das mutações na posição financeira de uma entidade”. Conclui que, a aplicação das principais características qualitativas e de normas e práticas de contabilidade apropriadas geralmente apresentam demonstrações contábeis que refletem aquilo que comumente se entende como apresentação verdadeira e apropriada das referidas informações.

O Princípio da Prudência prima pela necessidade de se fazer estimativas para definir valores futuros com razoável grau de incerteza, exigindo do contador a precaução quando da avaliação do ativo e do passivo. Nesse contexto, os conceitos de ativo e passivo são relevantes. O CRCRS (2008:98) traz as seguintes definições:

1. ativo - é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade;
2. passivo - é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos; e
3. patrimônio líquido - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Ressalte-se, ainda, que quando da avaliação, para um item ser enquadrado na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência e realidade econômica e não apenas a sua forma legal. Assim, “[...] o benefício econômico futuro embutido em um ativo é o seu potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para entidade”, (CRCRS, 2008:100). À existência de um passivo é essencial que a entidade tenha uma obrigação presente, assim entendida como o “[...] dever ou responsabilidade de agir ou fazer de uma certa maneira”, (CRCRS, 2008:101).

Dessa forma é imprescindível ao Princípio da Prudência a confiabilidade da mensuração dos ativos e dos passivos, pois refletirão diretamente nos resultados apresentados no patrimônio líquido da entidade. Acerca desse assunto o CRCRS (2008:108), esclarece que é essencial à preparação das demonstrações contábeis o uso de estimativas razoáveis, pois de outra forma prejudicaria a sua confiabilidade. Caso não puder ser realizada uma estimativa razoável, “[...] o item não deve ser reconhecido no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado” e cita o exemplo dos valores que se espera receber de ações judiciais que podem tanto ser enquadrado nas definições de ativo quanto na de receita. Entretanto, “[...] **se não é possível determinar, em bases confiáveis, o valor que será recebido, ele não deve ser reconhecido como um ativo ou uma receita**”. (grifo nosso).

Nesse contexto é fundamental ao presente estudo o entendimento do instituto da contingência, principalmente devido a sua estreita relação com a observância ao Princípio da prudência. Hendriksen e Van Breda (1999:288) citam que, de acordo com o SFAS 5, a contingência é “[...] uma condição ou situação existente, um conjunto de circunstâncias envolvendo incerteza quanto a ganhos ou perdas possíveis...para uma empresa, que será

finalmente dirimida quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer”. Os autores finalizam com a afirmação de que a resolvida a incerteza, poderá ser confirmada a existência de um passivo.

Por sua vez, o CRCRS (2008:383/384) define contingência passiva como:

- 1) uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controle da entidade; e
- 2) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - a) é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; e
 - b) **o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.**

De acordo com o CRCRS (2008:384/385), a contingência ativa: “[...] é um possível ativo, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controle da entidade”. Esclarece, ainda, que a expressão contingente é usada para ativos e passivos que não são reconhecidos, pois não atendem aos critérios necessários ao seu reconhecimento. Se os critérios forem atendidos, tem-se um passivo ou um ativo. Há casos em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita. Existe, então, uma obrigação que não pode ser reconhecida. Tal obrigação é divulgada como contingência passiva.

Os conceitos até aqui abordados concernentes às contingências são demonstrados abaixo:

Tipo de contingência	Probabilidade	Tratamento	Referência com os itens da norma
Contingência ativa	Praticamente certa	Reconhecer o ativo.	19.7.12.1
	Provável	Divulgar.	19.7.12.2
	Possível ou remota	Não divulgar.	19.7.18.6
Contingência passiva	Provável - mensurável com suficiente segurança	Provisionar.	19.7.6.1
	– não mensurável com suficiente segurança	Divulgar.	19.7.10.2
	Possível	Divulgar.	19.7.7.2 (b)
	Remota	Não divulgar.	19.7.11.1, 19.7.18.4 e 19.7.18.10

Quadro 1: Contingências
Fonte: CRCRS (2008:402).

O Quadro 1 apresenta o resumo da NBC T 19.7, que trata das provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas, aprovada pela Resolução CFC nº 1.066, de 21 de dezembro de 2005. No caso da contingência ativa, se for praticamente certa deverá ser feito o reconhecimento do ativo. Caso tal contingência seja apenas provável, não deverá ser divulgada nas demonstrações contábeis e sim constará nas notas explicativas. Entretanto se for possível ou remota, não deverá ser divulgada. Quanto à contingência passiva, se for provável e puder ser mensurada com suficiente segurança, deverá ser provisionada. Caso não for possível mensurá-la com suficiente segurança, deverá ser divulgada nas notas explicativas. Se a contingência passiva for possível, deverá ser divulgada, entretanto, se for remota, não deverá ser divulgada.

Diante do exposto, a evidenciação e a divulgação do uso dos Depósitos Judiciais, pela União, estarão em conformidade com o Princípio da Prudência se, diante de alternativas igualmente válidas, o ativo estiver sendo estimado pelo menor valor e o passivo pelo maior, refletindo, assim, a realidade patrimonial da entidade. Além disso, os valores referentes aos Depósitos Judiciais deverão estar corretamente classificados nas demonstrações contábeis.

2.3 Da Evidenciação e Divulgação das Informações Contábeis

A Contabilidade Pública é definida por Costa (2002), como a parte da ciência contábil aplicada à Administração Pública, com o uso das “[...] técnicas de registro e apuração contábeis universalmente aceitas, os Princípios e normas que lhe são pertinentes e em conformidade com as normas gerais de Direito Financeiro, inclusive aqueles estabelecidos para o atingimento da gestão fiscal responsável”.

Sobre o assunto, Lima e Castro (2007:1/2) afirmam que a contabilidade, como ciência, consiste na correta apresentação do patrimônio e na apreensão e análise das causas de suas mutações. Assim, o patrimônio público, tal como o privado, deve ser corretamente registrado e controlado para que as informações produzidas atendam às necessidades dos diversos usuários que dela farão uso para o processo decisório, além de ser importante instrumento de controle por parte da sociedade, conforme previsão constitucional (art. 70, CF/88). Os autores ressaltam que a Contabilidade Pública “[...] é o conhecimento especializado da Ciência Contábil que aplica no processo gerador de informações os conceitos, Princípios e normas contábeis na gestão patrimonial de uma entidade governamental” com o fim de oferecer para sociedade informações amplas e acessíveis sobre a gestão da coisa pública. Citam, ainda, que a Contabilidade Pública é aplicada às pessoas jurídicas de Direito Público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), inclusive as autarquias e fundações criadas ou mantidas pelo Poder Público.

O objeto precípua da Contabilidade Pública, citado por Lima e Castro (2007:2), é o patrimônio público. Os autores afirmam que os objetivos da Contabilidade voltada para a Administração Pública são:

- 1) **registrar** a previsão das receitas e a fixação das despesas constantes dos orçamentos públicos anuais;
- 2) **registrar** todos os Ativos (bens e direitos), como os créditos, as aquisições para revenda, os empréstimos concedidos, os financiamentos, os títulos e valores, os estoques, entre outros; e todos os Passivos (obrigações), como os precatórios, as provisões passivas, o imposto de renda, as contribuições a pagar e outros passivos pertencentes ao ente público;
- 3) **escriturar** e efetuar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira das receitas e despesas;
- 4) **controlar** as operações de crédito, a dívida ativa e as obrigações do ente público;
- 5) **apresentar** as variações patrimoniais, ressaltando o valor do patrimônio;
- 6) **fornecer** informações aos gerentes públicos e à sociedade em geral sobre o desempenho fiscal dos entes públicos, em particular no que tange ao respeito aos preceitos versando sobre a disciplina fiscal agregada;
- 7) **fornecer** dados sobre os entes públicos à Contabilidade Nacional (estatísticas econômicas do país);

8) **disponibilizar** informações que auxiliem a medir o desempenho de estruturas e programas de governo. (grifo nosso).

A Lei 4.320/64, art. 83, determina que a Contabilidade evidencie a situação daqueles que, de algum modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens pertencentes à Fazenda Pública ou a ela confiados. A citada Lei dispõe, no art. 85, que a organização dos serviços de contabilidade será de forma que possibilite o “[...] acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros”. A preocupação desse normativo reforça a importância de a Contabilidade Pública evidenciar de forma clara, oportuna, tempestiva e integral os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial das entidades públicas.

A administração financeira e orçamentária tem cada vez mais alcançado importância à gestão pública eficiente. Assim, é imprescindível o registro transparente das contas públicas de forma a produzir informações confiáveis sobre a realidade financeira, orçamentária e patrimonial dos entes públicos. Dessa forma, para que as aludidas informações sejam confiáveis e tempestivas, faz-se necessário à existência de sistemas de contabilidade pública que promovam, de forma clara e oportuna, o registro dos fatos contábeis. Ademais, para correta aplicação das normas referentes à gestão dos recursos públicos é essencial à observância ao Princípio da Transparência e da Responsabilidade Fiscal.

Sobre o assunto, Torres (2001) afirma que “A transparência Fiscal é um Princípio constitucional implícito. Sinaliza no sentido de que a atividade financeira deve se desenvolver segundo os ditames da clareza, abertura e simplicidade”. Nesse sentido, Pederiva (1998:18/23) afirma que se deve considerar a prestação de contas como um dos Princípios constitucionais, manifestado de várias formas na CF/88. Por um lado, o setor público precisa se auto-informar. Nesse aspecto, os sistemas de informação, em especial o contábil, devem proporcionar, no mínimo, os efeitos que o gestor da coisa pública deve evitar na tomada de decisão. Assim, quanto mais adequadas forem a qualidade e a quantidade das informações, mais as soluções serão obtidas com facilidade. Por outro lado, é imprescindível que os governantes busquem o respaldo de suas ações junto à opinião pública através da ampla publicidade de seus atos. Além disso, conforme Pederiva (1998:18/23), “[...] a falta de informação adequada, segura e tempestiva pode ensejar situações de assimetria informacional, nas quais o detentor das informações manipula o poder”.

As demonstrações financeiras das entidades são as principais fontes de informações das atividades econômicas por ela praticadas. Tais informações figuram como fonte essencial de avaliação de desempenho das entidades pelos diversos usuários. O *Financial Accounting Standards Board – FASB*, Junta de Normas de Contabilidade Financeira, dos Estados Unidos, e o *Accounting Standards Board – ASB*, Junta de Normas Contábeis, do Reino Unido, citado por Gomes (2000:52), afirmam que a contabilidade tem o objetivo precípua de oferecer aos usuários as informações úteis à execução do investimento e do crédito racionais e das demais decisões congêneres.

Para o CFC, (1992) “[...] divulgação é o ato de colocar as demonstrações contábeis da entidade a disposição de seus usuários”. A divulgação das demonstrações contábeis deve ser transparente, confiável e relevante. Informação transparente é a que reflete com clareza e simplicidade a realidade do patrimônio da entidade. Para o *FASB*, citado por Gomes (2000:52), a informação confiável é aquela que demonstra, de forma fiel, aquilo a que se propôs representar com imparcialidade e de forma que se possa comprová-la. A informação é relevante se contribuir, de forma significativa, para o processo decisório, constituindo-se em um valor preditivo ou de retorno em um determinado período de tempo.

A “[...] informação deve proporcionar benefícios superiores a seu custo” conforme afirmam Hendriksen e Van Breda (1999:96/97). Ao discorrer sobre a relevância da informação, os autores citam que o *FASB* assumiu de forma definitiva o partido da relevância para decisões, quando a definiu como sendo a capacidade que a informação teria de fazer diferença em uma decisão. Os citados autores prosseguem, discorrendo que a aludida diferença deveria ser alcançada com o objetivo de ajudar os usuários a realizar previsões sobre o resultado de eventos passados, presentes e futuros, ou confirmar ou corrigir expectativas anteriores. Esses dois papéis da informação têm sido denominados *valor preditivo* e *valor como feedback*, respectivamente.

De acordo com o CRCRS, (2008:91) a compreensibilidade é qualidade essencial das informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Quanto à relevância, o CRCRS (2008:92) afirma que as informações são relevantes se puderem “[...] influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores” e a “[...] relevância das informações é afetada pela sua natureza e materialidade”. O CRCRS (2008:93) entende que a informação é material caso a sua omissão ou distorção influencie as decisões econômicas dos usuários, baseadas nas demonstrações contábeis.

Hendriksen e Van Breda (1999:95) afirmam que as características qualitativas da informação são as propriedades necessárias para torná-las úteis e define-as como: benefícios e custos, relevância, confiabilidade, comparabilidade e materialidade, conforme demonstrado na Figura 6:

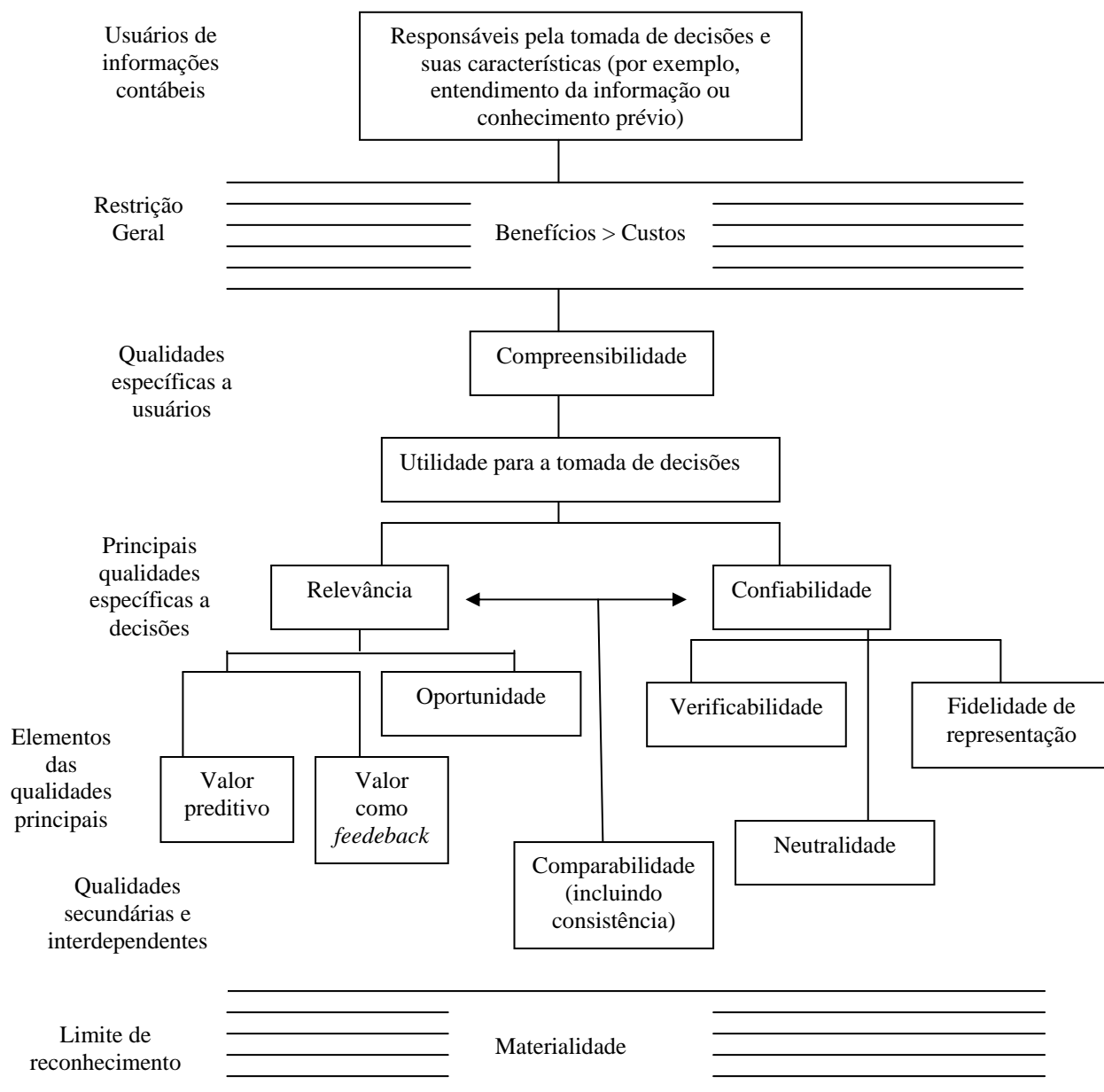


Figura 6: Uma hierarquia de qualidades em contabilidade
Fonte: Hendriksen e Van Breda (1999:96).

Conforme demonstrado na Figura 6 os usuários das informações contábeis, responsáveis pela tomada de decisão, avaliam os benefícios e os custos. A compreensibilidade se apresenta como qualidade específica a usuários. A relevância e a confiabilidade são as principais qualidades específicas às decisões. A oportunidade, a verificabilidade e a fidelidade de representação são os elementos das qualidades principais da informação contábil. O valor

preditivo, o valor como *feedback*, comparabilidade, neutralidade são as qualidades secundárias e interdependentes da informação contábil.

Segundo Henriksen e Van Breda (1999:99/101/103) o SFAC 2 definiu a confiabilidade das informações como “A qualidade da informação que garante que a informação seja razoavelmente livre de erro e viés e represente fielmente o que visa representar”. Os autores afirmam que, de acordo com o Conselho, a comparabilidade é a qualidade da informação que permite aos usuários a identificação de semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos econômicos. Por fim, os autores citam que a informação é material (e, portanto, sua divulgação é necessária), se o conhecimento dela for importante para os usuários dos relatórios contábeis.

Para o CRCRS (2008:93) “[...] uma informação pode ser relevante, mas a tal ponto não confiável em sua natureza ou divulgação que o seu reconhecimento pode potencialmente distorcer as demonstrações contábeis”. Ainda, a informação deve representar de forma adequada às transações e outros eventos que se propôs para ser confiável, pois deve ser eivada de erros ou vieses relevantes. Dessa forma, o balanço patrimonial deve representar adequadamente a posição dos ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade.

Além disso, o CRCRS (2008:94) afirma que à correta e adequada representação das transações e outros eventos que ela se propõe a representar, as informações devem refletir a substância e a realidade econômica, e não meramente a sua forma legal quando de sua contabilização, pois, **“a essência das transações ou outros eventos nem sempre é consistente com o que aparenta ser com base na sua forma legal ou artificialmente produzida”**. (grifo nosso).

Diante do exposto, a evidenciação e a divulgação do uso dos Depósitos Judiciais pela União devem estar revestidas das qualidades aceitas pela Teoria Contábil e pelos normativos expedidos pelo CFC.

2.4 Das Normas Internacionais

A evolução resultante da crescente globalização mundial tem promovido significativas mudanças na economia mundial. Diante desse cenário a exigência de se produzir informações contábeis, confiáveis, transparentes e relevantes, que reflitam fidedignamente a realidade patrimonial das entidades de forma tempestiva e oportuna é imprescindível. Para tanto, as

atuais práticas contábeis do setor público precisam convergir⁸ com as normas internacionais de contabilidade. Nesse contexto a Portaria nº 184, de 26 de agosto de 2008 (MF/STN/2008) enfatiza que a credibilidade da informação é fortalecida pela adoção de boas práticas contábeis e isso facilita o acompanhamento e a comparação da situação econômico-financeira e o desempenho dos entes públicos, possibilitando a economicidade e a eficiência na alocação de recursos.

Diante disso, o MF/STN/2008 determina que a STN promova o desenvolvimento das seguintes ações, com o objetivo de promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *Internacional Federation of Accountants* (IFAC) e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo CFC, (NBC T 16), observada a legislação vigente:

- 1) identificar as necessidades de convergência às normas internacionais de contabilidade publicadas pela IFAC e às normas Brasileiras editadas pelo CFC;
- 2) editar normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e Plano de Contas Nacional, com o objetivo de elaborar e publicar demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os pronunciamentos da IFAC e com as normas do CFC; e
- 3) adotar os procedimentos necessários para atingir os objetivos de convergência estabelecido no âmbito do Comitê Gestor da Convergência no Brasil, instituído pela Resolução nº. 1.103, de 28 de setembro de 2007.

Sobre o assunto, Mantega (2008) “[...] explicou que o objetivo é dar maior transparência, além de alinhamento com práticas de outros países” e lembra que “[...] a União Européia já adota os padrões internacionais e os Estados Unidos os adotarão a partir de 2009”. Mantega (2008) cita, ainda, que as NICSP foram elaboradas pela IFAC a partir das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) para a contabilidade empresarial.

As NICSP buscam harmonizar os critérios de reconhecimento de receitas e despesas, a avaliação de ativos e passivos, a forma de evidenciação da situação financeira, da apuração do resultado do exercício e das mutações da posição financeira e patrimonial no setor público.

⁸ Para Choi e Meek (2005:275, apud CARLIN 2008) convergência é o termo contábil que significa a gradual eliminação das diferenças existentes entre os padrões nacionais e internacionais de contabilidade, através do esforço de organismos internacionais e nacionais que emitem padrões e normas contábeis. Por harmonização, os autores definem como o processo que visa aumentar a compatibilidade das práticas contábeis, por meio da aplicação de procedimentos para compatibilizar as diferenças das práticas contábeis, com vistas a evitar conflitos e permitir a comparabilidade da informação financeira entre os diferentes países. Quanto à padronização, refere-se à imposição de um conjunto rígido de regras, com aplicação de um mesmo padrão contábil a várias situações. (Choi e Meek 2005; Niyama, 2007 apud Carlin 2008).

Tais normas preconizam uma contabilidade patrimonial integral que requer o registro dos bens, direitos, e obrigações da entidade e estabelecem o regime de competência para o reconhecimento de receitas e despesas. Além disso, o MF/STN/2008 determina que a STN acompanhe continuamente as Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público editadas pela IFAC e pelo CFC, de forma a garantir que os Princípios Fundamentais de Contabilidade sejam respeitados no âmbito do setor público.

Nesse contexto, Trevisan (2008) afirma que pouco se sabe sobre a riqueza pública e que a população, em geral, não entende as contas do Estado, tampouco as acompanha. Dessa forma, o autor ressalta que, as aludidas alterações darão maior transparência às informações contábeis e “[...] sepultarão a idéia de que há um buraco negro nesse setor” o que também contribuirá para reduzir a idéia de que no Brasil, na área pública, tudo é “[...] incerto na sua contabilidade”. O autor cita que o “[...] principal avanço do ato administrativo, no seu aspecto socioeconômico, é o de permitir que a gestão pública seja corretamente avaliada, fazendo com que o cidadão seja capaz de entender o que é feito com o seu dinheiro”.

Visando à adequação das práticas contábeis no setor público aos princípios contábeis acima descritos, a Portaria Conjunta nº. 3, de 14 de outubro de 2008 (MF/STN/MPOG/SOF Nº. 03/2008), determina no art. 6º que a despesa e a receita serão reconhecidas por critério de competência patrimonial, com vistas a conduzir a contabilidade do setor público brasileiro aos padrões internacionais e ampliar a transparência sobre as contas públicas.

A IFAC, fundada em 1977, é a organização que representa mundialmente a profissão contábil, com sede em Nova Iorque, e tem se proposto a produzir padrões internacionais de contabilidade que contribuem para o desenvolvimento econômico internacional - *The International Federation of Accountants (IFAC) is the global organization for the accountancy profession. Founded in 1977, its mission is “to serve the public interest, IFAC will continue to strengthen the worldwide accountancy profession and contribute to the development of strong international economies by establishing and promoting adherence to high quality professional standards, furthering the international convergence of such standards and speaking out on public interest issues where the profession’s expertise is most relevant”*, (IFAC:2008).

Acerca disso, Carlin (2008) cita que os representantes do Brasil na IFAC são o CFC e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). O autor explica que para cumprir a sua missão, essa organização atua por intermédio de conselhos (*boards*) independentes, que buscam estabelecer padrões nos mais diversos ramos (contabilidade para o setor público, auditoria, educação, ética, gestão e negócios) e que sejam aplicáveis em termos globais ao

mais diversos países. Um desses conselhos é o *Internacional Public Sector Accounting Standarts Board* (Ipsasb) ou Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público. O autor cita, ainda, que o Ipsasb “[...] emite pronunciamentos em Contabilidade e de reporte financeiro (demonstrações contábeis) para os governos nacionais, regionais ou locais, procurando desenvolver um guia de melhores práticas que permitam um fluxo mais adequado de informação contábil no setor público”. Dessa forma, o Ipsasb requer conhecimento de tais documentos e suas diferenças, ao reconhecer que as normas nacionais diferem na forma e conteúdo e, frente a essas questões, as normas são recomendadas para aplicação internacional. Assim, finaliza esse autor, as orientações sobre as NICSP – *Internacional Public Sector Accounting Standarts* (IPSAS) contêm orientações relativas à forma de apresentação dos relatórios financeiro, contábeis e de auditoria.

Por sua vez, Macedo (2008) descreve que as NICSP definem os seguintes demonstrativos contábeis: demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração da posição financeira, demonstração das mutações da situação financeira e demonstração dos resultados. O autor cita que não integra os demonstrativos das NICSP o balanço orçamentário, tampouco o reconhecimento de receitas e despesas orçamentárias, pois são demonstrativos peculiares à contabilidade brasileira, além do que as NICSP são elaboradas a partir das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) para o setor privado, que não comporta os aludido balanço.

Com a convergência das NICSP se espera que haja maior transparência e controle de ativos e passivos, de forma a proporcionar melhor gestão dos recursos públicos. Espera-se que a informação sobre a receita e a despesa pública seja mais abrangente e uniforme, permitindo maior subsídio para gestão de resultados, e uniformidade e comparabilidade das demonstrações financeiras e patrimoniais em diferentes períodos e entre as diversas organizações.

Assim, Rotter (2008) afirma que a mudança passa a valorizar a essência do fato contábil e não a sua forma além de aumentar a inserção total e real do Brasil no mercado internacional. O autor cita que, com a implementação das IPSAS, ter-se-á melhor informação financeira e gestão dos gastos públicos; controle do patrimônio público, seus ativos e passivos; facilidade de comparação da informação entre entidades públicas; caminho rumo a melhor governança; Órgão Independente de Contabilidade isento de pressões; possibilidade de melhor informação quanto aos custos do governo para a prestação de serviços públicos; a geração de transparência e a demonstração de forte liderança do Brasil frente aos demais países.

De acordo com Macedo (2008) as NICSP reconhecem as receitas e as despesas pelo regime de competência. Consequentemente os ativos e passivos também serão reconhecidos por esse regime. Macedo (2008) descreve que o regime de competência (*accrual basis*):

É o método contábil pelo qual as transações e outros fatos são reconhecidos quando ocorrem (e não unicamente quando se efetua o recebimento ou pagamento). Nele, as transações e outros fatos são contabilizados e evidenciados nas demonstrações contábeis dos exercícios financeiros com que se relacionem. Os elementos reconhecidos por meio do regime de competência são: ativo, passivo, patrimônio líquido, *receitas e despesas*.

Quanto às receitas (*revenues*), Macedo (2008) descreve que “São constituídas pelo fluxo bruto de entradas de benefícios econômicos ou de um potencial de serviço durante o exercício financeiro no qual dito fluxo produz um aumento no patrimônio líquido, excetuando-se os casos de aporte dos proprietários”. Por sua vez, as despesas (*expenses*), são conceituadas como as “[...] reduções nos benefícios econômicos ou no potencial de serviço, que ocorrem durante o exercício financeiro e que toma a forma de fluxos de saída ou consumo de ativos ou inocorrência de passivos e que produzem uma diminuição no patrimônio líquido [...]”. No que se refere ao reconhecimento das receitas e despesas, o autor esclarece que se consideradas em conjunto as orçamentárias e extra-orçamentárias, têm-se as modificações da situação financeira (disponibilidades), evidenciadas no Balanço Financeiro.

A dificuldade aparente que se apresenta ao reconhecimento das receitas e despesas seria em relação às receitas orçamentárias e extra-orçamentárias, definidas na Lei 4.320/64, pois as NICSP preconizam que as receitas e despesas sejam reconhecidas pelo regime de competência e a Lei 4.320/64 determina que as receitas orçamentárias sejam reconhecidas pelo regime de caixa. Entretanto, podem-se compatibilizar as exigências da Lei 4.320/64 com a adoção das NICSP. Nesse sentido, a STN/SOF (2008:58/60) dispõe a forma como devem ser contabilizadas as receitas (variação ativa) para serem reconhecidas pelo regime de competência, como já tratado nesse trabalho anteriormente nos itens 2.2.2 e 2.2.3.

As NICSP elaboradas até o momento, são resumidas no Apêndice A. São relevantes ao presente estudo, em especial, as NICSP de números 1, 19, 23 e 24. Ressalte-se que as normas estabelecidas pelo CFC (NBC T 16) e pela STN, contidas no Manual da Receita Nacional e Portaria Conjunta Nº. 187/2008 confirmam a aceitação dessas NICSP pelo Brasil, pois os citados instrumentos trazem conceitos harmônicos com elas. Portanto, não há óbice à que se cumpram às disposições das NICSP citadas nas práticas contábeis do Setor Público Brasileiro.

Quanto às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Nbcasp), há a previsão de que até o ano de 2012 ocorra a convergência total às IPSAS. Dessa forma, segundo Bugarin (2008:3), o CFC está elaborando as NBCT 16, considerando para tanto o acúmulo histórico da prática contábil nessa área, as pesquisas desenvolvidas, a legislação aplicável no Brasil, as Normas Brasileiras de Contabilidade já existentes e as normas da IPSAS, com o objetivo de produzir um conjunto de normas que propicie impactos positivos na transparência e, especialmente, no controle social. O CFC almeja, conforme Bugarin (2008:3), com a elaboração dessas normas, contribuir para a uniformização de práticas e procedimentos contábeis, que se fazem necessários “[...] em virtude da dimensão e da diversidade da estrutura da administração pública brasileira, possibilitando, também, atender as novas demandas sociais por um novo padrão de informações geradas pela Contabilidade Pública”. O Apêndice B resume as NBC T 16, aprovadas em novembro de 2008.

A divulgação do uso dos Depósitos Judiciais pela União obedecerá às NISCP e às Nbcasp, caso os registros contábeis permitam identificar de forma oportuna o momento da ocorrência do fato gerador, prevalecendo a essência contábil sobre a forma legal, além de refletir-se no patrimônio a realidade contábil. Ademais, as informações geradas deverão ser confiáveis, tempestivas e relevantes, revestidas de comparabilidade, objetividade, compreensibilidade, uniformidade, verificabilidade, visibilidade, utilidade, imparcialidade, fidedignidade e representatividade.

3 METODOLOGIA

Dada as características intrínsecas ao objeto da presente pesquisa, foi escolhida a abordagem qualitativa. A metodologia usada no presente trabalho é essencialmente descritiva, por meio da revisão bibliográfica; da análise documental referente à legislação aplicada e aos manuais acerca do assunto; e da análise dos dados coletados junto a STN, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a SOF/MPOG e junto ao Sistema de Administração Financeira (Siafi).

Para a análise da presente pesquisa, definiu-se o período compreendido entre dezembro 1998 a dezembro de 2007, por ser o período de vigência da lei 9.703/98. O ano de 2008 foi excluído da análise, devido ao fato de não estar completo até a data de conclusão do trabalho.

Inicialmente procedeu-se à pesquisa bibliográfica para verificar o que os autores teriam abordado sobre o assunto. Verificou-se a escassez de referências bibliográficas acerca desse assunto, fato esse, que a Príncipe apresentou-se como limitação à pesquisa. Buscaram-se informações no site da Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br), STN (www.tesouro.fazenda.gov.br), SOF/MPOG (www.planejamento.gov.br). Em seguida procurou-se coletar os dados numéricos e os referentes à escrituração contábil e orçamentária dos Depósitos Judiciais junto aos seguintes órgãos: STN, Secretaria da Receita Federal do Brasil, SOF/MPOG e junto ao Siafi.

Procedeu-se à coleta de dados junto a STN para verificar, em especial, a escrituração contábil dos Depósitos Judiciais. Os valores numéricos foram coletados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A pesquisa realizada na SOF/MPOG foi com o objetivo de se obter dados relativos à previsão orçamentária dos ingressos referentes aos Depósitos Judiciais. Buscou-se também, por meio de e-mail, esclarecimentos junto a representantes da STN com vistas a apresentar de forma fidedigna os dados relativos à escrituração dos Depósitos Judiciais pela União, entretanto não foi obtido sucesso.

Ao estabelecer a relação entre os institutos normativos e a Teoria Contábil referentes ao objeto de pesquisa, por meio da exploração bibliográfica disponível, realizaram-se pesquisas também na internet para verificar a existência de referências em artigos, congressos, simpósios, etc... Estabeleceram-se, então, critérios de análise para avaliar os dados apurados por meio do confronto entre esses e aqueles. Além da apresentação dos dados obtidos na pesquisa, devido ao caráter legal predominante, na atual forma de evidenciação e divulgação

dos Depósitos Judiciais pela União, procurou-se confrontar as teorias de interpretação das normas, bem como a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF). Os resultados obtidos foram contestados com os Princípios da Teoria Contábil, da Gestão Fiscal Responsável e com as NICSP.

Não foram obtidos os valores atualizados dos Depósitos Judiciais, sob a égide da Lei 9.703/98, somente a preços correntes, o que dificultou a análise quantitativa dos dados. Quanto ao valor do resíduo dos Depósitos Judiciais antes da vigência da Lei 9.703/98, obtiveram-se os valores atualizados no site da Receita Federal do Brasil no período de 2003 a 2007. Entretanto, para efetuar a comparação entre os dois momentos, antes e depois da Lei 9.703/98, optou-se por apresentá-los também a preços correntes, pois os valores obtidos para o período de 1999 a 2007 foram a preços correntes.

É importante citar que os valores obtidos junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, no período da vigência da Lei 9.703/98 (1999 a 2007), referem-se aos Depósitos Judiciais/Administrativos, fato esse que dificultou a análise comparativa dos valores antes e após a vigência da Lei 9.703/98. Entretanto, como a análise da presente pesquisa é predominantemente qualitativa, esse fato não foi relevante.

A edição do Manual da Receita Nacional, em 16 de outubro de 2008, exigiu a revisão dos conceitos abordados no presente trabalho, bem como a interação com outros ramos do direito, tais como o tributário e o constitucional. Quanto às NICSP, a abordagem restringiu-se às normas que foram consideradas mais relevantes ao presente estudo.

4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa, bem como as análises e as discussões cabíveis.

4.1 Dos Valores dos Depósitos Judiciais

Os valores referentes aos Depósitos Judiciais são discriminados abaixo em dois momentos distintos, antes e depois da Lei 9.703/98:

Tabela 1: Conversão dos Depósitos Judiciais em renda da União, resíduo antes da Vigência da Lei 9.703/98 (jan/99 a dez/07)
Unidade: R\$ milhares (a preços correntes)

Conversão dos Dep. Jud. em Renda da União: Estoque CEF	
ANO	VALOR
1999	1.869.443
2000	617.462
2001	542.092
2002	490.857
2003	442.528
2004	290.862
2005	410.826
2006	243.495
2007	352.611
TOTAL	5.260.176

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A Tabela 1 demonstra os valores dos Depósitos Judiciais efetuados de acordo com o artigo 156, VI, do CTN (conversão do montante do depósito integral em renda). Os montantes variam entre R\$ 243.495,00 no ano de 2006, e R\$ 1.869.443,00, em 1999. Devido à variação dos montantes ano a ano, não é possível estabelecer uma tendência crescente ou decrescente dos valores. Isso se deve ao fato do caráter subjetivo e imprevisível das decisões judiciais, quanto aos Depósitos Judiciais objeto dos litígios contra a fazenda pública, pois os valores são determinados pelo juiz de cada causa, conforme o caso específico.

A Tabela 2 apresenta os valores, em milhões, dos Depósitos Judiciais, após a vigência da Lei 9.703/98.

Tabela 2: Depósitos Judiciais/Administrativos arrecadados sob a vigência da Lei 9.703/98.

Unidade: R\$ milhões (a preços correntes)

Depósitos Jud./Adm.: Vigência da Lei 9.703/98	
ANO	VALOR
1998	83
1999	2.050
2000	4.846
2001	3.206
2002	4.323
2003	7.408
2004	5.210
2005	6.191
2006	6.284
2007	9.188
TOTAL	48.789

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Nota-se que os valores recolhidos à Conta única do Tesouro Nacional, de acordo com os procedimentos estabelecidos no citado instrumento normativo, são consideravelmente maiores que os recolhidos aos cofres públicos de acordo com o CTN (art. 156, VI), Tabela 01.

Tabela 3: Valores mensais dos Depósitos Judiciais/Administrativos arrecadados sob a vigência da Lei 9.703/98.

Unidade: R\$ milhões (a preços correntes)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
JAN	-	81	261	228	564	441	441	323	339	498
FEV	-	149	233	309	626	266	329	318	504	940
MAR	-	201	1.673	241	242	427	570	353	513	822
ABR	-	171	205	234	220	291	386	589	601	602
MAI	-	120	248	210	250	707	574	443	422	1.500
JUN	-	155	596	236	244	725	324	637	531	504
JUL	-	157	306	421	288	270	440	571	486	457
AGO	-	155	241	237	288	227	661	609	461	864
SET	-	198	225	257	628	324	363	762	587	1.032
OUT	-	220	281	204	411	1.143	370	493	771	725
NOV	-	205	226	405	294	1.264	336	380	552	756
DEZ	83	236	352	224	267	1.324	416	714	517	488
TOTAL	83	2.050	4.846	3.206	4.323	7.408	5.210	6.191	6.284	9.188

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A Tabela 3 apresenta os valores mensais, dos Depósitos Judiciais/Administrativos sob a égide da Lei 9.703/98. Observa-se que em 2007 foram recolhidos à Conta Única do Tesouro R\$ 9.188.000.000,00.

O Gráfico 1 representa os dados apresentados na Tabela 01. Os maiores valores convertidos em renda, desde 1999, foram em novembro de 2006, notando-se a discrepância entre este e os demais anos.

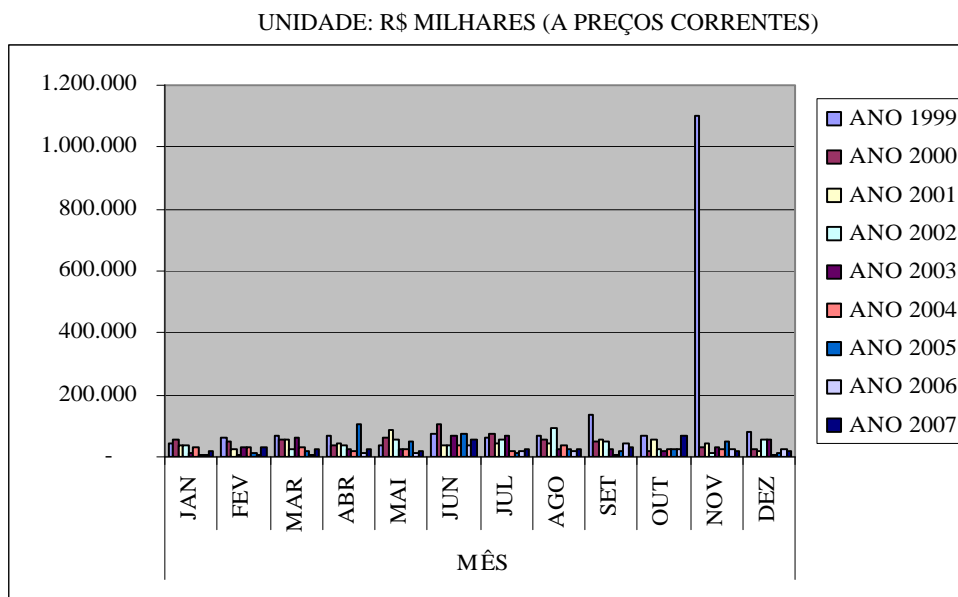


Gráfico 1: Análise gráfica 1- Conversão dos Depósitos Judiciais em renda da União (resíduo antes da Vigência da Lei 9.703/98 (1999 a 2007).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

No Gráfico 2 é apresentada a comparação, ano a ano, dos valores convertidos em renda conforme prescrito no CTN (art. 166, VI). Devido à imprevisibilidade quanto à decisão final do litígio, não foi possível estabelecer critérios de relação dos valores anuais.

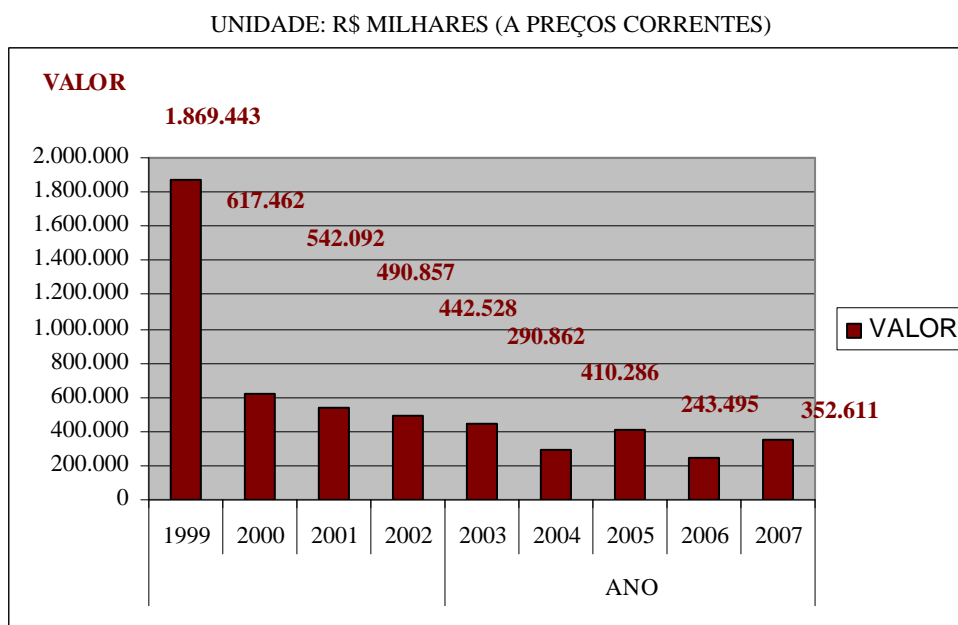


Gráfico 2: Análise gráfica ano a ano dos valores dos Depósitos Judiciais convertidos em renda da União (resíduo antes da vigência da Lei 9.703/98) - 1999 a 2007.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Observa-se que, à exceção do ano de 1999, os valores convertidos em renda mantiveram-se relativamente próximos, variando entre R\$ 352.611 em 2007 e R\$ 617.462 em 2000. Não foi

encontrada na presente pesquisa explicação para a discrepância entre os valores convertidos em 1999 e os demais anos.

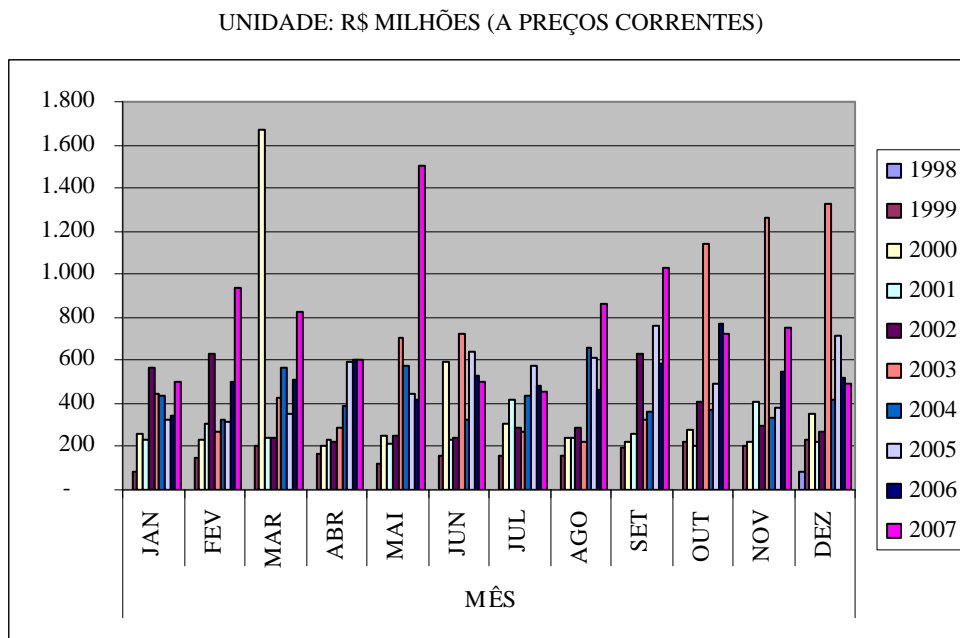


Gráfico 3: Valores dos Depósitos Judiciais/Administrativos – vigência da Lei 9.703/98, (1998 a 2007).
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

No Gráfico 3 é demonstrado os valores referentes aos Depósitos Judiciais sob a égide da Lei 9.703/98, no período de dezembro de 1998 a dez 2007. Em março de 2000 foram recolhidos à Conta única do tesouro os maiores valores arrecadados por mês durante o período analisado.

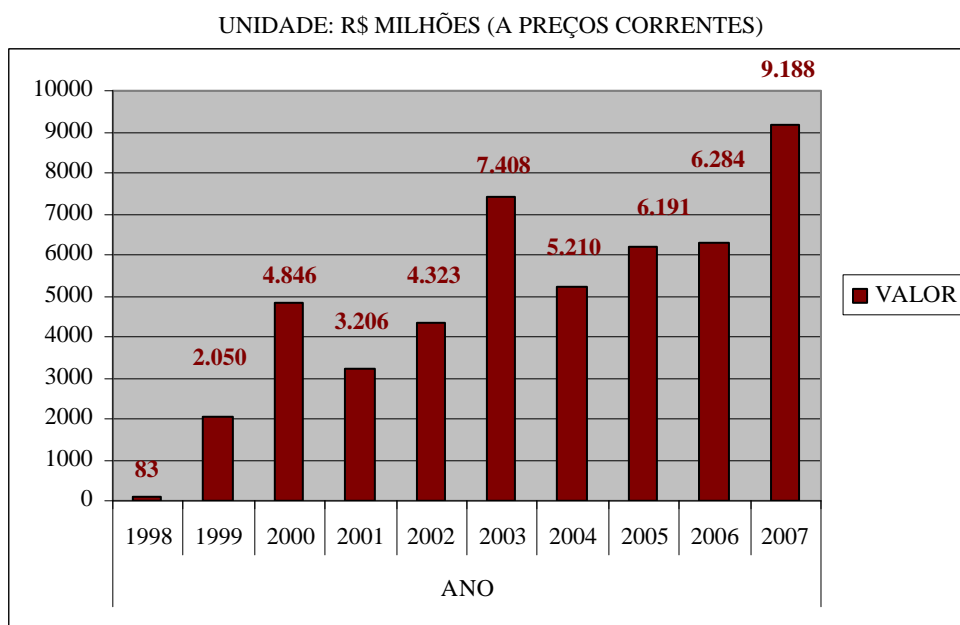


Gráfico 4: Comparação ano a ano dos Valores dos Depósitos Judiciais/Administrativos – Vigência da Lei 9.703/98, (1998 a 2007).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Observa-se que o maior valor anual, do período em questão, se deu em 2007, conforme demonstrado no Gráfico 4.

4.2 Da Interpretação das Normas

Posto que a contabilização atual dos Depósitos Judiciais é o resultado da especial interpretação de que a Lei 9.703/98 confere a eles o tratamento de receita orçamentária corrente tributária, é indispensável à presente análise a discussão acerca da interpretação das normas jurídicas no Estado Democrático de Direito brasileiro.

Ávila (2006:345) descreve os equívocos metodológicos ao se interpretar as normas, entre eles, a tendência em se desenvolver um raciocínio jurídico com base mais nas conseqüências supostamente decorrentes da decisão e menos das normas jurídicas (regras e Princípios) que regem a matéria. Ávila enfatiza ainda, que “[...] normas jurídicas são interpretadas de modo tendencioso em virtude do rombo que determinado tipo de interpretação poderá causar. É muito comum a escolha por uma alternativa interpretativa simplesmente porque ela evita rombos na arrecadação”.

Acerca disso, Pertence (1992, apud Ávila 2006:350) afirma que:

Argumentos de necessidade, por mais relevantes que possam ser, não devem prevalecer sobre o império da Constituição. Razões de Estado, ainda que vinculadas a motivos de elevado interesse social, não podem legitimar o desrespeito e a afronta a Princípios e valores sobre os quais tem assento o nosso sistema de direito constitucional positivo.

Nesse sentido, Tôrres et al. (2005:169) ressaltam que, em específico, no sub-ramo do direito tributário é que se tem questionado muitas das normas introduzidas no ordenamento jurídico, com o objetivo, muitas vezes, de realizar a qualquer custo a arrecadação de tributos, para suprir *déficits* orçamentários do exercício em curso ou de exercícios anteriores que comprometem o cumprimento das leis de diretrizes orçamentárias (LDO) presentes e futuras. Além disso, os autores afirmam que em virtude do momento que o País atravessa é de suma importância ampliar o leque de enfoques possíveis na análise do controle de constitucionalidade das leis, proporcionando também a ampliação da discussão do tema.

De acordo com o Ministério da Fazenda, em exposição de motivos ao STF (2001:117), a atual forma de uso dos Depósitos Judiciais pela União se justifica pela necessidade de obtenção de receitas imediatas com o fim último de cumprir as metas fiscais. De acordo com Ávila (2006:346) argumentos que levam em consideração somente os resultados provenientes da decisão, são denominados de argumentação consequencialista. Assim, ele discorre que:

Do ponto de vista da teoria das normas, a argumentação consequencialista tem uso restrito. De um lado, porque os Princípios, na CF/88, quando valorizam elementos fáticos ligados aos efeitos da decisão, o fazem valorizando também elementos relacionados à segurança e previsibilidade da decisão. Nesse sentido, embora alguns Princípios, na sua eficácia externa, selecionem e valorizem determinados fatos, é preciso considerar que também há Princípios que valorizam elementos relacionados à proteção dos contribuintes.

Os Princípios determinantes do Estado Democrático de Direito, de acordo com Àvila (2006:346), pressupõem a prevalência dos argumentos lingüísticos “[...] (aqueles que dizem respeito ao significado dos dispositivos ou enunciados prescritivos, tanto ao significado das expressões quanto a sua estrutura gramatical)”, e sistemáticos “[...] (aqueles que são fundados na estrutura do sistema jurídico e dizem respeito aos seus elementos ou a sua aplicação)”, sobre os argumentos meramente práticos.

A interpretação das normas jurídicas pressupõe a observância aos Princípios pré-existentes. Princípios são normas que transfiguram os valores fundamentais da sociedade, sendo por isso determinante na instituição dos critérios de interpretação das normas legais.

Bandeira de Mello (1980:230), afirma que o Princípio Jurídico é o

[...] mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para a sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica do sistema normativo, no que confere a tônica e lhe dá sentido harmônico.

Para Melo (1994), o “[...] conteúdo político de uma Constituição não é conducente ao desprezo do conteúdo vernacular das palavras, muito menos ao do técnico, considerados os institutos consagrados pelo Direito”. Diante do exposto, percebe-se um conflito de interpretação da Lei 9.703/98 à luz do CTN, da LRF, da Lei 4.320/64. Interpretações desse gênero trazem intrínseca a instabilidade da ordem jurídico-financeira, pois os resultados, muitas vezes, são irreversíveis.

4.3 Da Jurisprudência

O Ministério da Fazenda na exposição de motivos ao STF, na Ação Indireta de Inconstitucionalidade nº. 1.933-1-DF, STF (2001:33), na qual foi questionada a constitucionalidade da Lei 9.703/98, entende que o procedimento estabelecido na Lei nº 9.703/98 trata apenas de uma medida que consiste em alterar procedimentos contábeis entre órgãos e entidades dos Ministérios da Fazenda e da Previdência e Assistência Social,

permitindo o fluxo imediato de recursos para o Tesouro Nacional e evitando a busca desses recursos no mercado a taxas e juros mais elevados. Ainda, o Ministério da Fazenda na exposição de motivos ao STF (2001:117) reproduz o voto do relator, no projeto de lei, ao afirmar que “trata-se de volume ponderável de recursos financeiros que ficam indisponíveis para o Tesouro, em momento que o déficit fiscal coloca sob risco a estabilidade financeira da nação”.

Prossegue o Ministério da Fazenda na exposição de motivos ao STF (2001:119):

(...) os valores depositados “... que antes ficavam indisponíveis para ambas as partes até o trânsito em julgado da decisão judicial, agora e ao contrário do que reclama o Requerente, terão uma aplicação mais razoável, justa e em consonância com as necessidades do país,... mesmo porque, em caso de vitória final dele, a autoridade judicial ordenará que a Caixa Econômica Federal devolva de imediato o valor depositado no prazo máximo de vinte e quatro horas,... acrescido, com mais outra vantagem: ... as devoluções passam a receber o acréscimo, além da correção monetária, de juros calculados pela taxa referencial do *Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC*, para títulos públicos, cuja rentabilidade superior é reconhecida” (fls. 49).

Sobre o assunto, Jobim em STF (2001:125) afirma que: “Não existe a obrigação, o dever, a imposição de realizar o depósito judicial ou extrajudicial com o fito de suspender a exigibilidade de crédito tributário”. Prossegue o autor, com a declaração de que o depósito, nestes casos, é uma faculdade do contribuinte que pode ou não exercê-la, de acordo com a sua vontade. Além disso, Jobim recorda que quando da edição da Lei das Execuções Fiscais, foi pretendido fixar a obrigatoriedade do depósito prévio, entretanto, esse “... dispositivo recebeu ‘interpretação corretiva’ justamente para afastar o caráter obrigatório do depósito e para entendê-lo facultativo”, e que, “[...] **no presente caso, não há fato gerador que determine a incidência dos depósitos judicial ou extrajudicial** [...]”. (grifo nosso).

Galvão em STF (2001:129) declara que “[...] A lei não altera, de maneira nenhuma, a relação entre o credor depositário da quantia, a não ser, como acentuou S. Exa., melhorando as condições de remuneração do depósito”. Prossegue com a afirmação de que a Lei 9.703/98 se destina a regular a relação entre a Caixa Econômica Federal e o Tesouro Nacional, tanto que a restituição do depósito será feita em, no máximo, 24 horas, à conta do Tesouro, ou seja, não depende de transferência de recursos do Tesouro à Caixa Econômica Federal.

Da análise do exposto podemos concluir que, quando questionada a constitucionalidade da Lei 9.703/98, ficou bem evidente que em nenhum momento foi dada a interpretação de que esta lei tivesse disposto que aos Depósitos Judiciais fossem conferido a natureza de tributo conforme definição do CTN. Pelo contrário, o Ministro Nelson Jobim

deixa claro que no caso dos Depósitos Judiciais ainda não ocorreu o fato gerador da obrigação tributária, portanto ele é facultativo, discricionário e não de exigência compulsória, sob pena de inconstitucionalidade.

Além disso, fica evidente na exposição de motivos do Ministério da Fazenda, que a Lei 9.703/98 dispõe sobre práticas contábeis e não sobre a natureza jurídica de receitas e contribuições federais. O entendimento do STF deve prevalecer a qualquer outro entendimento que venha a surgir, pois, como guardião da CF/88, ordenamento maior do direito brasileiro, suas decisões são imperativas a toda Administração Pública, não comportando discussões quanto a isso. Tal fato é relevante e tem consequências significativas ao presente estudo, pois os procedimentos de evidenciação e divulgação contábil são baseados no entendimento de que a Lei 9.703/98 teria autorizado o registro dos Depósitos Judiciais como receitas orçamentárias tributárias para todos os efeitos contábeis, orçamentários e patrimoniais, fato esse que analisaremos a seguir.

4.4 Da Observância aos Princípios da Teoria Contábil, da Gestão Fiscal Responsável e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público

À luz da Teoria Contábil, a atual forma de reconhecimento e evidenciação do uso dos Depósitos Judiciais pela União não é feita de forma íntegra e tempestiva deixando de atender, portanto, ao Princípio da Oportunidade. A essência do registro contábil dos Depósitos Judiciais é a de ingresso sujeito à devolução, portanto, constitui fato permutativo que não deveria provocar alteração no patrimônio líquido. Assim, mesmo que sejam depositados à Conta única do Tesouro, trata-se de mero movimento de caixa, pois o Governo Federal neste momento é um fiel depositário. Desta forma, o procedimento contábil a ser aplicado seria o registro do ingresso do recurso apenas no sistema financeiro:

- a) Registro do ingresso do depósito (considerando que trata apenas de um ingresso extra-orçamentário)
 - D – Disponibilidade (ativo financeiro)
 - C – Depósitos Judiciais (passivo financeiro)
- b) Decisão judicial desfavorável à União:
 - D – Depósitos Judiciais (passivo financeiro)
 - C – Disponibilidade (ativo financeiro)
- c) Decisão judicial favorável à União:
 - c.1) reconhecimento da receita no sistema orçamentário

D – receita a realizar

C – receita realizada

c.2) reconhecimento da receita no sistema financeiro

D – Depósitos Judiciais (passivo financeiro)

C – Receita Orçamentária

Com os lançamentos acima seria atendido ao Princípio da Oportunidade, pois simultaneamente há a tempestividade e a integridade do registro contábil do patrimônio. Portanto a informação reflete fidedignamente a realidade do patrimônio.

Visto que os Depósitos Judiciais são movimentos de caixa, devem figurar apenas no sistema financeiro. Entretanto, a interpretação ao disposto na Lei 9.703/98 tem feito com que, na prática, os Depósitos Judiciais sejam contabilizados financeiramente como receita orçamentária e no sistema patrimonial como obrigação, descaracterizando a essência do registro:

D - Disponibilidades (sistema financeiro)

C - Receita Orçamentária

D - Variação Passiva orçamentária (sistema patrimonial)

C - Depósitos de Terceiros (passivo)

As implicações do descumprimento ao Princípio da Oportunidade, na atual contabilização dos Depósitos Judiciais, são, em primeiro lugar, que as informações divulgadas não refletem a realidade patrimonial. Em segundo lugar, as informações não são tempestivas e, por último, não são íntegras.

Intimamente relacionado ao descumprimento do Princípio da Oportunidade está a inobservância ao Princípio da Competência, pois os fatos contábeis devem ser reconhecidos no momento da ocorrência do seu fato gerador. No caso dos Depósitos Judiciais o fato gerador ainda não ocorreu, pois se pode estar discutindo em litígio até mesmo a existência da obrigação tributária.

O depositante ao efetuar o depósito não está pagando o tributo. Tampouco está reconhecendo-o ou confessando a dívida. Está tão somente evitando que sejam cobrados encargos ou obrigações que resultam da cobrança do crédito tributário e, também, a propositura da execução fiscal, a fluência dos juros e a proposição de multa. Portanto, não se pode reconhecer a receita orçamentária nesse momento. Poderia ser alegado que a Lei 4.320/64 autoriza, no art. 7º, a antecipação da receita para cobrir insuficiências de caixa, entretanto a LRF, dispõe no art. 37, I, que se equipara à operação de crédito e está vedada a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato

gerador ainda não tenha ocorrido. Portanto, não se trata de operação de crédito por antecipação da receita sob pena de ilegalidade frente à LRF.

Na atual forma de reconhecimento e evidenciação do uso dos Depósitos Judiciais pela União, o Princípio da Oportunidade e da Competência são atendidos somente ao final do litígio, sendo a decisão favorável à Fazenda Pública, pois, legalmente, nesse momento temos a extinção do crédito tributário devido à conversão do montante do depósito integral em renda. Além de não atender ao Princípio da Competência, também não são cumpridas as determinações do CTN quanto à natureza jurídica das receitas derivadas, tributos, pois a ocorrência do fato gerador é requisito essencial à existência destes.

Quanto ao Princípio da Prudência Contábil, os Depósitos Judiciais não deveriam ser levados ao patrimônio líquido, pois, como já citado, trata-se de fatos permutativos e não modificativos. Ocorre que, no momento do depósito à Conta Única do Tesouro, ao reconhecê-los como receita orçamentária é feito o lançamento à conta de uma variação passiva para anular o efeito no patrimônio líquido, mantendo-se a adequação contábil do saldo do patrimônio à custa da mácula nos resultados.

Ao Princípio da Prudência é imprescindível a confiabilidade da mensuração dos ativos e dos passivos, pois refletirão diretamente nos resultados apresentados no patrimônio líquido da entidade. Dessa forma, caso não seja possível fazer estimativas razoáveis dos valores que serão recebidos, a título de contingência ativa, o item não deve ser reconhecido como receita. Deve-se constituir a provisão, caso se possa estimar as possíveis perdas das causas judiciais, à semelhança dos procedimentos realizados no setor privado. As recomendações das NICSP também são nesse sentido. Frente ao atual movimento de convergência às NICSP, esse procedimento é relevante.

Não é possível estimar os valores dos Depósitos Judiciais, pois, mesmo que a decisão seja favorável à Fazenda Pública, não significa que será convertido em renda todo o valor depositado, visto que são inúmeras as possibilidades ao final do litígio. Nesse contexto, os Depósitos Judiciais são contingências passivas e o tratamento contábil desta difere consideravelmente do tratamento contábil dispensado às receitas públicas. Como não é possível mensurar com segurança os valores dos Depósitos Judiciais, eles devem ser divulgados separadamente, conforme recomenda a boa prática contábil.

Entretanto, atualmente o uso dos Depósitos Judiciais, pela União, é reconhecido e evidenciado como receita orçamentária corrente. Frente ao enunciado do Princípio da Prudência, não há mais de uma alternativa igualmente válida para quantificar as mutações

patrimoniais, pois são contingências. Assim, no reconhecimento e na evidenciação do uso dos Depósitos Judiciais pela União há o descumprimento do Princípio da Prudência.

Além disso, as ditas receitas orçamentárias provenientes dos Depósitos Judiciais são repartidas aos Estados e Municípios, na forma da CF/88. Nesse caso também não é cumprido o Princípio Orçamentário da Prudência, visto que os valores da receita orçamentária arrecadada que servirão de base para realização das despesas não correspondem à realidade do patrimônio da entidade, pois os Depósitos Judiciais são de fato ingressos extra-orçamentários e não receita efetiva. Quando da devolução ao depositante é feita a compensação nos valores que o ente federativo tem a receber como se a receita fosse frustrada. Dessa forma, também há descumprimento do Princípio da Transparência da gestão dos recursos públicos a que estão obrigados todos os entes federativos por força da LRF.

Para a STN os Depósitos Judiciais são considerados dívida de longo prazo. Portanto devem constar no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, que integra o Relatório de Gestão Fiscal, na linha “Outras Dívidas”. Acerca disso, o Anexo de Riscos Fiscais da LDO, desde o ano de 2004 até 2008 afirma que devido às incertezas quanto à decisão sobre o montante de causas judiciais favoráveis à União, o risco proveniente desse passivo não pode ser mensurado. A pergunta que fica é se não pode ser mensurado o risco proveniente dos Depósitos Judiciais, como se poderia estimar o montante dos Depósitos Judiciais a título de receita orçamentária.

A LRF considera a previsão da receita requisito essencial à gestão fiscal responsável e por isso determina a adoção de procedimentos técnicos que permitam a sua mensuração da forma mais confiável possível. Como citado, não é possível mensurar os montantes de causas judiciais, tampouco os seus riscos. Portanto, na atual forma de reconhecimento e evidenciação do uso dos Depósitos Judiciais pela União, os Depósitos Judiciais não devem ser considerados quando da previsão da receita orçamentária, tampouco deverão influenciar na fixação da despesa.

O que ocorre de fato, com a atual contabilização do uso dos Depósitos Judiciais pela União, é uma antecipação do fato gerador da receita tributária, para que os depósitos sejam contabilizados como receita corrente orçamentária tributária. Como os Depósitos Judiciais são dívida de longo prazo, deveriam ser contabilizadas como receitas de capital, quando do seu uso, observadas as disposições da CF/88, da LFR e da Resolução nº. 40 do Senado Federal concernentes à dívida pública, além das disposições da Lei 4.320/64. Nesse caso, teríamos a observância aos Princípios da Oportunidade, da Competência e da Prudência contábil.

Ressalte-se que os Depósitos Judiciais são remunerados, o que reforça este último entendimento. Dessa forma, as receitas de capital provenientes do uso dos Depósitos Judiciais deveriam fazer frente exclusivamente a investimentos públicos e não a despesas de custeio.

Esse entendimento é confirmado pelos normativos que regulamentam o uso dos Depósitos Judiciais no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios (Lei nº. 11.429/06 e Lei nº. 10.819/03, respectivamente). As disposições constitucionais, da Lei 4.320/64 e da LRF obrigam indistintamente a todos os entes federativos, no que lhes couber, não cabendo pesos e medidas diferentes de modo a privilegiar um ente em detrimento do outro. Dessa forma, a União está obrigada ao fiel cumprimento dos normativos citados e, sob nenhum argumento deve descumpri-los.

Caso prevaleça o procedimento adotado pelo Governo em considerar o Depósito Judicial como receita orçamentária, há que se considerarem as disposições da NBC T 19.7, que determina o reconhecimento apenas das contingências ativas, cuja probabilidade de ocorrência é praticamente certa. Sendo apenas provável, cabe a divulgação do montante depositado e sendo possível ou remota, sequer deverá ser divulgada. Dessa forma, deve ser considerada como receita de capital, somente o montante, cuja probabilidade de conversão em renda seja praticamente certa, caso contrário o registro se dará apenas no sistema financeiro.

Assim, o montante dos Depósitos Judiciais considerados como receitas de capital, visto que se tem na essência um financiamento, pois já está sendo considerado financeiramente um recurso que contabilmente não aconteceu o fato gerador, serão contabilizados:

d) Registro do ingresso do depósito (considerado como receita orçamentária de capital)

d.1) reconhecimento da receita no sistema orçamentário

D – receita a realizar

C – receita realizada

d.2) reconhecimento da receita de capital no sistema financeiro

D – Banco

C – Receita de Capital

d.3) incorporação da obrigação no sistema patrimonial

D – Variação Passiva

C – Dívida Fundada

d.4) Decisão judicial desfavorável à União:

Pagamento no sistema financeiro

D – Despesa de capital

C – Banco

Baixa da obrigação no sistema patrimonial

D – Dívida fundada

C – Variação Ativa

d.5) Decisão judicial favorável à União:

Baixa da obrigação no sistema patrimonial

D – Obrigação

C – Variação Ativa

Reconhecimento da receita tributária no sistema financeiro

D – Receita de Capital

C – Receita Tributária

Quanto à obediência às NICSP, a atual forma de reconhecimento e evidenciação do uso dos Depósitos Judiciais pela União não é compatível com aquelas, pois não é possível identificar de forma oportuna o momento do fato gerador, com a prevalência da essência sobre a forma, apesar da Portaria nº. 184/2008 dispor expressamente que é objetivo da Contabilidade Pública brasileira convergir com as NICSP. O fundamento das NICSP é a prevalência da essência sobre a forma, com a adoção do regime de competência integral, com vistas à adoção da contabilidade patrimonial integral. Além disso, as informações produzidas não são confiáveis, tempestivas e relevantes, revestidas de comparabilidade, objetividade, compreensibilidade, uniformidade, verificabilidade, visibilidade, utilidade, imparcialidade, fidedignidade e representatividade, atributos esses requeridos também pela NBCT 1.

As informações produzidas referentes à atual forma de reconhecimento e evidenciação do uso dos Depósitos Judiciais pela União, não traduzem a essência contábil dos Depósitos Judiciais nem a sua natureza jurídica; não podem ser consideradas relevantes ao processo decisório, pois não são confiáveis, o que poderá levar os usuários à análises errôneas, comprometendo a gestão responsável dos recursos públicos, bem como o controle e avaliação dos gastos.

5 CONCLUSÕES

A contabilidade pública desempenha papel fundamental na transparência das contas públicas, que por sua vez é requisito essencial à responsabilidade na gestão dos recursos públicos em cuja essência está fundamentado o controle social almejado na CF/88. Dessa forma, a evidenciação e a divulgação das demonstrações contábeis devem representar a realidade do patrimônio público.

Na questão de pesquisa foi indagado se a evidenciação e divulgação do uso dos Depósitos Judiciais pela União, atende aos Princípios da Teoria Contábil, da Gestão Fiscal Responsável e das Normas Internacionais Aplicáveis ao Setor Público à luz das doutrinas e enunciados do CFC, da STN, da SOF/MPOG, da Lei 4.320/64, da LRF, da CF/88 e das NICSP. O objetivo da pesquisa foi verificar o atendimento aos aludidos Princípios com a produção de informações transparentes, confiáveis e relevantes. Para tanto, definiram-se as seguintes hipóteses: a atual forma de evidenciação e de divulgação, do uso dos Depósitos Judiciais pela União, está em conformidade com os Princípios citados e as informações produzidas são transparentes, relevantes, confiáveis e refletem fidedignamente a realidade patrimonial.

O resultado apurado no presente trabalho demonstrou que a evidenciação e a divulgação dos Depósitos Judiciais não atende aos citados Princípios e normativos. Portanto as hipóteses foram rejeitadas. Além disso, a função da contabilidade como sistema de informação imprescindível à tomada de decisão pelos usuários da informação contábil e à transparência das contas públicas, no caso em questão, foi ignorada, não havendo a prevalência da essência contábil sobre a forma legal.

Constata-se que os procedimentos contábeis e orçamentários estão sendo praticados em desconformidade com os aludidos Princípios e normas. Exige-se a revisão de tal prática atentatória ao Estado Democrático de Direito brasileiro. Recomenda-se a adequação dos procedimentos contábeis de evidenciação e divulgação do uso dos Depósitos Judiciais pela União para que a realidade patrimonial seja refletida de forma íntegra, oportuna, fiel e transparente.

O presente trabalho não esgota o assunto. Recomenda-se que em pesquisas subseqüentes seja abordada a questão legal envolvendo a interpretação de que a Lei 9.703/98 poderia dispor sobre matéria reservada constitucionalmente à lei complementar. Além disso,

deve-se verificar a razão de não ter sido, até o momento, questionado tal fato pelos órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização das contas públicas, principalmente porque os valores dos Depósitos Judiciais são significantes.

Ademais, deve-se discutir o fato de o uso dos Depósitos Judiciais pela União, na realidade se tratar de forma de empréstimo e assim o sendo, os requisitos da CF/88, da LFR e da Resolução nº. 40 do Senado Federal concernentes à dívida pública devem ser rigorosamente observados. Além disso, deve-se também ser verificado a razão de a União usar critério de uso dos Depósitos Judiciais diferente dos demais entes federativos, visto que a CF/88, a LRF e a Lei 4.320/64 se aplicam a eles, sem exceções ou privilégios.

As implicações da atual forma de uso dos Depósitos Judiciais pela União no resultado primário, bem como os reflexos nos balanços públicos também devem ser analisadas em trabalhos subsequentes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

ÁVILA, Humberto. **Princípios de Direito Financeiro e Tributário**: estudos em homenagem ao professor Ricardo lobo Torres. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

_____. **Uma introdução à ciência das finanças**. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 55/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

_____. **LEI n^o. 5. 172**, de 25 de Outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2 abril 2008.

_____. **LEI COMPLEMENTAR n^o.101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2 abril 2008.

_____. **LEI n^o. 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2 abril 2008.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. (MF/STN). **Portaria N^o. 184**, de 25 de agosto de 2008. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 17 out. 2008.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do tesouro Nacional, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. (MF/STN/MPOG/SOF). **Portaria Conjunta STN/SOF n^o. 3**, de 14 de outubro de 2008. Aprova os Manuais de Receita Nacional e de Despesa Nacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 17 out. 2008.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do tesouro Nacional. STN (2007). **Receitas Públicas**: manual de procedimentos: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 4.ed. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2007. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 02 abril 2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. Constitucional. STF (2001). Lei federal que dispõe sobre os Depósitos Judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais. Determina que os valores sejam repassados à conta única do Tesouro Nacional. Alegada violação ao Princípio de separação dos poderes, da isonomia e devido processo legal. Remuneração dos depósitos

pela taxa referencial do sistema especial de liquidação e custódia. Rentabilidade superior ao sistema anterior à Lei 9703/98. Ausência de plausibilidade jurídica. Liminar indeferida. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.933-1 – DF**. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Presidente da República/Congresso Nacional. Relator: Ministro Nelson Jobim. DJ, 31 maio 2002.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. (STN/SOF). **Manual de receita nacional: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios**. 1ª ed. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2008.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Nota Técnica nº. 873** de 09 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 02 abril 2008.

BORBA, Cláudio. **Direito tributário: teoria e 1000 questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante. **Seminário Regional de Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: Exposição de motivos**. São Paulo: CFC, 2008. p. 3.

CARLIN, Diego de Oliveira. Considerações sobre o processo de convergência na contabilidade pública brasileira. **Revista do CRCRS**, Porto Alegre, nº. 08, set. 2008.

CHOI, F.; MEEK, G. **International accounting**. 5. ed. New York: Peearson Prentice Hall, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº. 737/1992** de 27 de novembro de 1992. Aprova a NBC T 6 – Da divulgação das Demonstrações contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 04 abril 2008.

_____. Aprova o apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. **Resolução nº. 1.111**, de 29 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

_____. SEMINÁRIO REGIONAL DE NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO. Aprova o apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. **Resolução n. 1.111**, de 29 de novembro de 2007. São Paulo: CFC, 2008. p. 15 a 23.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL (CRCRS) **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. Porto Alegre: 2008. **Resolução CFC nº. 1.121** de 28 de março de 2008. Aprova a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

_____. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. 6. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2008. **Resolução CFC nº. 1.066** de 21 de dezembro de 2005. Aprova a NBC T 19.7 – Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br>>. Acesso em: 08 out. 2008.

_____. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. 6. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2008. **Resolução CFC nº. 1.128** de 21 de novembro de 2008.

Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, objeto e campo de aplicação. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

_____. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.** 6. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2008. **Resolução CFC nº. 1.129** de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

_____. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.** 6. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2008. **Resolução CFC nº. 1.130** de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.3 – Planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

_____. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.** 6. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2008. **Resolução CFC nº. 1.131** de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.4 – Transações no Setor Público. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

_____. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.** 6. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2008. **Resolução CFC nº. 1.132** de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.5 – Registro Contábil. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

_____. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.** 6. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2008. **Resolução CFC nº. 1.133** de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

_____. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.** 6. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2008. **Resolução CFC nº. 1.134** de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

_____. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.** 6. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2008. **Resolução CFC nº. 1.135** de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.8 – Controle Interno. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

_____. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.** 6. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2008. **Resolução CFC nº. 1.136** de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exatão. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

_____. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.** 6. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2008. **Resolução CFC nº. 1.137** de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

COSTA, Duarte da. Os Princípios e as normas aplicáveis à contabilidade pública: um estudo comparado da lei de responsabilidade fiscal e a lei n. 4320. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.tse.mg.gov.br/revista>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

DECOMAIN, Pedro Roberto. **Anotações ao código tributário nacional**. São Paulo: Saraiva, 2000.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Do processo legislativo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

GOMES, Amaro Luiz de Oliveira. As informações contábeis e o ambiente econômico. **UnB Contábil**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 51-78, primeiro semestre 2000.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRIHSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michal F. Van. **Teoria da contabilidade**. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbinson Gonçalves de. **Contabilidade pública**. São Paulo: Atlas, 2007.

MACEDO, Maurício Ferreira de. **Impacto das Normas Internacionais de Contabilidade na Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Artigo retirado da Internet. Disponível em: <<http://www.auditar.org.br/artigos/artigos.asp?artigos=2338&nomeaut=Maur%C3%ADcio%20Ferreira%20de%20Mac%C3%AAdo>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

MANTEGA, Guido. Mantega pede estudo para mudar contabilidade pública. **Valor Online**. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br>> - últimas notícias – valor online – 26/08/2008. Acesso em: 14 out. 2008.

MOTA, Glauber Lima. **Princípios fundamentais de contabilidade aplicados ao setor público**. Disponível em: <<http://www.financaspublicas.com.br>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

MOURA, Renilda de Almeida. **Princípios contábeis aplicados à contabilidade governamental: uma abordagem comparativa Brasil – Estados Unidos**. Dissertação – Mestrado. Brasília: UnB, 2003.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

IFAC. NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO. Disponível em: <<http://www.ifac.org/PublicSector>>. Acesso em: 22 out. 2008.

PAULO, Vicente de. **Aulas de direito constitucional de Vicente de Paulo**/org. Juliana Maia. 7. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

PEDERIVA, João Henrique. *Accountability*, constituição e contabilidade. **Revista de Informação Legislativa**, ano 35, n. 140, out./dez. Brasília: 1998. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ri/ri/Pdf/pdf_140/r140-03.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2008.

ROTTER, Ronaldo J. CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18, 2008, Gramado, Rio Grande do Sul. **Contabilidade pública: desafios e perspectivas da convergência aos padrões internacionais**. Disponível em: <<http://www.congresso.cfc.org.br/palestra>> Acesso em: 04 nov. 2008.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à constituição**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

TÔRRES, Heleno Taveira et al (coordenação). **Direito tributário e processo administrativo aplicados**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

TORRES, Ricardo Lobo. **O Princípio da transparência no direito financeiro**. Disponível em: <http://www.mundojuridico.adv.br>. Acesso em: 23 maio 2008.

TREVISAN, Antoninho Marmo. Contabilidade pública mais transparente. **ADMINISTRADORES.COM.BR O PORTAL DA ADMINISTRAÇÃO**, 23 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.administradores.com.br> – notícias/contabilidade pública mais transparente. Acesso em: 14 out. 2008.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AGUIAR, Afonso Gomes. **Lei de responsabilidade fiscal**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

ALÉM, Ana Cláudia; GIAMBIAGI, Fábio. **Finanças públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Direito processual constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

CAMPOS, Djalma de. **Processo tributário**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. **Contabilidade pública no governo federal**. São Paulo: Atlas, 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Ives Gandra da Silva Martins; NASCIMENTO, Carlos Valder do. **Comentários à lei de responsabilidade fiscal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Maria Lúcia de Paula; QUARESMA, Regina. **Direito constitucional brasileiro: perspectivas e controvérsias contemporâneas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

VICCARI JUNIOR, Adauto...[et al.]. **Lei de responsabilidade fiscal comentada**. Flávio da Cruz (coordenador). 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A - NICSP

As NICSP editadas até o momento são resumidas no Quadro abaixo:

Resumo das NICSP e seus objetivos.

NORMA INTERNACIONAL	OBJETIVO GERAL
<i>IPSAS 1 – Presentation of Financial Statements</i> NICSP 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	O objetivo dessa norma é recomendar o modo que as demonstrações financeiras de âmbito geral devem ser apresentadas.
<i>IPSAS 2 – Cash Flow Statements</i> NICSP 2 – Demonstrações de Fluxo de Caixa - DFC	Estabelece diretrizes para a elaboração das DFC, cuja função é permitir a identificação das fontes das entradas de caixa, dos itens nos quais o caixa é despendido no decorrer do exercício e do saldo de caixa na data do fechamento do exercício.
<i>IPSAS 3 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors</i> NICSP 3 – Práticas Contábeis, Alterações nas Estimativas Contábeis e Erros	Prescreve o critério de seleção e mudanças de práticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e evidênciação decorrentes dessas mudanças, das mudanças nas estimativas contábeis e a correção de erros observados.
<i>IPSAS 4 – The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates</i> NICSP 4 – Efeitos das Variações nas Taxas de Câmbio de Moedas Estrangeiras	Recomenda a forma de incluir as transações em moeda estrangeira e operações externas nas demonstrações financeiras de uma entidade e como converter as demonstrações financeiras em uma determinada moeda.
<i>IPSAS 5 – Borrowing Costs</i> NICSP 5 – Juros de Empréstimos	Faz recomendações sobre o tratamento contábil para juros e empréstimos.
<i>IPSAS 6 – Consolidated and Separate Financial Statements</i> NICSP 6 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e em Separado	Dispõe sobre os requisitos necessários à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
<i>IPSAS 7 – Investments in Associates</i> NICSP 7 – Investimentos em Entidades Coligadas	Estabelece as diretrizes para a contabilidade de ganhos decorrentes da propriedade de entidades coligadas.
<i>IPSAS 8 – Interests in Joint Ventures</i> NICSP 8 – Ganhos em Negócios Conjuntos	Estabelece as diretrizes para a contabilidade de ganhos decorrentes da propriedade de negócios conjuntos (<i>joint ventures</i>).
<i>IPSAS 9 – Revenue from Exchange Transactions</i> NICSP 9 – Receitas Originárias (com contraprestação do Poder Público)	Essa norma tem o objetivo de recomendar o tratamento contábil de receitas originárias, que são auferidas quando o Poder Público está na mesma condição do particular, não havendo coercitividade na sua exigência.
<i>IPSAS 10 – Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i> NICSP 10 – Informações Financeiras em Economias Hiperinflacionárias	Estabelece a forma de divulgação de demonstrações financeiras de governos com economias hiperinflacionárias.
<i>IPSAS 11 – Construction Contracts</i> NICSP 11 – Contratos de Construção	Prescreve o tratamento contábil dos custos e receita associados a contratos de construção.
<i>IPSAS 12 – Inventories</i> NICSP 12 - Estoques	O objetivo dessa norma é prescrever o tratamento contábil para estoques e inventários.
<i>IPSAS 13 – Leases</i> NICSP 13 – Arrendamento Mercantil	Essa norma tem como objetivo regular as práticas contábeis e a evidênciação das operações de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>) financeiro e operacional, para arrendadores e arrendatários.
<i>IPSAS 16 – Investment Property</i> NICSP 16 – Propriedades de Investimento	Dispõe sobre a contabilização de investimentos em propriedades e os requisitos de sua evidênciação.
<i>IPSAS 17 – Property, Plant and Equipment</i> NICSP 17 – Propriedades, Instalações e Equipamentos.	Regulamenta a contabilização de propriedades, instalações e equipamentos. (ativo imobilizado).

Continua...

Conclusão

NORMA INTERNACIONAL	OBJETIVO GERAL
<i>IPSAS 18 – Segment Reporting</i> NICSP 18 – Informações Financeiras por Setores	O objetivo dessa norma é estabelecer os Princípios para divulgação de informações por segmentos de operações e negócios.
<i>IPSAS 19 – Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets</i> NICSP 19 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes	Essa norma define o que são provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, identifica as circunstâncias nas quais as provisões devem ser reconhecidas, como elas devem ser mensuradas e as evidenciações que devem ser feitas.
<i>IPSAS 20 – Related Party Disclosures</i> NICSP 20 – Evidenciação de Partes Relacionadas	Dispõe sobre a exigência de evidenciação de partes relacionadas quando há controle de informações sobre transações entre a entidade e suas partes relacionadas em determinadas circunstâncias.
<i>IPSAS 21 – Impairment of Non-Cash Generating Assets</i> NICSP 21 – Deterioração de Ativos Não Destinados à Comercialização	Determina os procedimentos que uma entidade deve aplicar para determinar se um ativo não destinado à comercialização está depreciado e para assegurar que as perdas por deterioração serão reconhecidas.
<i>IPSAS 22 – Disclosure of Information About the General Government Sector</i> NICSP 22 – Evidenciação de Informações sobre o Setor Governamental Geral	Estabelece requisitos para a evidenciação de demonstrações consolidadas do setor do governo em geral que corresponde ao conceito estabelecido no GFSM e no Sistema de Contas Nacionais (SNA) 1993 do Fundo Monetário Internacional (FMI).
<i>SAS 23 – Revenue from Non-Exchange Transactions (Taxes and Transfers)</i> NICSP 23 – Receitas Derivadas e Transferências	Estabelece os requisitos para a evidenciação de receitas derivadas, ou seja, aquelas que são decorrentes da supremacia do Poder Público sobre o particular, tais como tributos, contribuições, também, de transferências (doações, contribuições, etc.).
<i>IPSAS 24 – Presentation of Budget Information in Financial Statements</i> NICSP 24 – Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Financeiras	Essa norma requer uma comparação entre os montantes do orçamento e os reais valores obtidos durante a execução orçamentária a serem incluídas nas demonstrações financeiras de entidades designadas a publicar os seus orçamentos aprovados. A norma também requer a evidenciação de uma exposição de motivos das diferenças relevantes entre o orçamento e os montantes reais.
<i>IPSAS 25 – Employee Benefits</i> NICSP 25 – Benefícios aos Empregados	O objetivo dessa norma é descrever os procedimentos contábeis para a divulgação dos benefícios concedidos a empregados.
<i>IPSAS 26 – Impairment of Cash-Generating Assets</i> NICSP 26 – Valor Recuperável de Ativos Geradores de Caixa	Essa norma tem o objetivo de descrever os procedimentos que a entidade aplica para determinar se um ativo gerador de caixa está reconhecido pelo seu valor recuperável. Também especifica quando uma entidade deve reverter as perdas para redução ao valor recuperável e prescreve as divulgações necessárias.

Fonte: Adaptado de Carlin (2008).

APÊNDICE B – NBCT 16

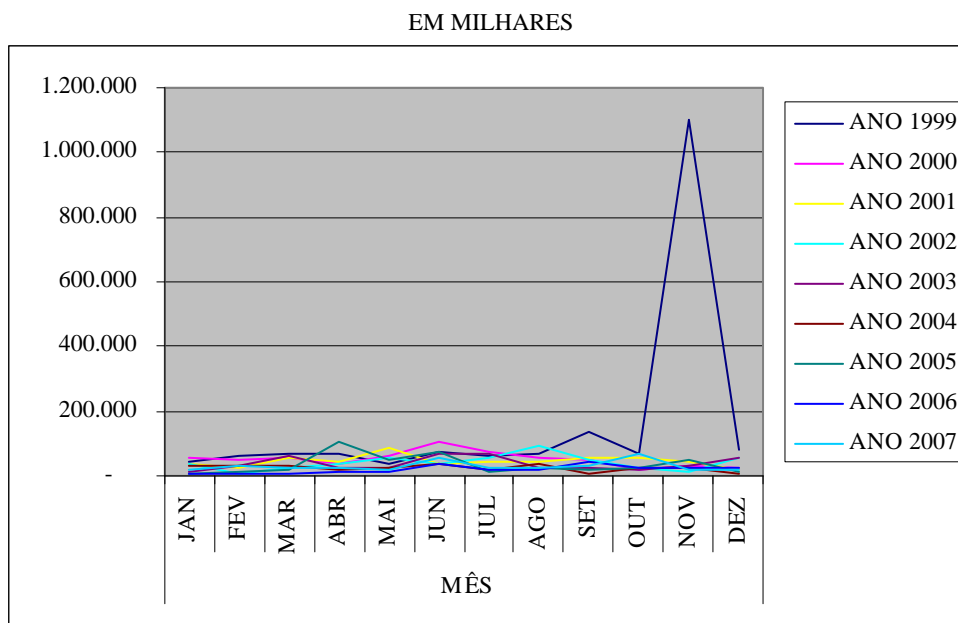
As NBCT 16 estão resumidas no Quadro abaixo:

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16)

NBCT 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação	Essa norma tem por objetivo estabelecer a conceituação, o objeto e o campo de aplicação da Contabilidade Pública.
NBCT 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis	Estabelece a definição do patrimônio público e a classificação dos elementos patrimoniais sob o aspecto contábil, além de apresentar o conceito de sistema e de subsistemas de informação contábeis para as entidades públicas.
NBCT 16.3 – Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil	Essa norma estabelece as bases para o controle contábil do planejamento desenvolvido pelas entidades do setor público, expressos em planos hierarquicamente interligados, em especial ao PPA, LDO e LOA.
NBCT 16.4 – Transações no Setor Público	Estabelece conceitos, natureza e tipicidade das transações no setor público. Transações no setor público sob o enfoque contábil são os atos e fatos que promovam alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio das entidades públicas, os quais são objetos de registro contábil em estrita observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
NBCT 16.5 – Registro Contábil	Define os critérios para o registro contábil dos atos e fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio público. São características da informação contábil no setor público: objetividade, confiabilidade, comparabilidade, compreensibilidade, uniformidade, verificabilidade, visibilidade, tempestividade, utilidade, imparcialidade, fidedignidade e representatividade.
NBCT 16.6 – Demonstrações contábeis	Essa norma define as Demonstrações Contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades a que se refere a NBCT 16.1.
NBCT 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis	Estabelece conceitos, abrangência e procedimentos para a consolidação das demonstrações contábeis no setor público, que por sua vez, tem o objetivo de promover o conhecimento e a disponibilização de macro agregados do setor público, a visão global do resultado obtido pela gestão e a instrumentalização do controle social.
NBCT 16.8 – Controle Interno	Trata do controle interno das entidades públicas, objetivando razoável grau de eficiência e eficácia do sistema de informação contábil, visando assegurar o cumprimento da missão da entidade.
NBCT 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão	Define critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão.
NBCT 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público	Estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

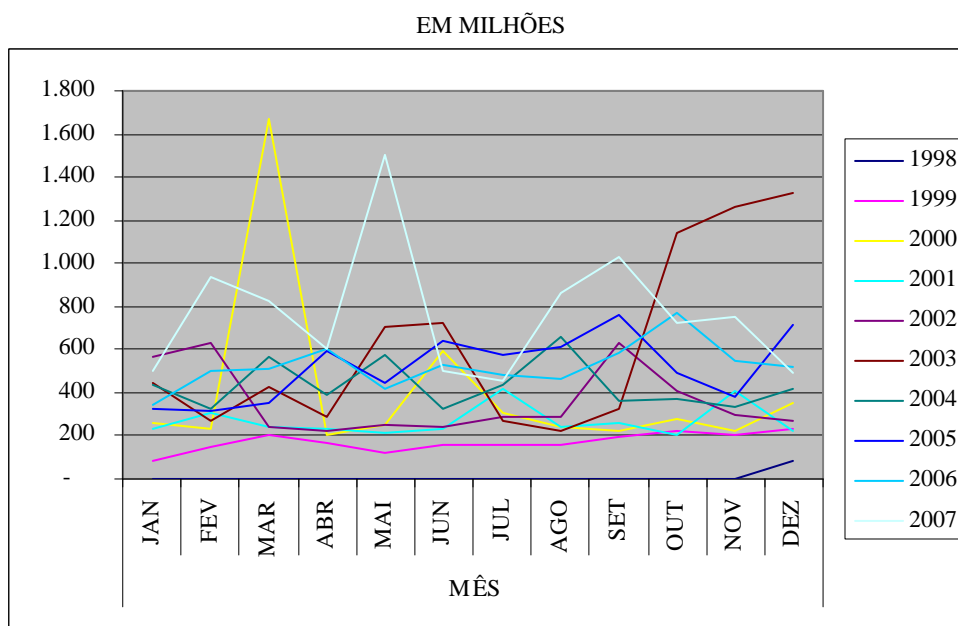
Fonte: Elaboração própria com base nas informações do CFC (2008:25/61).

APÊNDICE C 1 - Conversão dos Depósitos Judiciais em Renda da União (resíduo antes da vigência da Lei 9.703/98 (1999 a 2007)).



Os gráficos 5 e 6 apresentam os valores dos Depósitos Judiciais antes e após a vigência da Lei 9.703/98. Os valores estão a preços correntes. Ressalte-se que no gráfico 5 os valores estão em unidades de milhares e no 6 em milhões.

APÊNDICE C 2 - Valores dos Depósitos Judiciais/Administrativos – vigência da Lei 9.703/98 (1998 a 2007).



ANEXOS

ANEXO A - Conversão dos Depósitos Judiciais em renda da União: Estoque antes da Vigência da Lei 9.703/98 (jan/99 a dez/07) - a preços correntes

UNIDADE: R\$ MILHARES

MÊS	COFINS/ FINSOCIAL	IRPJ	COFINS	PIS/PASEP	CSLL	FINSOCIAL	TOTAL
JAN	3.432	340	1.178	4.861	688	2.254	9.320
FEV	11.587	1.687	7.704	1.226	18.364	3.883	32.863
MAR	53.364	435	51.235	5.731	4.621	2.129	64.151
ABR	15.808	2.372	12.650	3.320	6.089	3.158	27.589
MAI	11.285	2.512	8.589	1.825	6.321	2.697	21.943
JUN	55.882	1.149	49.634	6.526	2.103	6.248	65.660
JUL	37.983	10.516	11.765	8.645	10.815	26.218	67.959
AGO	7.422	2.350	5.433	4.079	11.035	1.989	24.886
SET	12.043	3.027	8.137	6.967	1.473	3.906	23.511
OUT	11.088	3.344	6.777	2.870	4.062	4.310	21.363
NOV	10.933	968	8.449	6.886	10.760	2.484	29.547
DEZ	25.656	2.814	15.904	8.720	16.546	9.753	53.737
TOTAL							
2003	256.483	31.514	187.455	61.656	92.877	69.029	442.529
JAN	6.007	2.101	5.341	21.198	996	666	30.302
FEV	6.148	1.599	3.438	11.216	9.180	2.710	28.143
MAR	8.243	2.704	7.510	11.288	8.040	734	30.275
ABR	14.524	890	7.080	3.245	891	7.444	19.550
MAI	9.912	1.557	4.667	2.300	9.716	5.245	23.486
JUN	22.658	629	18.916	3.742	9.373	3.742	36.402
JUL	12.856	2.162	7.819	3.635	1.543	5.038	20.196
AGO	26.597	3.633	9.351	3.898	2.344	17.246	36.471
SET	5.132	340	2.719	1.669	1.774	2.413	8.915
OUT	16.427	699	10.277	6.205	1.354	6.151	24.686
NOV	15.650	1.196	9.611	3.751	2.898	6.039	23.494
DEZ	5.564	589	4.467	1.874	914	1.097	8.941
TOTAL							
2004	149.718	18.099	91.196	74.021	49.023	58.525	290.861
JAN	1.029	25	890	2.661	85	139	3.800
FEV	1.701	1.461	1.278	4.551	1.913	423	9.625
MAR	10.018	2.205	5.545	4.621	2.826	4.473	19.670
ABR	94.734	3.578	1.056	4.483	2.760	93.679	105.556
MAI	35.495	4.433	28.191	8.637	680	7.304	49.245
JUN	9.451	15.152	8.109	16.322	32.444	1.341	73.368
JUL	1.773	834	900	5.015	7.557	873	15.179
AGO	10.671	352	6.319	3.888	8.685	4.351	23.596
SET	9.148	1.039	7.579	9.054	1.311	1.569	20.551
OUT	7.893	1.146	3.099	2.521	12.936	4.794	24.496
NOV	40.337	1.342	17.142	3.276	6.412	23.194	51.366
DEZ	5.880	169	3.434	2.119	5.667	2.445	13.834
TOTAL							
2005	228.130	31.736	83.542	67.148	83.276	144.585	410.286
JAN	1.541	3.534	680	1.195	603	861	6.872
FEV	4.683	1.233	110	326	769	3.572	7.011
MAR	3.224	1.923	2.407	2.565	911	816	8.622
ABR	4.200	680	3.718	1.616	4.595	482	11.091
MAI	4.552	3.830	3.445	1.859	974	1.107	11.216
JUN	18.511	1.091	13.514	3.805	13.596	4.997	37.003
JUL	5.067	6.466	1.667	4.574	2.451	3.400	18.558
AGO	9.704	2.730	6.700	6.959	1.186	3.004	20.579
SET	32.494	8.271	8.755	4.254	1.196	23.740	46.216
OUT	6.549	2.112	3.182	14.722	2.998	3.367	26.381
NOV	3.590	2.290	2.961	19.589	2.149	628	27.618
DEZ	12.774	1.249	4.454	5.223	3.082	8.320	22.329
TOTAL							
2006	106.889	35.409	51.593	66.687	34.510	54.294	243.496
JAN	3.298	1.468	2.979	4.998	7.721	319	17.485
FEV	2.489	5.758	1.712	8.370	14.046	777	30.663
MAR	12.157	187	7.269	8.720	4.192	4.888	25.255
ABR	10.044	2.105	6.560	11.783	861	3.485	24.793
MAI	7.552	1.134	6.431	4.753	3.285	1.121	16.724
JUN	21.295	14.300	14.798	12.284	5.963	6.497	53.841
JUL	10.930	3.539	5.694	3.819	6.650	5.237	24.939
AGO	14.719	1.068	11.893	3.450	3.477	2.826	22.714
SET	7.246	326	3.692	17.624	2.665	3.553	27.860
OUT	14.282	4.134	5.513	9.622	40.975	8.769	69.014
NOV	13.715	1.572	5.108	1.309	4.041	8.607	20.636
DEZ	5.850	3.078	3.590	2.961	6.798	2.261	18.687
TOTAL							
2007	123.577	38.669	75.239	89.693	100.674	48.340	352.611

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO B

MINISTÉRIO DA FAZENDA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA TRIBUTÁRIA
COORDENAÇÃO DE PREVISÃO E ANÁLISE DAS RECEITAS

ARRECAÇÃO CONSOLIDADA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS ADMINISTRATIVOS
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2000

UNIDADE: R\$ 1,00

CE	DENOMINAÇÃO	jan/00	fev/00	mar/00	abr/00	mai/00	jun/00	jul/00	ago/00	set/00	out/00	nov/00	dez/00	TOTAL
7498	COFINS - DEPOSITO JUDICIAL	107.809.805	97.182.688	89.955.170	92.060.011	100.350.376	124.977.180	106.824.691	84.678.881	100.131.622	95.272.253	113.805.224	109.034.445	1.222.082.346
7431	IRRF - DEPOSITO JUDICIAL	25.801.170	13.805.207	13.141.191	7.403.184	6.652.386	289.585.213	38.289.618	9.992.073	16.143.020	8.269.146	20.648.561	33.469.350	483.200.119
7460	PIS - DEPOSITO JUDICIAL	16.486.685	17.310.966	14.703.017	13.683.922	15.046.709	13.191.146	13.959.005	13.099.657	14.067.766	15.907.859	14.560.402	21.269.119	183.286.253
7429	IRPJ - DEPOSITO JUDICIAL	38.003.880	25.388.081	443.614.317	8.062.419	9.484.153	8.658.561	16.082.840	45.032.510	28.713.698	28.027.170	22.042.957	42.726.407	715.836.993
7485	CSLL - DEPOSITO JUDICIAL	12.515.224	13.938.364	155.068.518	11.928.668	4.797.575	11.400.836	9.769.766	36.995.943	16.984.991	20.826.647	8.725.813	24.498.729	327.451.074
7389	IPI - OUTROS DEPOSITO JUDICIAL	7.650.397	11.184.940	8.863.362	11.405.832	12.561.672	10.243.015	12.474.488	10.038.478	10.064.148	13.979.896	12.868.248	12.618.204	133.952.680
7512	CPMF - DEPOSITO JUDICIAL	18.791.295	14.771.687	19.913.675	14.634.972	19.811.890	15.843.411	11.422.875	18.731.306	16.664.392	23.261.024	8.725.813	11.513.128	194.085.468
7525	R D ATIVA - DEP JUDICIAL/JUSTICA FEDERAL	11.050.786	19.461.765	11.273.474	5.254.421	301.776	356.324	250.041	377.961	302.354	60.687	369.850	152.542	49.211.981
7581	IRPJ - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	2.448.036	10.733.445	572.869.398	17.635.589	35.885.894	15.755.742	63.754.519	3.151.917	864.462	31.568.714	9.612.834	56.357.298	820.637.848
7538	IMP IMPORTACAO - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	2.338.366	2.446.345	1.609.427	1.041.407	2.561.813	1.201.679	3.368.144	2.480.878	2.450.853	14.095.906	3.434.160	2.945.383	39.974.361
7650	COFINS - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	2.506.954	1.205.459	1.210.862	1.344.954	1.565.780	8.383.441	1.298.222	1.274.636	1.599.698	68.978	76.032	267.178	20.802.194
7647	CSLL - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	1.957.346	156.841	333.204.230	6.277.424	17.780.195	716.552	22.528.356	4.550.027	864.462	13.451.306	1.901.124	31.089.775	434.477.638
7540	IPI - OUTROS DEPOSITO ADMINISTRATIVO	900.105	497.908	2.409.608	953.383	9.608.413	2.203.076	194.388	129.815	10.843.256	1.674.909	1.308.906	185.776	30.909.543
7634	PIS - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	81.397	38.374	286.870	420.519	1.985.252	675.015	162.837	32.613	586.495	356.720	167.495	117.379	4.910.966
7553	IPI - VINC IMPORTACAO DEPOSITO ADMINISTRATIVO	347.487	925.673	524.268	187.938	810.124	405.844	1.283.202	578.970	849.243	1.263.888	482.719	470.437	8.129.793
7594	IRRF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	99.931	350.836	188.505	24.574	43.051	367.943	644.328	42.015	97.786	7.400.662	1.375.988	1.543.781	12.179.400
7363	IMP IMPORTACAO - DEPOSITO JUDICIAL	311.341	692.065	585.633	96.562	651.591	25.871	63.667	978.672	1.462.159	2.079.364	623.918	583.154	8.153.997
7391	IPI - VINCULADO IMPORTACAO DEPOSITO JUDICIAL	594.736	153.340	353.435	266.436	250.474	223.271	164.155	719.615	236.954	121.339	100.939	183.008	3.367.702
7416	IRPF - DEPOSITO JUDICIAL	1.132.066	1.499.958	1.323.010	1.257.762	2.191.006	1.214.725	602.931	577.466	559.470	939.419	849.710	927.569	13.075.092
8047	DEP JUDICIAL - OUTROS	288.332	498.041	553.362	567.143	4.544.616	3.193.341	468.778	472.585	534.316	1.494.827	384.527	463.953	13.463.821
7444	IOF - DEPOSITO JUDICIAL	186.041	382.034	688.433	2.387.602	200.424	609.048	314.751	583.751	308.151	313.879	611.943	745.063	7.331.120
7566	IRPF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	1.181.539	306.608	248.080	455.248	491.668	799.368	956.501	44.632	175.964	81.494	177.444	161.850	5.080.396
7619	IOF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	179	85.611	39.152	172	-	86.091.345	-	-	-	-	-	-	86.216.459
8050	DEP ADMINISTRATIVO - OUTROS	8.279.738	3.277	-	284.712	624.515	238.246	643.772	2.477	18.521	7.890	2.799.063	59.268	12.961.479
7457	ITR - DEPOSITO JUDICIAL	19.463	51.668	31.913	5.497	-	17.591	154.410	4.416	134.017	23.280	10.673	369.541	822.469
7690	JUROS REC DIVIDA ATIVA - DEPOSITO JUDICIAL	14.082	63.129	417	5.731.200	13.737	39.526	101.544	33.577	6.017	-	119.673	3.154	6.126.056
7621	ITR - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	35.788	51.216	39.125	27.280	93.538	53.497	43.953	70.593	42.382	21.153	44.244	8.312	531.081
7688	MULTA REC DIVIDA ATIVA - DEPOSITO JUDICIAL	1.368	5.827	15	1.478.651	2.144	7.323	58.482	5.663	617	-	-	-	1.560.090
7662	CPMF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	-	-	-	-	-	-	230.275	5.964.309	-	241.547	-	-	6.436.131
TOTAL		260.833.537	233.191.353	1.672.698.467	204.877.482	248.310.772	596.478.130	306.110.539	240.645.436	224.706.814	280.809.957	225.828.260	351.763.803	4.846.254.550

ANEXO C

MINISTÉRIO DA FAZENDA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA TRIBUTÁRIA
COORDENAÇÃO DE PREVISÃO E ANÁLISE DAS RECEITAS

ARRECAÇÃO CONSOLIDADA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS ADMINISTRATIVOS
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2001

UNIDADE: R\$ 1,00

CE	DENOMINAÇÃO	jan/01	fev/01	mar/01	abr/01	mai/01	jun/01	jul/01	ago/01	set/01	out/01	nov/01	dez/01	TOTAL
7498	COFINS - DEPOSITO JUDICIAL	112.996.947	157.023.568	85.762.336	107.866.802	104.896.108	106.374.677	159.463.485	113.876.240	121.579.977	96.682.682	238.035.964	85.951.677	1.490.510.463
7431	IRRF - DEPOSITO JUDICIAL	17.094.455	14.269.040	21.064.061	8.749.297	13.640.313	33.307.683	19.059.756	14.957.110	12.814.164	15.492.219	14.831.913	15.040.506	200.320.517
7460	PIS - DEPOSITO JUDICIAL	27.376.534	18.609.621	13.931.190	16.748.182	18.668.181	20.569.205	19.068.076	20.313.921	17.104.045	19.478.448	34.483.423	14.742.510	241.093.336
7429	IRPJ - DEPOSITO JUDICIAL	11.997.521	16.096.776	31.858.002	13.051.207	7.061.609	18.421.253	8.447.910	32.911.244	11.473.887	9.621.313	20.176.487	8.133.421	189.250.630
7485	CSLL - DEPOSITO JUDICIAL	6.676.386	18.874.985	30.846.007	18.306.491	8.542.875	5.918.664	5.832.178	3.348.436	13.539.502	10.754.905	4.847.029	4.610.482	132.097.940
7389	IPI - OUTROS DEPOSITO JUDICIAL	8.444.823	53.899.336	10.732.563	10.373.776	9.546.778	17.552.177	12.232.184	10.536.013	12.899.416	13.990.763	14.486.332	12.967.735	187.661.896
7512	CPMF - DEPOSITO JUDICIAL	15.812.509	10.478.180	16.599.306	33.158.197	27.456.075	22.836.706	12.615.705	15.551.377	11.124.098	23.258.945	49.396.226	29.635.928	267.923.252
7525	R D ATIVA - DEP JUDICIAL JUSTICA FEDERAL	1.453.243	2.112.541	178.482	96.024	176.359	1.125.219	359.351	354.315	449.342	694.251	520.517	850.737	8.370.381
7581	IRPJ - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	3.960.438	9.665.088	837.399	11.977.391	1.050.362	985.168	77.598.465	148.376	491.416	2.554.011	6.211.797	18.869.915	134.349.826
7538	IMP IMPORTACAO - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	988.692	1.054.100	1.940.355	831.413	2.167.892	1.196.522	1.963.307	2.019.659	2.024.007	1.147.432	835.000	1.591.240	17.759.619
7650	COFINS - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	59.093	25.581	24.336	152.083	191.685	2.729.431	3.074.540	11.346.209	275.170	445.184	40.214	419.641	18.783.167
7647	CSLL - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	12.970.366	938.074	80.397	4.180.349	2.318.057	647.495	42.881.573	134.010	3.584.122	647.652	15.112	4.338.714	72.735.921
7540	IPI - OUTROS DEPOSITO ADMINISTRATIVO	60.547	184.511	251.284	150.122	1.580.962	241.282	1.140.333	1.384.061	162.171	200.151	15.743	2.009.026	7.380.193
7634	PIS - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	1.603.101	297.210	1.204.948	28.821	2.348.371	115.426	2.180.396	1.993.388	173.429	100.039	42.257	26.933	10.114.319
7553	IPI - VINC IMPORTACAO DEPOSITO ADMINISTRATIVO	491.884	287.050	617.860	452.379	509.901	245.206	734.780	965.183	1.095.050	268.696	532.640	176.699	6.377.328
7594	IRRF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	1.508.109	7.564	16.338.829	21.592	9.897	772.096	124.458	19.725	39.757.491	30.623	32.389	762.541	59.385.314
7363	IMP IMPORTACAO - DEPOSITO JUDICIAL	1.435.424	768.705	2.195.657	619.429	2.124.320	612.749	714.020	525.188	3.829.601	3.237.424	515.727	277.797	16.856.041
7391	IPI - VINCULADO IMPORTACAO DEPOSITO JUDICIAL	123.556	172.603	1.604.443	472.293	339.446	246.822	448.147	1.565.360	195.835	657.050	568.697	1.907.646	8.301.898
7416	IRPF - DEPOSITO JUDICIAL	1.616.142	1.386.137	1.622.256	3.441.549	1.618.530	51	943.644	1.120.923	632.930	1.312.887	1.179.036	1.441.198	16.315.283
8047	DEP JUDICIAL - OUTROS	800.303	2.483.328	2.752.982	1.521.557	2.160.303	1.600.097	49.798.335	2.471.399	3.053.040	2.729.222	10.526.539	19.297.922	99.195.027
7444	IOF - DEPOSITO JUDICIAL	677.287	292.517	338.964	287.504	317.211	263.568	1.976.140	308.630	343.319	322.644	238.614	254.569	5.620.967
7566	IRPF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	127.075	37.656	207.206	950.394	44.331	57.697	167.227	118.009	90.025	304.887	50.103	68.531	2.223.141
7619	IOF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	40.896	-	7.228.292	-	7.269.188
8050	DEP ADMINISTRATIVO - OUTROS	103.130	34.325	74.600	206.823	175.000	57.012	146.030	323.935	2.803	272.635	11.018	212.901	1.620.212
7457	ITR - DEPOSITO JUDICIAL	24.685	2.116	-	5.166	2.285.262	45.401	15.902	54.911	58.828	48.231	28.578	2.036	2.571.116
7690	JUROS REC DIVIDA ATIVA - DEPOSITO JUDICIAL	383	251.272	80.698	17.646	142.675	-	4.120	60.627	11.495	121.942	29.237	6.972	727.067
7621	ITR - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	51.331	28.808	38.241	55.248	120.590	94.023	46.699	84.424	94.852	67.748	43.746	4.253	729.963
7688	MULTA REC DIVIDA ATIVA - DEPOSITO JUDICIAL	39	39.643	11.612	2.785	8.965	-	993	5.647	133	21.282	5.531	4.296	100.926
7662	CPMF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	-	-	-	-	-	-	-	132.429	-	-	-	-	132.429
TOTAL		228.454.003	309.320.335	241.194.014	233.724.520	209.502.058	236.015.630	421.037.754	236.630.749	256.901.044	204.463.266	404.928.161	223.605.826	3.205.777.360

ANEXO D

MINISTÉRIO DA FAZENDA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
COORDENAÇÃO GERAL DE POLÍTICA TRIBUTÁRIA
COORDENAÇÃO DE PREVISÃO E ANÁLISE DAS RECEITAS

ARRECAÇÃO CONSOLIDADA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS ADMINISTRATIVOS
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2002

UNIDADE: R\$ 1,00

CE	DENOMINAÇÃO	jan/02	fev/02	mar/02	abr/02	mai/02	jun/02	jul/02	ago/02	set/02	out/02	nov/02	dez/02	TOTAL
7498	COFINS - DEPOSITO JUDICIAL	115.899.572	82.259.786	97.529.923	86.142.354	85.100.568	121.712.776	130.296.156	153.763.497	130.835.249	222.166.006	176.972.497	87.113.001	1.489.791.385
7431	IRRF - DEPOSITO JUDICIAL	312.329.870	23.387.838	20.055.360	14.201.171	15.627.816	19.480.780	20.825.623	27.047.682	26.660.991	33.171.700	18.721.911	53.943.254	585.453.996
7460	PIS - DEPOSITO JUDICIAL	22.912.344	21.035.351	33.624.021	16.317.567	20.856.570	23.720.941	25.974.841	33.148.510	35.917.342	42.484.346	22.873.428	17.233.323	316.098.584
7429	IRPJ - DEPOSITO JUDICIAL	24.773.620	9.543.566	20.475.131	20.904.746	45.913.547	9.877.861	16.703.045	7.427.793	5.012.937	13.586.918	8.221.281	12.285.880	194.726.325
7485	CSLL - DEPOSITO JUDICIAL	30.615.108	11.170.550	6.208.694	22.569.621	11.776.041	2.907.752	24.170.643	5.490.906	38.284.442	19.456.223	8.369.736	20.125.880	201.145.596
7389	IPI - OUTROS DEPOSITO JUDICIAL	10.026.231	12.260.203	12.903.561	11.682.934	10.074.096	11.314.427	11.627.238	14.509.673	13.763.701	14.513.868	14.802.715	17.947.408	155.426.055
7512	CPMF - DEPOSITO JUDICIAL	18.442.063	11.636.896	21.526.813	25.442.815	22.477.047	12.071.296	22.691.955	29.908.296	24.698.304	33.193.895	22.191.313	32.079.440	276.360.133
7525	R D ATIVA - DEP JUDICIAL/JUSTICA FEDERAL	1.871.518	435.121.229	3.916.365	1.924.689	731.452	1.840.013	474.558	2.534.392	7.947.513	677.516	1.255.323	2.207.179	460.501.747
7581	IRPJ - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	735.262	3.692.143	481.211	2.617.365	11.924.193	1.225.665	3.107.160	39.088	171.159.667	10.635	5.452.337	4.577.395	205.022.121
7538	IMP IMPORTACAO - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	1.273.549	2.052.837	472.195	3.399.230	859.273	680.072	973.653	1.011.884	2.480.944	1.640.479	705.215	872.098	16.421.429
7880	MULTAS ISOLADAS DIVERSAS - DEP ADMINISTRATIVO	576.448	775.868	-	-	908.553	620.926	301.664	717.939	1.162.522	130.473	236.779	148.920	5.580.092
7650	COFINS - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	171.468	72.773	2.426.245	413.047	138.401	1.222.162	2.624.782	85.621	659.890	885.787	59.510	39.942	8.799.628
7647	CSLL - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	208.119	1.011.299	47.778	1.110.108	4.767.659	9.332.431	569.780	15.374	16.352.112	76.775	22.789	17.385	33.531.609
7540	IPI - OUTROS DEPOSITO ADMINISTRATIVO	230.223	1.557.007	192.797	2.579.577	334.046	3.392	9.557	70.572	14.293	26.616	984	33.656	5.052.720
7634	PIS - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	39.178	72.706	7.501.984	39.308	2.269.385	1.332.873	2.829.707	2.643.427	2.617.073	45.335	53.563	53.995	19.498.534
7553	IPI - VINC IMPORTACAO DEPOSITO ADMINISTRATIVO	327.815	266.200	184.027	205.263	388.986	243.384	444.515	386.588	1.005.990	752.495	520.209	467.877	5.193.349
7594	IRRF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	749.603	89.478	253.232	526.805	14.629	3.000	26.195	60.569	12.978.384	10.191	7.419	5.731	14.725.236
7363	IMP IMPORTACAO - DEPOSITO JUDICIAL	356.672	84.250	431.294	288.788	1.350.783	39.565	1.964.600	62.800	598.464	896.946	167.370	330.405	6.571.937
7391	IPI - VINCULADO IMPORTACAO DEPOSITO JUDICIAL	770.263	846.725	67.310	37.092	2.202.188	223.526	68.242	634.333	3.832.146	405.194	639.752	1.716.245	11.443.016
7416	IRPF - DEPOSITO JUDICIAL	544.068	562.367	4.208.844	1.777.445	2.320.811	842.755	2.230.620	2.227.482	884.514	1.028.830	752.410	2.404.360	19.784.506
8047	DEP JUDICIAL - OUTROS	18.781.607	7.386.463	7.232.363	5.808.352	4.402.842	23.121.535	17.807.566	4.930.073	109.318.027	20.416.703	9.995.289	8.837.350	238.038.170
7444	IOF - DEPOSITO JUDICIAL	321.473	667.136	539.474	721.080	799.916	887.917	713.271	425.365	259.375	288.187	294.489	751.089	6.668.772
7566	IRPF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	111.774	56.065	63.203	51.771	31.751	111.806	286.703	414.784	640.270	364.604	20.175	1.012.893	3.165.799
7619	IOF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	598.853	-	303.104	-	-	-	-	1	18.552.492	3.181.731	-	-	22.636.181
8050	DEP ADMINISTRATIVO - OUTROS	276.788	5.253	998.155	17.692	4.460.923	264.311	110.769	229	49.845	-	101.607	2.291.193	8.576.765
7457	ITR - DEPOSITO JUDICIAL	14.394	305.800	121.262	150.184	15.219	16.124	75.195	28.338	23.724	96.662	3.703	210.038	1.060.643
7690	JUROS REC DIVIDA ATIVA - DEPOSITO JUDICIAL	2.888	5.651	-	75.100	150.621	32.220	11.398	8.126	15.902	627.176	200.517	25.897	1.155.496
7621	ITR - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	28.315	11.963	10.805	53.160	110.036	33.542	61.068	91.154	541	-	2.894	503	403.981
7688	MULTA REC DIVIDA ATIVA - DEPOSITO JUDICIAL	-	1.156	-	11.468	9.377	907	861	835	7.137	7.091	34.027	3.406	76.265
7662	CPMF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3.287	-	-	3.288
7961	R D ATIVA - DEP GARANTIA JUIZ	-	-	-	-	-	3.825	4.301	4.174	2.940	4.168	35.889	-	55.297
8944	IMP IMPORTACAO - GARANTIA ADU	455.852	289.771	351.388	332.766	309.807	415.838	821.367	532.105	1.145.678	625.464	843.202	366.120	6.489.358
8957	IPI - VINC IMPORT GARANTIA AD	188.984	128.370	232.295	154.074	98.310	336.333	483.284	274.537	637.482	514.544	694.619	188.661	3.931.493
TOTAL		563.633.922	626.356.700	242.358.834	219.555.572	250.424.846	243.919.955	288.290.317	288.496.148	627.519.891	411.289.845	294.252.952	267.290.524	4.323.389.506

ANEXO E

MINISTÉRIO DA FAZENDA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA TRIBUTÁRIA
COORDENAÇÃO DE PREVISÃO E ANÁLISE DAS RECEITAS

ARRECAÇÃO CONSOLIDADA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS ADMINISTRATIVOS

PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003

UNIDADE: R\$ 1,00

CE	DENOMINAÇÃO	jan/03	fev/03	mar/03	abr/03	mai/03	jun/03	jul/03	ago/03	set/03	out/03	nov/03	dez/03	TOTAL
7498	COFINS - DEPOSITO JUDICIAL	97.466.033	77.670.639	81.504.264	98.361.095	110.846.951	89.954.102	76.448.256	78.131.559	74.111.322	98.603.974	121.244.895	339.750.033	1.344.093.123
7431	IRRF - DEPOSITO JUDICIAL	38.706.487	17.724.560	11.446.036	19.394.876	19.702.878	14.182.865	27.649.205	15.335.420	12.726.160	40.393.475	38.823.752	35.638.753	291.724.467
7460	PIS - DEPOSITO JUDICIAL	34.876.970	28.591.652	19.676.473	22.926.099	78.822.887	18.349.789	26.243.405	18.130.498	17.518.230	17.995.995	27.840.167	57.261.662	368.233.827
7429	IRPJ - DEPOSITO JUDICIAL	139.335.156	24.985.932	30.152.250	57.893.713	357.636.822	233.857.444	33.744.865	28.754.209	51.001.552	838.759.422	750.111.845	15.093.117	2.561.326.327
7485	CSLL - DEPOSITO JUDICIAL	44.650.924	17.751.604	13.409.778	12.812.619	35.616.198	306.721.025	23.597.519	27.646.114	41.392.790	63.970.786	203.624.863	788.044.078	1.579.238.298
7389	IPI - OUTROS DEPOSITO JUDICIAL	11.773.411	15.307.308	18.070.054	16.098.288	16.522.639	15.800.333	17.577.842	16.753.239	33.526.367	22.953.714	25.357.607	15.685.453	225.426.255
7512	CPMF - DEPOSITO JUDICIAL	23.946.835	13.167.461	17.058.735	18.266.450	17.489.978	13.310.851	18.477.790	15.976.040	17.909.796	29.395.405	40.526.540	20.419.170	245.945.051
7525	R D ATIVA - DEP JUDICIAL/JUSTICA FEDERAL	262.534	1.019.136	10.816.008	1.508.682	4.950.478	6.656.455	3.105.299	10.721.287	2.431.093	4.037.156	3.262.160	1.232.866	50.003.154
7581	IRPJ - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	6.841.739	140.721	75.289.291	2.060.575	4.670.664	2.039.144	2.170.410	242.940	33.530.211	1.389.565	300.317	5.439.551	134.115.128
7538	IMP IMPORTACAO - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	873.163	1.072.029	1.777.011	2.063.872	927.697	913.982	673.964	741.000	2.617.073	1.468.224	2.422.582	431.851	15.982.448
7880	MULTAS ISOLADAS DIVERSAS - DEP ADMINISTRATIVO	648.841	859.744	87.533	224.791	53.888	8.855	51.797	101.480	1.083.647	132.662	11.676.296	15.594.799	30.524.333
7650	COFINS - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	456.149	47.809	25.081.467	13.807.218	56.106	86.749	79.750	889.422	879.039	612.500	939.347	653.624	43.589.180
7647	CSLL - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	21.283.387	796.540	22.837.980	875.267	303.297	4.311.327	7.348.419	326.113	15.546.133	220.242	7.231.801	223.530	81.304.036
7540	IPI - OUTROS DEPOSITO ADMINISTRATIVO	2.569	8.661	19.576	70.282	90.205	-	2.010	1.887	28.551	28.124	132.926	509	385.300
7634	PIS - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	287.118	46.585	80.621	1.315.990	639.369	53.843	284.972	32.046	74.288	102.037	124.334	12.331.388	15.392.591
7553	IPI - VINC IMPORTACAO DEPOSITO ADMINISTRATIVO	763.194	317.234	719.504	6.402.627	323.834	2.163.292	538.997	767.351	464.255	436.763	110.710	151.625	13.159.386
7594	IRRF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	970.075	6.203	703.851	295.125	1.150.317	91.624	3.754.784	734	27.721	99.090	24.390	35.229	7.159.143
7363	IMP IMPORTACAO - DEPOSITO JUDICIAL	240.268	3.534.600	244.459	1.978.488	88.642	3.183.422	5.411.038	752.754	6.551.338	3.049.051	365.891	2.587	25.402.538
7391	IPI - VINCULADO IMPORTACAO DEPOSITO JUDICIAL	1.686.171	52.718.961	3.150.503	349.764	1.506.925	1.784.013	527.412	2.210.740	1.443.925	1.519.291	2.141.848	820.979	69.860.532
7416	IRPF - DEPOSITO JUDICIAL	2.512.224	832.969	1.103.949	2.208.403	1.345.202	2.010.917	1.614.075	791.902	648.953	1.397.191	1.034.920	2.534.883	18.035.588
8047	DEP JUDICIAL - OUTROS	8.575.478	6.326.403	76.081.732	9.345.049	7.897.342	7.380.264	16.377.109	6.986.565	7.263.487	11.890.043	7.455.185	9.759.968	175.338.625
7444	IOF - DEPOSITO JUDICIAL	730.004	307.672	384.824	337.338	482.531	1.236.378	461.277	309.386	1.150.215	1.795.917	335.724	1.560.318	9.091.584
7566	IRPF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	53.246	100.604	123.359	19.056	134.219	67.518	19.305	84.983	16.425	43.452	116.591	121.941	900.699
7619	IOF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	1.558.449	-	-	-	1.558.449
8050	DEP ADMINISTRATIVO - OUTROS	2.918.629	1.927.297	15.533.610	1.523.881	1.155.042	743.778	3.543.957	443.388	497.035	2.134.957	3.524.479	605.755	34.551.808
7457	ITR - DEPOSITO JUDICIAL	25.484	36.342	1.153.163	155.853	66.876	-	288.804	63.941	28.957	28.780	190.626	117.645	2.156.471
7690	JUROS REC DIVIDA ATIVA - DEPOSITO JUDICIAL	17.635	39.001	10.194	15.048	364.282	2.142	24.372	290.616	15.726	40.822	5.103	865	785.806
7621	ITR - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	45.782	26.639	410	7.972	10.002	823	96.807	4.537	10.142	12.138	30.613	154.902	400.767
7688	MULTA REC DIVIDA ATIVA - DEPOSITO JUDICIAL	588	1.868	944	641	124.715	293	3.172	2.146	1.192	6.883	537	-	142.979
7662	CPMF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	-	-	-	-	43.313.656	-	-	-	-	-	14.655.510	371	57.969.537
7961	R D ATIVA - DEP GARANTIA JUIZ	2.940	3.914	-	2.940	4.085	-	-	-	-	-	-	-	13.879
8944	IMP IMPORTACAO - GARANTIA ADU	791.475	477.873	440.012	347.617	289.385	126.962	43.002	153.303	33.939	139.248	148.482	50.172	3.041.470
8957	IPI - VINC IMPORT GARANTIA AD	239.084	174.023	312.715	240.542	306.989	10.777	39.222	-	318	31.972	-	-	1.355.642
TOTAL		440.983.593	266.021.984	427.270.306	290.910.161	706.914.101	725.048.967	270.198.836	226.605.600	324.088.329	1.142.688.879	1.263.760.041	1.333.717.624	7.408.208.421

ANEXO F

MINISTÉRIO DA FAZENDA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA TRIBUTÁRIA
COORDENAÇÃO DE PREVISÃO E ANÁLISE DAS RECEITAS

ARRECAÇÃO CONSOLIDADA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS ADMINISTRATIVOS
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2004

UNIDADE: R\$ 1,00

CE	DENOMINAÇÃO	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	mai/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	TOTAL
7498	COFINS - DEPOSITO JUDICIAL	122.628.738	81.324.090	204.755.295	103.533.454	143.679.901	101.992.770	95.729.128	350.809.842	80.312.011	100.146.802	74.783.649	85.821.974	1.545.517.654
7431	IRRF - DEPOSITO JUDICIAL	22.349.093	17.946.659	37.980.179	21.208.907	19.103.456	24.021.860	19.002.630	20.120.550	19.459.963	15.875.617	16.594.103	39.633.687	273.296.704
7460	PIS - DEPOSITO JUDICIAL	26.647.438	14.556.307	38.985.301	17.933.874	25.632.654	30.288.263	22.492.259	24.258.394	26.782.011	18.716.038	22.849.334	23.013.884	292.155.757
7429	IRPJ - DEPOSITO JUDICIAL	104.777.300	139.223.259	149.208.494	76.859.522	171.959.233	43.107.164	57.101.631	83.554.757	99.776.399	95.034.526	90.371.532	122.222.841	1.233.196.658
7485	CSLL - DEPOSITO JUDICIAL	75.124.232	33.353.295	57.565.532	37.391.880	68.196.708	24.024.875	147.239.696	37.676.046	52.010.565	79.451.584	6.303.566	48.133.151	666.471.130
7389	IPI - OUTROS DEPOSITO JUDICIAL	39.203.147	9.281.008	9.133.461	12.527.336	15.691.161	12.059.858	14.133.081	33.235.751	16.735.322	11.382.458	13.908.896	23.500.097	210.791.576
7512	CPMF - DEPOSITO JUDICIAL	22.534.974	11.495.666	17.923.082	49.081.277	9.201.380	11.524.103	42.816.130	19.145.542	14.366.049	15.604.434	11.068.781	14.680.413	239.441.831
7525	R D ATIVA - DEP JUDICIAL/JUSTICA FEDERAL	2.778.361	1.884.711	4.362.663	11.368.366	39.112.509	3.005.787	1.381.200	8.863.483	3.459.286	5.396.670	4.122.693	13.631.604	99.367.333
7581	IRPJ - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	452.314	80.180	1.201.532	1.323.332	22.162.178	10.494.881	3.091.154	27.186.498	2.064.905	5.763.293	22.660.633	1.133.930	97.614.830
7538	IMP IMPORTACAO - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	1.321.208	172.799	1.283.609	787.014	338.393	6.211.874	696.561	590.119	2.182.062	2.065.248	1.923.114	147.398	17.719.399
7880	MULTAS ISOLADAS DIVERSAS - DEP ADMINISTRATIVO	828.076	660.917	307.188	937.733	220.947	208.231	227.242	2.200.307	80.238	269.583	265.405	871.049	7.076.916
7650	COFINS - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	590.549	1.429.339	1.057.180	816.115	1.704.146	2.070.109	2.566.153	2.383.420	3.663.243	1.717.152	6.336.155	2.213.391	26.546.952
7647	CSLL - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	1.466.452	144.242	18.224.811	559.780	16.977.936	5.533.927	337.617	5.636.059	1.065.713	214.914	6.901.526	670.787	57.733.764
7540	IPI - OUTROS DEPOSITO ADMINISTRATIVO	174.859	-	73.065	-	24.394	9.552.177	75.768	64.754	-	43.803	5.610.761	849.057	16.468.638
7634	PIS - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	298.226	375.697	282.344	3.238.501	2.207.341	532.463	976.802	2.002.901	495.429	942.146	4.282.494	346.496	15.980.840
7553	IPI - VINC IMPORTACAO DEPOSITO ADMINISTRATIVO	723.712	107.670	149.396	300.193	727.631	738.526	457.688	319.972	1.668.660	602.245	1.236.548	373.512	7.385.753
7594	IRRF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	23.838	19.233	775	79.978	3.077	67.205	19.112	112.783	546.254	261.442	134.801	502.603	1.771.101
7363	IMP IMPORTACAO - DEPOSITO JUDICIAL	2.735.754	80.876	453.712	1.446.904	63.635	1.428.907	4.818.244	1.828.506	227.652	273.330	347.382	37.120	13.742.022
7391	IPI - VINCULADO IMPORTACAO DEPOSITO JUDICIAL	905.937	408.185	7.455.948	10.921.865	2.126.635	2.683.599	1.202.502	3.499.831	3.549.544	2.286.865	4.611.977	4.216.655	43.869.543
7416	IRPF - DEPOSITO JUDICIAL	1.921.379	1.770.485	1.919.267	1.990.363	1.510.374	1.512.237	1.177.689	4.087.735	9.493.514	4.346.364	1.287.370	2.857.409	33.874.186
8047	DEP JUDICIAL - OUTROS	11.437.149	8.792.567	15.104.433	30.856.546	24.581.570	17.389.574	19.766.458	24.770.619	18.414.001	6.415.807	33.502.089	21.924.708	232.955.521
7444	IOF - DEPOSITO JUDICIAL	739.858	336.303	421.968	676.233	1.642.100	1.394.917	738.029	451.859	672.078	892.526	2.519.412	2.127.853	12.613.136
7566	IRPF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	249.090	10.798	38.439	28.123	18.862	170.746	836.647	723.914	34.049	33.497	72.853	65.332	2.282.350
7619	IOF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	-	-	-	152.429	-	11.080.844	52	62	1	4	-	16.462	11.249.854
8050	DEP ADMINISTRATIVO - OUTROS	569.832	886.531	1.007.361	1.312.796	2.893.356	179.582	668.749	331.085	3.875.667	1.082.128	2.916.827	1.533.978	17.257.892
7457	ITR - DEPOSITO JUDICIAL	10.794	145.887	95.917	400	557.221	434.376	257.022	1.064	94.060	57.710	265.004	344.549	2.264.004
7690	JUROS REC DIVIDA ATIVA - DEPOSITO JUDICIAL	9.019	3.964.395	424.439	16.263	500.961	149.656	278.700	6.181.998	154.130	727.690	1.311.111	1.257.165	14.975.527
7621	ITR - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	21.864	135.242	42.838	93.512	110.211	131.420	51.634	62.130	10.471	1.153	26.087	1.461	688.023
7688	MULTA REC DIVIDA ATIVA - DEPOSITO JUDICIAL	985	119.422	28.580	8.622	96.951	13.420	46.704	1.152.596	19.483	50.153	156.563	257.120	1.950.599
7662	CPMF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	795	321	392.857	507	3.131.076	242	244.215	353	257	613	279	3.811.205	7.582.720
7961	R D ATIVA - DEP GARANTIA JUIZ	40.208	-	-	-	-	1.460.102	1.518.971	4.845	1.394.790	4.089	-	40.140	4.463.145
8944	IMP IMPORTACAO - GARANTIA ADU	42.805	-	117.577	308.728	227.689	315.193	308.691	21.195	11.012	(9.299)	19.003	-	1.362.594
8957	IPI - VINC IMPORT GARANTIA AD	-	-	-	-	95.139	9.426	11.143	-	-	(7.735)	4.432	-	112.405
TOTAL		440.607.986	328.706.084	569.997.243	385.760.553	574.498.825	323.788.314	440.249.302	661.278.970	362.618.819	369.642.850	336.394.380	416.237.031	5.209.780.357

ANEXO G

MINISTÉRIO DA FAZENDA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA TRIBUTÁRIA
COORDENAÇÃO DE PREVISÃO E ANÁLISE DAS RECEITAS

ARRECAÇÃO CONSOLIDADA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS ADMINISTRATIVOS
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2005

UNIDADE: R\$ 1,00

CE	DENOMINAÇÃO	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	mai/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	TOTAL
7498	COFINS - DEPOSITO JUDICIAL	93.672.842	68.933.317	76.440.071	86.737.118	79.774.818	102.446.036	91.393.289	97.895.005	83.580.286	128.400.527	114.570.494	247.023.188	1.270.866.991
7431	IRRF - DEPOSITO JUDICIAL	17.026.206	14.834.201	29.024.322	17.158.524	19.010.157	73.012.151	15.997.688	23.993.356	193.867.444	24.749.585	27.123.518	51.195.942	506.993.094
7460	PIS - DEPOSITO JUDICIAL	34.103.828	27.830.196	16.664.357	18.342.353	18.118.794	23.479.673	24.047.867	28.599.744	27.547.552	27.391.037	16.895.536	100.890.467	363.911.404
7429	IRPJ - DEPOSITO JUDICIAL	36.086.593	93.380.153	95.475.572	177.116.751	148.557.020	258.011.096	41.638.177	206.838.096	239.572.219	94.431.782	64.695.497	36.204.038	1.492.006.994
7485	CSLL - DEPOSITO JUDICIAL	34.717.288	38.389.461	51.078.516	192.215.186	56.322.430	65.029.667	96.422.470	88.806.372	136.981.868	106.263.744	44.576.351	75.208.960	986.012.313
7389	IPI - OUTROS DEPOSITO JUDICIAL	16.560.853	7.859.064	6.835.404	7.572.127	25.882.023	10.569.696	10.034.838	14.794.925	12.460.791	12.618.380	34.921.480	8.799.556	168.909.137
7512	CPMF - DEPOSITO JUDICIAL	46.644.695	27.664.628	19.653.801	21.427.486	33.266.245	21.385.991	97.598.620	8.120.122	7.291.794	5.649.250	5.469.839	9.844.746	304.017.217
7525	R D ATIVA - DEP JUDICIAL/JUSTICA FEDERAL	5.709.943	10.551.593	5.656.637	16.759.205	3.182.600	11.287.318	154.021.789	26.638.301	14.047.539	13.805.034	21.030.864	35.956.919	318.647.742
7581	IRPJ - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	1.019.187	2.481.435	7.050.745	845.214	767.380	4.796.538	870.090	9.315.373	583.294	643.297	2.074.677	55.014.650	85.461.880
7538	IMP IMPORTACAO - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	437.414	2.250.232	528.390	431.437	2.036.134	204.149	2.446.991	3.085.222	500.389	1.908.039	539.666	625.726	14.993.789
7880	MULTAS ISOLADAS DIVERSAS - DEP ADMINISTRATIVO	64.948	70.868	8.480.069	2.420.551	1.154.820	1.074.255	1.522.608	294.204	710.421	1.658.568	1.560.305	5.319.829	24.331.446
7650	COFINS - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	2.219.943	887.227	2.332.797	1.480.379	6.443.069	897.002	6.384.255	5.518.254	1.520.423	2.426.819	775.066	1.306.761	32.191.995
7647	CSLL - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	83.883	126.209	1.545.619	3.284.495	4.589.419	3.868.056	1.725.758	4.123.880	291.233	1.065.625	310.339	703.984	21.718.500
7540	IPI - OUTROS DEPOSITO ADMINISTRATIVO	78.426	4.702.170	1.876	401.169	207.257	1.932	125.685	443	617.346	42.120	13.143	292.764	6.484.331
7634	PIS - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	818.133	458.895	425.517	1.719.324	2.462.714	11.162.931	1.640.100	1.979.344	364.997	418.413	220.453	221.446	21.892.267
7553	IPI - VINC IMPORTACAO DEPOSITO ADMINISTRATIVO	1.964.835	1.055.758	235.458	896.402	425.851	145.088	754.346	257.706	229.035	1.438.682	451.831	68.172	7.923.164
7594	IRRF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	136.694	132.213	347.740	7.637.015	959.603	25.189.654	714.827	3.635.052	511.681	886	73.533	939.161	40.278.059
7363	IMP IMPORTACAO - DEPOSITO JUDICIAL	10.553	144.146	159.139	296.076	277.425	103.215	781.519	185.004	398.824	86.265	15.238	1.224.194	3.681.598
7391	IPI - VINCULADO IMPORTACAO DEPOSITO JUDICIAL	2.100.754	1.755.781	3.350.117	623.331	4.154.583	1.626.058	14.546	4.211.809	797.833	119.810	1.551.385	3.032.002	23.338.009
7416	IRPF - DEPOSITO JUDICIAL	534.335	1.234.965	2.665.888	5.101.715	1.270.938	1.393.948	1.110.357	1.601.903	1.177.287	863.461	3.137.376	1.700.975	21.793.148
8047	DEP JUDICIAL - OUTROS	12.436.592	12.008.468	19.780.184	18.745.876	24.708.151	12.963.028	10.420.347	16.113.529	25.691.259	22.677.826	19.609.218	71.834.723	266.989.201
7444	IOF - DEPOSITO JUDICIAL	454.950	404.279	461.481	405.692	671.554	2.215.030	3.798.512	1.073.386	379.403	682.647	490.387	1.008.574	12.045.895
7566	IRPF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	41.396	50.653	37.395	19.321	24.348	71.992	123.237	62.915	3.296.898	218.982	66.457	344.874	4.358.468
7619	IOF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	49.221	110.462	300	-	4.576.129	11.298	-	-	5.940	-	1.200	101.079	4.855.629
8050	DEP ADMINISTRATIVO - OUTROS	10.945.237	820.756	2.791.694	2.387.133	1.701.033	1.670.392	5.186.610	1.589.009	1.791.809	2.140.478	2.503.224	840.291	34.367.666
7457	ITR - DEPOSITO JUDICIAL	182.128	75.630	159.830	2.788.984	283.802	182.354	1.234.290	15.831.390	666.587	251.873	16.032	228	21.673.128
7690	JUROS REC DIVIDA ATIVA - DEPOSITO JUDICIAL	4.275.817	39.024	221.883	2.052.635	1.216.222	2.965.163	559.241	37.049.843	6.390.132	36.249.516	1.241.684	1.885.414	94.146.574
7621	ITR - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	24.609	30.702	1.092.985	44.998	125.328	94.789	181.267	309.901	66.861	21.021	7.210	169.325	2.168.996
7688	MULTA REC DIVIDA ATIVA - DEPOSITO JUDICIAL	899.814	4.812	30.370	282.911	818.361	417.992	81.760	4.640.308	496.142	6.825.376	150.866	242.684	14.891.396
7662	CPMF - DEPOSITO ADMINISTRATIVO	1.059	440	127.115	267	415	476	384	512.750	738	7.339	15.154.709	395	15.806.087
7961	R D ATIVA - DEP GARANTIA JUIZ	-	18.849	200	401	754	212.832	73.111	1.463.199	110.112	14.958	21.640	1.530.756	3.446.812
8944	IMP IMPORTACAO - GARANTIA ADU	108.196	7.424	18.332	66.604	4.741	119.809	3.287	160.397	-	(160.397)	222.660	7.598	558.651
8957	IPI - VINC IMPORT GARANTIA AD	14.592	-	254.947	-	-	-	(3.287)	-	-	-	21.514	8.263	296.029
TOTAL		323.424.964	318.314.011	352.928.751	589.260.680	442.994.118	636.609.609	570.904.579	608.700.742	761.948.137	492.910.943	379.513.392	713.547.684	6.191.057.610

ANEXO H



Depósitos Judiciais e Administrativos
Período: Janeiro a Dezembro de 2006

UNIDADE: R\$ 1,00

Receita Classificada	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	mai/06	jun/06	jul/06	ago/06	set/06	out/06	nov/06	dez/06	Total
0447 PIS - Importação - Depósito Administrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.036	387	1.311	7.734
0855 COFINS - Importação - Depósito administrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	(202.823)	29.361	(1.920)	6.117	(169.264)
0860 PASEP - Depósito administrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	1.298	200	(200)	-	1.298
0868 PASEP - Depósito judicial	-	-	-	-	-	-	-	6	22	50	-	17	94
1947 PIS - Importação - Depósito judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	210	6.640	4.799	41.549	53.198
1994 COFINS - Importação - Depósito judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.663	13.815	191.377	234.855
6648 Parcelamento Lei 10.684/03 - PAES - Depósito judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.198	4.198
7363 Imposto de Importação - Depósito judicial	135.835	140.625	116.456	836.770	398.302	849.681	150.659	88.942	370.318	1.050.128	451.939	1.450.012	6.039.668
7389 IPI - Outros - Depósito judicial	7.592.140	6.460.513	19.723.307	13.514.909	12.449.178	6.266.335	7.631.971	5.155.815	8.537.256	89.259.754	75.630.635	13.616.875	265.838.688
7391 IPI - Vinculado à Importação - Depósito judicial	1.405.107	173.722	2.323.789	1.110.410	131.261	1.456.371	466.381	825.249	367.971	1.809.812	63.349	724.839	10.858.261
7416 IRPF - Depósito judicial	361.949	1.355.419	1.111.832	11.737.900	1.804.461	2.193.396	1.327.051	1.092.055	1.574.560	2.534.977	4.203.069	12.742.838	42.039.506
7429 IRPJ - Depósito judicial	32.895.588	124.375.420	84.961.462	84.913.694	68.250.979	101.874.845	32.337.847	22.015.966	85.829.244	77.250.390	135.524.894	50.633.486	900.863.814
7431 IRRF - Depósito judicial	14.121.462	15.499.937	23.752.706	22.910.770	17.120.665	35.195.644	53.422.800	47.972.848	47.476.735	88.075.440	22.762.178	87.990.184	476.301.369
7444 IOF - Depósito judicial	478.627	462.387	369.660	372.911	1.052.078	1.376.843	323.869	614.161	379.339	289.954	1.454.793	6.457.254	13.631.875
7457 ITR - Depósito judicial	712.462	4.301	957.435	415.021	73.651	15.423	42.043	41.755	98.257	133.584	94.750	353.494	2.942.176
7460 PIS - Depósito judicial	32.284.196	24.925.548	144.985.928	97.147.535	17.158.219	18.889.895	21.634.521	23.547.390	32.337.982	55.148.480	19.797.689	32.662.288	520.519.670
7485 CSLL - Depósito judicial	21.850.531	172.067.445	53.927.674	87.132.710	145.432.098	137.068.023	28.632.867	19.535.184	69.768.736	158.874.122	95.198.525	47.068.413	1.036.556.327
7498 COFINS - Depósito judicial	137.443.909	93.737.911	95.253.288	236.268.480	88.851.198	131.965.455	108.171.905	102.503.722	113.953.520	149.763.707	111.941.814	128.407.537	1.498.262.447
7512 CPMF - Depósito judicial	16.397.921	7.483.414	8.097.989	8.668.762	15.407.847	7.626.858	75.493.345	38.755.890	21.546.574	6.937.593	9.922.050	65.093.675	281.431.918
7538 Imposto de Importação - Depósito administrativo	520.515	539.439	529.414	706.301	362.860	2.527.551	252.616	295.857	387.120	971.347	350.070	502.290	7.945.379
7540 IPI - Outros depósitos administrativos	1.397.340	(293.887)	3.561	13.208	3.109	220.673	6.578	1.261	5.976	33.203	4.623	2.896.450	4.292.094
7553 IPI - Vinculado à Importação - Depósito administrativo	24.980	1.252.075	1.133.302	296.601	256.723	3.388.724	280.033	120.056	115.292	350.048	145.694	206.629	7.570.159
7566 IRPF - Depósito administrativo	354.359	637.644	396.115	108.515	123.496	73.506	18.895	227.582	231.313	306.028	813.472	147.144	3.438.071
7581 IRPJ - Depósito administrativo	9.870.501	2.808.358	9.587.312	6.785.267	5.645.945	3.064.573	281.870	3.045.801	47.022.260	34.119.634	333.463	9.169.785	131.734.769
7594 IRRF - Depósito administrativo	144.508	4.220.140	1.691.981	21.741	772.911	5.161.699	402.498	6.459.468	33.549	245.942	2.592.087	765.473	22.511.997
7619 IOF - Depósito administrativo	360.597	-	773.663	-	-	5.648.931	-	255.414	-	144.370	-	-	7.182.974
7621 ITR - Depósito administrativo	55.214	30.940	92.773	201.695	193.280	233.209	34.934	583.151	93.758	62.484	62.477	5.566	1.649.482
7634 PIS - Depósito administrativo	540.407	436.902	753.360	305.356	268.311	651.653	89.084	1.288.961	7.750.873	1.004.917	1.600.489	2.702.795	17.393.108
7647 CSLL - Depósito administrativo	8.725.131	966.212	4.339.546	2.244.990	5.348.193	1.917.095	341.770	2.628.889	13.153.573	5.674.628	5.698.068	2.304.521	53.342.616
7650 COFINS - Depósito administrativo	805.229	8.351.949	3.531.274	1.844.973	1.330.403	1.315.677	1.036.879	933.562	10.748.685	2.833.194	1.488.641	5.061.042	39.281.510
7662 CPMF - Depósito administrativo	347.106	313.996	3.130.576	50.350	12.300	272.662	-	24.646	2.405	322.196	9.320.533	105.766	13.902.537
7688 Multa - Receita da dívida ativa - Depósito judicial	301.000	319.110	318.221	140.944	706.976	361.863	470.881	1.496.029	521.740	5.051.979	1.059.262	1.523.114	12.271.121
7690 Juros - Receita da dívida ativa - Depósito judicial	2.145.711	3.083.644	2.101.716	885.109	8.503.682	2.189.626	5.949.020	9.920.178	3.181.668	48.982.931	6.814.497	7.678.763	101.436.544
7880 Multas isoladas diversas - Depósito administrativo	1.000.633	13.862.950	4.144.401	1.965.417	462.843	16.705.992	108.727	1.109.354	175.027	6.833.299	696.493	3.131.627	50.196.764
8047 Depósito judicial - Outros	45.731.385	20.033.619	43.876.766	16.291.680	27.522.683	42.035.683	144.021.150	169.218.862	120.111.277	32.555.369	41.301.259	30.094.340	732.794.073
8050 Depósito administrativo - Outros	1.282.102	294.108	726.631	4.225.436	2.305.740	811.223	3.319.953	1.087.155	962.598	630.622	2.207.437	3.389.359	21.242.364
7525 Receita da div. ativa - Dep. garantia juízo - Just. Federal	61	15	20	9	32	29	14	17	18	61	10	31	316
7961 Receita da div. ativa - Dep. garantia juízo - Just. estadual	0	0	0	0	0	8	0	4	0	0	0	1	14
8944 #N/D	-	(0)	-	0	-	(0)	0	0	-	0	-	0	0
8957 #N/D	-	(0)	-	-	-	(0)	-	(0)	0	-	-	-	(0)
8811 REFIIS - Depósito judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	339.286.506	503.543.856	512.712.157	601.117.466	421.949.425	531.359.147	486.250.160	460.845.228	586.536.333	771.322.143	551.551.144	517.130.162	6.283.603.726

ANEXO I



Depósitos Judiciais e Administrativos

Período: Janeiro a Dezembro de 2007

UNIDADE: R\$ 1,00

Receita Classificada	jan/07	fev/07	mar/07	abr/07	mai/07	jun/07	jul/07	ago/07	set/07	out/07	nov/07	dez/07	Total
0447 PIS - Importação - Depósito Administrativo	-	52	166.554	4.320	28.394	2.183	5.673	14.574	172.495	146.546	41.820	5.013	587.625
0855 COFINS - Importação - Depósito administrativo	-	(826)	159.576	46.013	130.579	10.056	26.131	67.207	794.557	674.733	192.576	23.089	2.123.691
0860 PASEP - Depósito administrativo	-	-	40.252	-	-	-	-	-	-	-	(36)	-	40.216
0868 PASEP - Depósito judicial	-	-	407.525	-	-	-	-	748	545	-	-	(12.594)	396.224
1947 PIS - Importação - Depósito judicial	63.527	224.522	220.241	348.804	369.228	38.631	41.456	119.626	558.482	138.496	127.204	307.370	2.557.586
1994 COFINS - Importação - Depósito judicial	292.607	1.034.163	255.106	630.357	820.921	177.942	191.818	546.172	2.586.786	639.467	460.372	1.448.418	9.084.130
6648 Parcelamento Lei 10.684/03 - PAES - Depósito judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.048	-	210.431	230.479
7363 Imposto de Importação - Depósito judicial	410.762	380.820	2.767.692	419.578	801.564	1.591.061	881.240	2.089.967	2.766.838	2.177.799	835.869	515.756	15.638.946
7389 IPI - Outros - Depósito judicial	12.177.971	41.752.903	11.715.185	14.319.922	11.177.678	132.397.310	28.900.276	41.208.498	16.994.819	16.086.996	16.652.593	13.312.271	356.696.423
7391 IPI - Vinculado à Importação - Depósito judicial	1.104.739	582.945	109.443	346.635	520.124	1.255.025	3.824.747	456.645	840.565	561.468	1.572.108	10.142.938	21.317.383
7416 IRRF - Depósito judicial	1.884.822	39.171.867	79.379.703	18.370.386	165.810.725	4.236.466	27.546.060	13.281.700	5.712.887	3.928.962	147.974.836	20.383.216	527.681.631
7429 IRRF - Depósito judicial	50.747.730	152.935.051	137.573.800	103.866.842	32.858.882	23.058.674	31.352.403	28.060.240	20.823.287	61.996.270	94.709.862	30.964.124	768.947.166
7431 IRRF - Depósito judicial	16.919.037	22.179.959	33.505.134	36.015.735	22.362.545	19.720.711	24.761.413	23.888.562	22.611.328	96.945.787	25.839.341	37.492.093	382.241.646
7444 IOF - Depósito judicial	5.424.173	733.131	5.022.136	390.719	336.118	592.259	577.792	21.812.918	442.881	179.123	415.631	327.959	36.254.841
7457 ITR - Depósito judicial	310.676	5.466	37.339	4.077	28.090	144.769	(257.116)	3.376	197.276	942.614	211.696	53.617	1.681.880
7460 PIS - Depósito judicial	87.309.046	19.131.915	37.970.438	51.565.501	28.365.960	30.975.504	29.182.629	25.759.108	33.468.089	34.053.276	65.306.745	46.034.862	489.123.074
7485 CSLL - Depósito judicial	36.515.449	178.131.022	185.972.427	63.143.890	108.106.907	81.137.729	72.863.085	66.170.257	56.459.510	99.661.141	98.317.131	81.411.497	1.127.890.044
7498 COFINS - Depósito judicial	152.209.144	142.906.033	193.184.863	231.865.902	121.579.330	127.163.178	129.220.295	128.944.804	233.619.665	130.196.125	155.622.460	135.299.299	1.881.811.099
7512 CPMF - Depósito judicial	8.678.825	7.246.943	8.640.937	8.072.950	8.120.335	18.016.565	11.496.754	43.488.266	5.281.724	4.461.986	3.086.275	4.298.396	130.889.955
7538 Imposto de Importação - Depósito administrativo	(173.392)	396.369	601.537	289.088	469.912	163.192	418.985	127.699	591.302	149.721	97.936	609.623	3.741.972
7540 IPI - Outros depósitos administrativos	-	(717.359)	667.166	6.620	-	-	-	23.686	-	4.170	1.285	41.449	27.017
7553 IPI - Vinculado à Importação - Depósito administrativo	682.292	75.214	235.775	259.900	62.200	44.449	59.168	11.968	117.664	438.366	798.042	80.504	2.865.541
7566 IRRF - Depósito administrativo	161.133	53.535	143.880	20.433	559.453	4.244	39.973	3.788	8.116	451.735	477	12.319	1.459.087
7581 IRRF - Depósito administrativo	6.711.417	174.743.881	8.249.003	9.735	2.083.454	3.021.187	(191.888)	2.350	770.691	13.814	2.469	2.071	195.418.184
7594 IRRF - Depósito administrativo	1.879.776	280.944	2.806.583	7.365.669	40.998	6.004	66.010	49.983	1.021	32.223	1.033	118.738	12.648.982
7619 IOF - Depósito administrativo	60.473	-	-	985.383	-	285	-	-	-	-	-	-	1.046.141
7621 ITR - Depósito administrativo	559.039	20.846	155.158	56.485	-	-	86.603	9.710	-	-	-	11.765	899.605
7634 PIS - Depósito administrativo	450.013	1.204.161	8.217.364	207.908	54.326	501.572	196.993	16.903	262.270	271.286	32.392	33.813	11.449.000
7647 CSLL - Depósito administrativo	2.310.026	82.295.194	5.741.614	191.421	707	2.764.440	202.931	112	189.410	385	377	4.627.583	98.324.199
7650 COFINS - Depósito administrativo	2.646.071	4.693.987	1.202.087	1.100.015	508.084	4.730.849	276.664	678.203	1.804.586	856.552	1.057.087	1.213.493	20.767.677
7662 CPMF - Depósito administrativo	-	2.457.141	251.409	1.668.047	-	-	-	-	-	-	-	-	4.376.597
7688 Multa - Receita da dívida ativa - Depósito judicial	1.496.791	1.140.906	1.630.562	312.984	1.267.767	1.228.033	1.013.378	52.963.422	5.127.368	3.766.791	3.207.508	1.365.790	74.521.300
7690 Juros - Receita da dívida ativa - Depósito judicial	17.136.074	4.087.098	7.388.174	2.693.877	12.739.726	3.807.756	6.638.919	238.553.475	146.767.855	23.887.528	22.029.713	4.306.343	490.036.539
7880 Multas isoladas diversas - Depósito administrativo	1.779.084	910.732	310.314	260.907	20.222	100.194	266.658	25.399	115.345	893.273	60.429	127.781	4.870.338
8047 Depósito judicial - Outros	66.053.363	40.742.547	62.680.679	39.685.798	145.885.243	22.978.390	36.411.342	34.469.051	267.157.635	32.931.880	36.083.921	35.277.269	820.357.119
8050 Depósito administrativo - Outros	2.465.712	1.663.439	3.163.454	456.922	1.692.512	850.579	1.035.414	5.751.530	2.982.263	819.773	952.054	1.044.711	22.878.364
7525 Receita da div. ativa - Dep. garantia juízo - Just. Federal	20.193.362	19.219.155	21.024.735	16.966.736	832.813.023	22.817.122	49.562.952	135.116.247	203.090.064	207.197.680	79.945.174	56.628.763	1.664.575.014
7961 Receita da div. ativa - Dep. garantia juízo - Just. estadual	200	200	9.121	15.162	55.222	168.352	112.845	88.717	164.103	552.628	235.777	413.378	1.815.706
8944 #ND	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8957 #ND	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8811 REFFIS - Depósito judicial	-	-	286.701	-	-	-	-	-	-	-	-	-	286.701
Total	498.459.943	939.683.959	821.893.667	601.964.721	1.499.670.232	503.704.709	456.811.602	863.804.915	1.032.481.429	725.078.641	755.872.156	488.133.149	9.187.559.124